

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

SIGNIFICADO E QUALIDADE DE VIDA NO RURAL PLURIATIVO

FABIANA HELMA LÜDTKE

Florianópolis, fevereiro de 2010.

FABIANA HELMA LÜDTKE

SIGNIFICADO E QUALIDADE DE VIDA NO RURAL PLURIATIVO

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador Prof. Dr. Luiz Renato D'Agostini
Co-orientadora Prof^a. Dr^a. Cíntia Uller Gomez

FLORIANÓPOLIS
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

LÜDTKE, Fabiana Helma
Significado e Qualidade de Vida no rural pluriativo /
Fabiana Helma Lüdtke – Florianópolis, 2010. 102 f.: il., fig., tabs.

Orientador: Luiz Renato D'Agostini

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) –
Centro de Ciências Agrárias, Univeridade Federal de Santa Catarina.
Bibliografia: f. 74-80.

1. Pluriatividade
2. Atividades não agrícolas
3. Significado
4. Qualidade de Vida

TERMO DE APROVAÇÃO

FABIANA HELMA LÜDTKE

SIGNIFICADO E QUALIDADE DE VIDA NO RURAL PLURIATIVO

Dissertação aprovada em 26/02/2010, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Dr. Luiz Renato D'Agostini
Orientador

Dr^a. Cíntia Uller Gomez
Co-orientadora (UFSC)

Dr. Luís Carlos Pinheiro Machado Filho
(Coordenador do PGA)

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Ademir Antônio Cazella
Presidente (UFSC)

Dr. Clarilton Ribas
Membro (UFSC)

Dr^a. Cíntia Uller Gómez
Membro (UFSC)

Florianópolis, fevereiro de 2010.

Dedico...
A meu avô Alvino Ernesto Friedrich
(em memória)
A minha avó Agnes Íris Raddatz Friedrich

A minha avó Helma Kirsh Lüdtke
(em memória)
A meu avô Walter Augusto Lüdtke
(em memória)

E a toda família...

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

A meu MESTRE, Luiz Renato D'Agostini, por tudo, que foi muito mais do que parece ser. Obrigada pela confiança e liberdade, pela generosidade e distinção. Saiba que vivi assim, segundo o lema de Epicuro, como se o olhar do MESTRE pousasse sobre mim.

A professora Cíntia Uller Gómez pela co-orientação.

Ao professor Ademir Cazella, pelo estágio de docência, pela confiança, presteza e pelas idéias.

Ao professor Valmir Stropasolas por dividir comigo a responsabilidade da disciplina no estágio e mesmo sem saber contribuiu para novos horizontes deste trabalho.

Ao PGA por todas as oportunidades possíveis...

A todos os professores, tão fundamentais nesse processo de aprendizado, pelas preciosas contribuições.

A Janete, tão querida e prestativa, por tudo...

Aos colegas, para sempre lembrados, pelas conversas, pelas ajudas e atenções.

A EMATER e a Prefeitura Municipal de Paraíso pelo acesso as informações necessárias.

Aos agricultores entrevistados pela contribuição inestimável.

A minha família pelo apoio incondicional.

A CAPES pela bolsa concedida.

O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural dependem de que ela, nos ainda tortuosos e pedregosos caminhos desse mundo rural desprezado e desdenhado, empobrecido e ameaçado, se encontre com a Esperança que em suas pedras há. Porque só pode haver qualidade de vida para diferentes populações se para elas houver, também, lugar para o sonho e a Esperança. O desafio dos sociólogos rurais, numa proposta de compromisso como a do tema destas falas, é o de mergulhar no sonho inventivo e regenerador que ainda há no mundo rural. Tanto para decifrá-lo e prezá-lo, quanto porque há nele a nostalgia do futuro e a negação das privações que o presente representa para muitos.

José de Souza Martins (2001:36)

“Convém que o cidadão não seja nem demasiado bom e subjetivo demais, nem demasiado insensível e realista demais. É preciso que ele tenha um senso agudo de si mesmo, dos outros e da realidade social (e haverá, nesses fatos de moral uma outra realidade?). Ele deve agir levando em conta a si, os subgrupos e a sociedade. Essa moral é eterna, é comum as sociedades mais evoluídas, às do futuro próximo, e as sociedades menos educadas que possamos imaginar! Tocamos a pedra fundamental. Nem mesmo falamos mais em termos de direito, falamos de homens e de grupos de homens, porque são eles, é a sociedade, são os sentimentos de homens de carne, osso e espírito que agem o tempo todo e agiram em toda parte.”

Marcel Mauss (1974)

SUMÁRIO

RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
LISTA DE SIGLAS.....	xii
LISTA DE FIGURAS.....	xiii
LISTA DE QUADROS.....	xiii
LISTA DE TABELAS.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 PLURIATIVIDADE E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL	
.....	19
1.1. Pluriatividade, atividades não agrícolas e a diversificação ocupacional no meio rural	
.....	20
1.2. A necessária distinção das noções de pluriatividade e atividades não agrícolas	
.....	25
1.3. Os condicionantes internos e externos dos mercados de trabalho não agrícolas no meio rural	
.....	26
CAPÍTULO 2 AGÊNCIA HUMANA E RECIPROCIDADE: O SIGNIFICADO DA AÇÃO SOCIAL	
.....	29
2.1. Agência humana: a ação dos atores sociais	30
2.2. O sentido da ação social: reciprocidade e relação social total	32
CAPÍTULO 3 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO SUL.....	35
3.1. A chegada dos pioneiros.....	35
3.2. O modo de vida na colônia.....	37
3.2.1. Uma terra de trabalho.....	37
3.2.2. As relações de sociabilidade na colônia	39
3.2.3. Ação social e reciprocidade: a atualidade das relações de sociabilidade e de trabalho local.....	40
3.3. O panorama socioeconômico do município de Paraíso do Sul.....	42
3.3.1. Caracterização das zonas que compõem o município	44
3.4. Agricultura familiar e complexo fumageiro.....	47
3.4.1. A fomicultura em Paraíso do Sul.....	50
3.5. O mercado de trabalho não agrícola local.....	51
CAPÍTULO 4 METODOLOGIA E ANÁLISE DO SIGNIFICADO E QUALIDADE DE VIDA NO RURAL NÃO AGRÍCOLA.....	54
4.1. Metodologia.....	54
4.1.1. Instrumentos de coleta de dados e unidades de análise.....	55
4.2. Resultados e discussão.....	57
4.2.1. Resultados da pesquisa qualitativa: o significado das atividades não agrícolas no meio rural.....	57
4.2.2. Resultados da pesquisa quali-quantitativa: Indicadores de Qualidade de Vida no desempenho de atividades não agrícolas no meio rural.....	64
5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
ANEXO 01 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	82

ANEXO 02 - Qualidade das Condições para Viver e Qualidade de Vida no Rural: percebidas distintas e quantitativamente distinguidas.....	83
ANEXO 03 - Questionário quali-quantitativo.....	95

Resumo

Este trabalho de dissertação se concentra no debate qualitativo sobre pluriatividade e ocupações não agrícolas no meio rural. Para avançar nesse debate, realizou-se um estudo de caso cujo objetivo geral propõe estudar a dinâmica do mercado de trabalho não agrícola em contexto de agricultura integrada (cultivo de tabaco), observar como a pluriatividade e as formas não agrícolas de ocupação se fazem presentes e compreender sua importância para os indivíduos ocupados e para as famílias de agricultores. Para este fim, foram traçados os seguintes objetivos específicos: em primeiro lugar, compreender a dinâmica desse mercado de trabalho não agrícola particular. Será investigado como processos de trabalho não agrícolas são engendrados e em quais bases se processam. Em segundo lugar, apreender e analisar o significado das atividades não agrícolas desenvolvidas no âmbito das famílias rurais. E o terceiro objetivo específico trata de mensurar o grau de satisfação dos indivíduos ocupados através da derivação de um Indicador de Qualidade de Vida (IQV) com base nas dimensões econômicas, sociais e socioculturais, tornando possível o cotejamento de suas dinâmicas. A pesquisa foi realizada no meio rural do município de Paraíso do Sul, localizado na Depressão Central do Rio Grande do Sul, Brasil, consideradas como unidades de análise, famílias pluriativas (20) e indivíduos ocupados não agrícolas (32). A metodologia utilizada no estudo de caso se sustenta em dois métodos, quais sejam, entrevistas semi-estruturadas e derivação de um Indicador de Qualidade de Vida (IQV). As conclusões do trabalho apontam que a dinâmica do mercado de trabalho não agrícola local é ditada pela correlação entre lógicas de mercado e lógicas de reciprocidade, fundadas sobre laços de parentesco e proximidade. O referencial simbólico dos agricultores familiares dedicados ao cultivo de tabaco é readaptado no novo contexto de trabalho não agrícola em que o significado das novas atividades assume, em grande medida, expressão de melhor emprego e de futuro entre os rurais. Além disso, verificou-se que os indivíduos ocupados em atividades não agrícolas têm melhor percepção de qualidade de vida associada aos recursos simbólicos (motivação, sociabilidade e afinidade) do que propriamente aos materiais.

PALAVRAS-CHAVE: pluriatividade, atividades não agrícolas, significados, qualidade de vida.

ABSTRACT

This dissertation work focuses on the qualitative discussion on pluriactivity and non-agricultural occupations in rural areas. To advance this debate, there was a case study whose general objective is proposed to study the dynamics of the market for non-farm work in the context of integrated agriculture (cultivation of tobacco), and observe how the pluriactivity forms of non-agricultural employment are present and understand their importance to busy individuals and families of farmers. To this end, we trace the following specific objectives: first, understand the market dynamics of this particular non-farm work. Will be investigated as non-agricultural work processes are engendered and in which bases are processed. Secondly, understanding and analyzing the significance of non-agricultural activities carried out within rural families. The third specific objective is to measure the degree of satisfaction of individuals employed by the derivation of an Indicator of Quality of Life (IQL) based within economic, social and socio-cultural, making possible the mutual comparison of their dynamics. The survey was conducted in the rural municipality of Paraíso do Sul, located in the Central Depression of Rio Grande do Sul, Brazil, regarded as units of analysis families pluriativity (20) and non-agricultural minded individuals (32). The methodology used in the case study is based on two methods, namely semi-structured interviews and derivation of an Indicator of Quality of Life (IQL). The study concluded that the market dynamics of local non-farm work is dictated by the correlation between market logic and the logic of reciprocity, based on ties of kinship and closeness. The symbolic reference of family farmers dedicated to the cultivation of tobacco is retrofitted in the new context of non-farm work in which the meaning of new activity takes a great extent, an expression of better jobs and the future between the cottages. Moreover, it was found that individuals engaged in non-agricultural activities have a better perception of quality of life associated with the symbolic resources (motivation, sociability and affinity) than the material itself.

Keywords: pluriactivity, non-agricultural activities, uses, quality life.

LISTA DE SIGLAS

DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (ONU)
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IQCV	Indicador de Qualidade das Condições para Viver
IQV	Indicador de Qualidade de Vida
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QV	Qualidade de Vida
RS	Rio Grande do Sul
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SC	Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UPF	Unidade de Produção Familiar

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Planta da Colônia de Santo Ângelo	36
Figura 02	Estado do Rio Grande do Sul e localização do município de Paraíso do Sul.....	43
Figura 03	Desvio médio da condição ideal dos aspectos.....	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação das variáveis consideradas.....	56
Quadro 2	Categorias de situações de aspectos relevantes para caracterização de qualidade de vida manifestada por indivíduos pluriativos.....	57
Quadro 03	Resultados dos Indicadores Parciais e do Indicador de Qualidade de Vida – IQV.....	66
Quadro 04	Notas atribuídas aos aspectos considerando a atividade exercida e desvio médio da condição ideal para os aspectos.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Brasil. Taxa de crescimento da população rural, com 10 anos ou mais, ocupada e não-ocupada, segundo o setor de atividade. 1981-1999.....	21
Tabela 02	Evolução das famílias domiciliadas na área rural não metropolitana segundo o tipo de atividade em 2001–2005. Brasil. (Percentual).....	22
Tabela 03	Evolução quantitativa dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio. Região Sul: 1992/99 e 2001/05. (1000 famílias).....	23
Tabela 04	Evolução da população total, urbana e rural no município de Paraíso do Sul. 1970-2008. RS.....	42
Tabela 05	Área cultivada, produção e produtividade dos principais produtos agrícolas do município de Paraíso do Sul, 2006.....	43
Tabela 06	Número de estabelecimentos, área e renda por categorias de renda na agricultura familiar. Paraíso do Sul. RS.....	44
Tabela 07	Evolução da PEA rural total na cultura de fumo. 1992-1999. RS (1000 pessoas). 47	
Tabela 08	Evolução da área colhida de fumo. 1992-1999. RS (1000 hectares).....	48
Tabela 09	Evolução da área plantada de fumo em Paraíso do Sul. 1990/2007.....	50
Tabela 10	Número e percentual de empreendimentos por setor cadastrados no município.....	51

Tabela 11	Faixas de idade e distribuição por sexo dos membros que compõem as famílias pluriativas da amostra selecionada.....	58
Tabela 12	Escolaridade dos indivíduos das famílias selecionadas.....	59
Tabela 13	Percentual dos ramos de atividades não agrícolas exercidas pelos membros das famílias selecionadas, segundo o sexo.....	59
Tabela 14	Percentual dos principais ramos de atividades não agrícolas exercidas pelos membros das famílias, segundo a faixa etária.....	60
Tabela 15	Significados atribuídos à ocupação em atividades não agrícolas pelos indivíduos das famílias selecionadas.....	60
Tabela 16	Percentual de ajuda dos ocupados não agrícolas na atividade agrícola.....	61
Tabela 17	Destino da renda auferida em atividades não agrícolas.....	61
Tabela 18	Redefinição do processo produtivo agropecuário em função da ocupação de membros da família em atividades não agrícolas.....	62
Tabela 19	Percentual de famílias que gostariam de ver os filhos dedicados à atividade agrícola.....	63
Tabela 20	Principais formas de acesso às ocupações não agrícolas.....	64

INTRODUÇÃO

Esse trabalho de pesquisa pretende contribuir com o debate sobre processos pluriativos e não agrícolas no meio rural a partir da compreensão das estratégias de diversificação ocupacional de famílias de agricultores dedicados a fumicultura.

O cultivo de tabaco sofreu um processo de mercantilização distinto das formas mais comuns de integração mercantil. Enquanto as demais culturas agrícolas experimentaram esse processo de forma mais vigorosa a partir da década de 1960, a fumicultura já adotava determinadas práticas de integração desde 1918, quando da instalação da primeira empresa fumageira no Brasil. O Complexo Agroindustrial (CAI) do tabaco engendrou formas próprias de integração, concentrando grande parte dos elos que compõem seu setor produtivo. A empresa fumageira incorporou o setor produtor de bens de produção (D1 agrícola) por intermédio do fornecimento de insumos, ao mesmo tempo em que se tornou responsável pela compra e beneficiamento do produto (D2 agrícola). Além disso, assumiu a responsabilidade de orientar práticas de cultivo e mediar empréstimos e financiamentos para o agricultor.

Por outro aspecto, o cultivo de tabaco é próprio de pequenas áreas em razão do uso intensivo de mão-de-obra, caracterizando a agricultura familiar como *locus* privilegiado dessa atividade. A liberação de força de trabalho, inerente ao processo de modernização da agricultura, se deu de forma menos consistente, se constituindo, mesmo, em ônus para algumas unidades produtivas, compelindo a contratação de mão-de-obra temporária, ao menos em algumas etapas do processo (como na colheita).

Essas peculiaridades associadas à extrema especialização e simplificação do sistema agrícola produzem, de maneira geral, um entorno socioeconômico pouco dinâmico e muito dependente de fatores exógenos. A interação dos atores locais – agricultores familiares – se dá essencialmente com agentes externos ligados a um ou poucos mercados distantes. Na diversificação de economias de escopo, segundo Norder (2004), os vínculos entre atores costumam ser mais flexíveis, dadas às distintas formas de inserção em mercados locais, regionais e mesmo nacionais.

Esse contexto de agricultura integrada e entorno socioeconômico pouco dinâmico é que serviu de base a realização desse trabalho. A idéia aqui perseguida é o entendimento da dinâmica das ocupações de agricultores fora da agricultura nesse contexto específico. Para esse fim, a pesquisa foi desenvolvida no meio rural do município de Paraíso do Sul, localizado na região central do Rio Grande do Sul, tendo como foco de observação e análise as unidades produtivas familiares pluriativas e os indivíduos ocupados não agrícolas. Trata-se de um município essencialmente rural em que parcela significativa da população vive no campo (77%), situado fora de região metropolitana, apresentando uma economia sustentada na agricultura familiar, em sua maior parte (88%) dedicada ao cultivo integrado de tabaco. Colonizado no século XIX por imigrantes alemães, Paraíso do Sul experimentou formas mais amenas de transformação, refletidas no processo recente de emancipação (1988) e, por conseguinte, de urbanização. Essas características – agricultura especializada, simplificada, integrada, intensiva em mão-de-obra associada a uma relativa homogeneização cultural e estagnação socioeconômica – assinalavam uma dinâmica social diferenciada.

Em outro aspecto, observou-se, inicialmente, que algumas características eram particularmente recorrentes nas relações de sociabilidade dos agricultores familiares locais. Vínculos pessoais estreitos como proximidade e parentesco eram atributos preponderantes na constituição desse tecido social entremeado por relações de reciprocidade e interconhecimento. A identidade sociocultural local, fundada no reconhecimento (mesmo que implícito) que os agricultores têm dos elementos que constituem o seu modo de vida, dos valores construídos e compartilhados, pareceu fundamental à compreensão dos processos de trabalho e mesmo definidora, em grande medida, do rumo do desenvolvimento rural neste espaço. Entretanto, como sugere Da Matta (1986:125), ainda que cada cultura contenha um conjunto próprio de regras, suas possibilidades de atualização, expressão e reação em situações concretas são infinitas.

Nesses termos, a reflexão aqui pretendida aponta nessa direção, de buscar entender a dinâmica do mercado de trabalho não agrícola com base nas interações locais. Por essa forma, vários foram os questionamentos que surgiram: Quais seriam as raízes da pluriatividade nesses contextos? Como se processam as relações de trabalho não agrícolas? Que tipo de pluriatividade emerge nesse contexto? Em que medida tem contribuído à qualidade de vida dos indivíduos ocupados? O que significa trabalhar fora da agricultura para agricultores familiares? É possível apreender tendências ocupacionais e mesmo produtivas a partir dessas percepções?

A síntese para esses questionamentos serve como questão a ser investigada neste trabalho:

- Qual a dinâmica dos mercados de trabalho não agrícolas, em quais bases se processam e qual a importância e a tendência das formas pluriativas de ocupação nesse contexto?

Mais duas indagações complementam esse questionamento:

- Qual o significado que as atividades não agrícolas assumem na reprodução social das famílias de agricultores?

- Formas ocupacionais não agrícolas têm possibilitado melhor percepção de qualidade de vida para indivíduos pluriativos?

Determinadas as questões de estudo, algumas hipóteses foram conformadas para servir à condução da pesquisa. Assim, a primeira delas é de que a dinâmica do mercado de trabalho não agrícola local é ditada pela correlação entre lógicas de mercado e lógicas de reciprocidade. A segunda hipótese é de que a partir das subseqüentes transformações históricas o referencial simbólico dos agricultores familiares foi readaptado (traduzido) no novo contexto de trabalho não agrícola, sem implicar em ruptura com os laços tradicionais. Os valores urbanos assimilados em períodos recentes fizeram surgir diferentes modos de interpretação do trabalho e da vida rural. A terceira hipótese aqui perseguida, estreitamente relacionada à segunda, é de que os indivíduos ocupados em atividades não agrícolas têm melhor percepção de qualidade de vida quando relacionada aos recursos simbólicos do que propriamente aos materiais. Isso porque o mercado de trabalho rural não agrícola aparece no contexto ainda de forma embrionária e morosa.

Configuradas as hipóteses, o objetivo geral que orienta este trabalho é estudar a dinâmica do mercado de trabalho não agrícola em contexto de agricultura integrada, observar como a pluriatividade e as formas não agrícolas de ocupação se fazem presentes e compreender sua importância para os indivíduos ocupados e para as famílias de agricultores.

Como objetivos específicos procura-se, em primeiro lugar, compreender a dinâmica desse mercado de trabalho não agrícola particular. Será investigado como processos de trabalho não agrícolas são engendrados e em quais bases se processam. Em segundo lugar, apreender e analisar o significado das atividades não agrícolas desenvolvidas no âmbito das famílias rurais. E o terceiro objetivo específico trata de mensurar o grau de satisfação dos indivíduos ocupados através da derivação de um Indicador de Qualidade de Vida (IQV) com base nas dimensões econômicas, sociais e socioculturais, tornando possível o cotejamento de suas dinâmicas.

Para aprofundar o propósito dessa análise foi necessário, primeiramente, resgatar o processo histórico que conformou a área de estudo, pois, segundo Giddens (2003), a história se torna importante na medida em que revela a estruturação das relações sociais específicas no tempo e no espaço. A partir de então, foi possível apreender que o modo de vida local é, em grande medida, tributário da agricultura colonial, cujas raízes continuam reproduzidas nas relações de sociabilidade e também de trabalho. Se por um lado, as subseqüentes transformações em curso e os valores urbanos assimilados têm motivado agricultores à ocupação em atividades não agrícolas, por outro lado estas relações continuam se estabelecendo sob bases tradicionais (ligadas ao parentesco, proximidade, interconhecimento e reciprocidade), produzidas e reproduzidas desde os primórdios da colonização. Relações a exemplo do parentesco, além de fundamental à reprodução social das unidades produtivas familiares (WOORTMANN, 1995) tornam-se parte constituinte do tecido social, portanto, presentes nas relações de sociabilidade local. É importante salientar que a referência usual que se faz à experiência localizada não se relaciona ao local estrito, isolado, mas traduzido, filtrado do exterior global.

Dentro das perspectivas buscadas para dar conta dessa orientação analítica, recorreremos a duas que, por sua potencialidade em dar conta dos fundamentos da organização social e das relações

entre indivíduos e grupos de indivíduos, em esfera localizada, podem servir de lastro à interpretação aqui pretendida. A primeira delas é referida na noção de agência humana discutida nos estudos mais recentes de Giddens (2003), Long (1992; 2001), Long & Ploeg (1994), Ploeg et al. (2000) e Ploeg (2006; 2008). Essa fundamentação teórica implica na capacidade de atores sociais em manejar recursos (materiais e simbólicos) na composição de ações e estratégias de reprodução social. Isso nos possibilita entender como algumas práticas organizativas e percepções culturais entre agricultores familiares se tornam relativamente autônomas. Os condicionantes externos assumem características variadas nos diferentes contextos, nos quais são traduzidos, minimizando sua sobrevalorização habitual como determinantes de processos unilaterais de desenvolvimento. Essa orientação sustenta o entendimento da conformação de mercados de trabalho não agrícolas e da modificação das estruturas de trabalho a partir das ações de atores sociais locais.

A segunda perspectiva, de viés antropológico, é relativa à noção de reciprocidade entre atores sociais. Essa orientação é aqui abordada a partir dos estudos maussianos sobre a dádiva (MAUSS, 1974) e sua releitura contemporânea nos trabalhos de Bourdieu (1996), Caillé (1998; 2008), Lanna (1995; 2000), Martins (2005; 2008) e Sabourin (2003; 2008). A reciprocidade contida na noção de dádiva é entendida a partir de três móveis, dar – receber – retribuir, simultaneamente livres e obrigados, interessados e desinteressados (MAUSS, 1974). Essa abordagem procura compreender as relações sociais baseadas em símbolos. A ação social seria, portanto, motivada e orientada por significados socialmente compartilhados, constituindo formas de conduta. O que se busca nessa perspectiva é o amparo teórico à transversalidade do significado nas relações e transformações de práticas de trabalho no meio rural da atualidade.

Este trabalho é um estudo de caso, realizado a partir de dados secundários e primários coletados a campo, através de métodos de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa. A técnica qualitativa serviu-se como instrumento de coleta de dados, da entrevista semi-estruturada, aplicada a uma amostra formada por 20 famílias pluriativas. A técnica quantitativa fez uso de um questionário adaptado do método desenvolvido por D'Agostini & Fantini (2008) para derivação de um Indicador de Qualidade de Vida (IQV), aplicado somente aos 32 indivíduos ocupados não agrícolas das famílias selecionadas. A metodologia detalhada é apresentada no capítulo quarto deste trabalho.

São duas as justificativas para realização deste trabalho de pesquisa nestes termos até aqui expostos. Primeiro, porque grande parte das pesquisas desenvolvidas em estudos sobre a pluriatividade e evolução de atividades não agrícolas no meio rural, tem se concentrado em regiões com forte presença de indústrias; ligadas ao turismo rural; próximas a áreas metropolitanas ou ainda em áreas rurais diversificadas. Isto significa dizer que o contexto socioeconômico favorável torna claro, em grande medida, a evolução de mercados de trabalho diversos e o crescimento do número de ocupados não agrícolas, em função das oportunidades presentes. Sobre isso, cabe considerar a observação feita por Lévi-Strauss (na introdução à obra de Marcel Mauss, 1974) sobre a determinação de áreas de pesquisa, ou seja, sobre a atenção constante dada a sociedades muito específicas, cujas representações daquilo que se pretende observar sejam máximos, excessos, que permitam melhor percepção dos fatos. Os fenômenos seriam, portanto, mais visíveis e fáceis de explicar do que “em sociedades, em que, não menos essenciais, eles, contudo, permanecem pequenos e involuídos” (MAUSS, 1974:27). A intenção aqui é o estudo da pluriatividade em espaço em que este processo é menos característico. A segunda justificativa à orientação deste trabalho reside na tentativa de ultrapassar a análise habitual centrada, de modo geral, na constatação da existência de processos pluriativos e não agrícolas nos distintos espaços e sua importância em termos de renda. A proposta principal aqui pretendida é a compreensão da pluriatividade associada aos significados.

Esta dissertação se divide em cinco seções além desta introdução. Na primeira seção são apresentados alguns dados, conceitos e noções utilizados como aporte aos estudos sobre pluriatividade e atividades não agrícolas no meio rural. A segunda seção apresenta as orientações teóricas consideradas pertinentes ao estudo, a partir das noções de agência humana e reciprocidade. A terceira seção mostra a conformação histórica da região de estudo demonstrando a trajetória das relações de sociabilidade e de trabalho e o panorama atual do município de Paraíso do Sul. Nesta

parte são expostas ainda, de forma sucinta, considerações a respeito do complexo fumageiro no geral e específico à área de estudo. A quarta seção demonstra a metodologia de estudo, resultados e discussão sobre a percepção do significado e qualidade de vida no rural pluriativo. A quinta e última seção encerra o trabalho com as principais conclusões e considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 1 PLURIATIVIDADE E ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL

Nesta seção serão apresentados alguns dados, conceitos e noções que têm sido utilizados nos estudos sobre o fenômeno da pluriatividade e evolução de atividades não agrícolas no Brasil e no cenário mundial. A pluriatividade é aqui entendida como situação na qual um ou mais membros de uma unidade agrícola familiar exerce atividade não agrícola dentro ou fora da propriedade. E por atividade não agrícola, nos referimos a qualquer atividade desvinculada do processo produtivo agropecuário.

A recorrência do estudo da pluriatividade associada à agricultura familiar é fundamentada e legitimada na definição desta última: “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1997:15). Dessa forma, qualquer alteração nas relações de trabalho dos indivíduos que compõem a unidade agrícola familiar repercute diretamente no modo de viver e organizar a produção. Essa dinâmica de trabalhos dentro e fora da agricultura no meio rural não é, no entanto, fenômeno recente. É recurso utilizado no campesinato europeu e na agricultura colonial brasileira a longa data. Entretanto, a especificidade do processo em agricultura familiar somente ganha sentido quando fica estabelecido um modelo único de exploração agrícola, caracterizado pela especialização da produção e do trabalho (CARNEIRO, 1998). Em outros termos, é a partir do processo de modernização tecnológica e da alteração na divisão social do trabalho agrícola que a pluriatividade ganha status diferenciado e significações diversas, insurgindo como objeto de estudos no âmbito das ciências sociais. Até então, simplesmente compunha parte do modo de vida camponês, que desconhecia a rigidez da divisão social do trabalho característico das sociedades capitalistas. A utilização do termo “pluriatividade”¹ refletiu uma mudança de perspectiva nos debates sobre desenvolvimento agrário e sobre o papel da agricultura familiar na Europa, mais ainda, significou uma mudança de atitude do mundo acadêmico e político a respeito deste tema (ANJOS & CALDAS, 2007).

A grande capacidade adaptativa da pluriatividade aos diferentes contextos e situações históricas gerou amplos debates sobre o limite da utilização da noção como conceito, em razão da multiplicidade dos fenômenos que abarca (CARNEIRO, 1998). Inicialmente considerada como fenômeno transitório, de caráter conjuntural, mais precisamente uma resposta (no geral negativa) ao processo de modernização da agricultura, a pluriatividade tem assumido, na literatura recente, caráter estrutural e permanente em função das transformações mais gerais ocorridas no meio rural. Há, no entanto, quem conteste a pluriatividade como fenômeno permanente e estável para o caso brasileiro, ao menos no que tange a maior parte das regiões do país (NASCIMENTO, 2005a/2005b/2008). Essa análise é discutida adiante, ainda nesta seção.

Por certo que para se chegar a um conceito integrado da pluriatividade é preciso considerar o amplo processo de transformações da agricultura, a dinâmica da economia no geral, os elementos internos à unidade familiar e as especificidades locais que, por sua vez, contribuem à sua consolidação (ANJOS, 2003). Concorda-se, portanto, com Schneider (2006:7), quando este assevera a “natureza estrutural, conjuntural, multidimensional e multicausal da pluriatividade”, considerando uma variedade de fatores que estimulam seu aparecimento e consolidação.

¹ Essa mudança conceitual, ocorrida na década de 1980, foi importante na Europa, porque o fenômeno similar da agricultura em tempo parcial (*part time farming*) se resumia ao tempo dedicado pelo agricultor ao trabalho na sua unidade de produção. Estudos realizados nos países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), utilizavam o critério de confrontação entre tempo integral (*full-time*) e tempo parcial (*part-time*) do titular da unidade de produção, sem considerar a ocupação dos demais membros da família. O critério “tempo de trabalho” assumiu uma percepção negativa que atravessou, inclusive, o mundo sindical e político na época (ANJOS & CALDAS, 2007).

Sobre a evolução do termo “pluriatividade” consultar Schneider (1994) e Schneider (2003).

1.1.Pluriatividade, atividades não agrícolas e a diversificação ocupacional no meio rural

No correr das décadas de 1970 e 1980 aparecem os primeiros trabalhos demonstrando a presença e a importância de atividades distintas da agricultura (ainda que nem sempre sob a designação de pluriatividade) no meio rural brasileiro. A ocupação extra-agrícola da força de trabalho entre agricultores familiares foi investigada, nesse período, como estratégia de reprodução de famílias semi-proletárias, onde atividades industriais e comerciais possibilitavam a manutenção do patrimônio e a permanência no campo, no geral, em função da escassez de terras (SEYFERTH, 1974/1984; LOVISOLO, 1989); assegurar a sobrevivência da família rural sem negar sua condição camponesa (CARNEIRO, 1976); como estratégia de ocupação da força de trabalho sobrando em unidades produtivas capitalizadas, recusando o preceito de que o recurso às atividades não agrícolas se limitava aos pequenos produtores em dificuldades (NEVES, 1979); além do exame de variadas situações em que agricultores familiares recorriam às atividades não agrícolas visando sua reprodução social, mesmo que à custa de migrações temporárias (PELOSO 1986; GARCIA JR., 1983).

Na década de 1990, a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas aliadas ao crescimento de mercados de trabalho não agrícolas no meio rural, impulsionaram o debate sobre a pluriatividade no cenário acadêmico brasileiro. Os primeiros trabalhos realizados nesse período, que podem ser caracterizados como embriões desta temática², se relacionam as pesquisas sobre os colonos na indústria calçadista no Vale do Sinos, RS (SCHNEIDER, 1994/1999) e com o estudo sobre os colonos-operários em Massaranduba, SC (ANJOS, 1994); cujo recurso à ocupação não agrícola foi tornada possível em razão do processo de industrialização difusa ocorrida na década de 1980, isto é, da desconcentração espacial (ou espraiamento) de unidades industriais para áreas peri-urbanas, privilegiando o assalariamento de colonos residentes nas proximidades das empresas.

Mas é no âmbito do Projeto Rurbano³ e a partir das alterações demográficas e ocupacionais observadas por seus pesquisadores nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1992, que a temática sobre pluriatividade e evolução das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro ganha espaço e projeção. Essas alterações são demonstradas abaixo, na Tabela 01.

² Outro trabalho desse período, tão importante quanto estes citados, é a pesquisa de Carneiro (1998) realizada em pequena aldeia dos Alpes franceses, focalizando as diferentes formas de ocupação da força de trabalho de agricultores em zonas desfavorecidas à implantação de uma agricultura modernizada. Cabe salientar, que os trabalhos acima citados foram ressaltados pelo fato de desvelarem casos brasileiros de pluriatividade.

³ Projeto Rurbano é um projeto temático de pesquisa, desenvolvido no Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, envolvendo pesquisadores de diversas instituições abrangendo 11 estados brasileiros, com foco nas principais transformações ocorridas no meio rural. A primeira fase do Projeto (sob a coordenação do professor José Graziano da Silva) teve início em fevereiro de 1997, em que foram realizadas pesquisas sobre ocupação e renda das famílias no meio rural a partir dos dados das PNADs (Censo IBGE). A fase II teve início em 1999 com foco nas rendas das famílias e análise da pluriatividade. Na fase III os pesquisadores realizaram estudos de caso para identificação das diferenças regionais no meio rural. Atualmente, a fase IV se volta a estudos de caso sobre pluriatividade e diversificação dos modos de vida nas áreas rurais brasileiras.

Tabela 01 - Brasil. Taxa de crescimento da população rural, com 10 anos ou mais, ocupada e não-ocupada, segundo o setor de atividade. 1981-1999.

		Tx. Crescimento (% a.a.)	
		1981/92 ¹	1992/99 ²
População Rural + de 10 anos		-0,2***	0,9***
PEA Rural ocupada		0,6***	0,2
PEA Rural Ocupada	Agrícola	0,4***	-1,7***
	Não-agrícola	1,2***	3,7***
PEA Rural não-ocupada	Desempregados	7,6***	10,8***
	Aposentados	1,9***	5,7***
	Outros	-2,0***	1,4***

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano. (Tabulações Especiais). Adaptado.

¹Teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

²Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Teste t indica a existência ou não de tendência. (***) , (**) e (*) indicam valores significativos ao nível de 5, 10 e 20%, respectivamente.

Note-se a redução da população rural com mais de 10 anos no período compreendido entre 1981 e 1992, a uma taxa de 0,2% ao ano, mantendo a tendência continuada do êxodo. Não obstante, no período de 1992 a 1999, percebe-se um cenário diferente, em que a população rural volta a crescer a uma taxa de 0,9% ao ano, muito embora o número de pessoas ocupadas na agricultura passe a declinar a uma taxa de 1,7% ao ano. Esse fenômeno é justificado pelo crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) rural ocupada em atividades não-agrícolas, que apresentou um aumento de 3,7% ao ano nesse período. Associado a isto, o crescimento do número de desempregados e da população inativa, em particular dos aposentados no meio rural, apresenta números bastante significativos, apontando novas situações e condições no espaço agrário brasileiro.

Nesse cenário de mudanças demográficas e ocupacionais, o rural ressurgiu no debate acadêmico sob novas bases. Passou a ser compreendido como espaço de vida social das famílias rurais que tem na agricultura uma de suas atividades e interesses. Essa crescente inserção de agricultores em mercados de trabalho não agrícolas foi considerada por diversos autores, com destaque a Graziano da Silva (1997), na gênese desse debate, como o novo rural brasileiro. A figura do agricultor pluriativo assumiu grande importância nessa nova configuração do rural e constituiu tema de inúmeros debates acadêmicos. Afinal, a pluriatividade seria uma estratégia reativa, derivada da condição socioeconômica das famílias rurais em situação de vulnerabilidade ou uma estratégia adaptativa, expressa de modo voluntário como resultado do contexto social? Esta subdivisão proposta por Ellis (2000) parece sintetizar algumas, entre muitas, questões surgidas no debate sobre pluriatividade. O que fica evidente é que o recurso às atividades não agrícolas no meio rural brasileiro, sejam quais forem as razões, continuam em crescimento, associadas à atividade agrícola (pluriatividade) ou não. A Tabela 02 apresentada abaixo demonstra essa evolução mais recente.

Tabela 02 - Evolução das famílias domiciliadas na área rural não metropolitana segundo o tipo de atividade em 2001–2005. Brasil. (Percentual)

Tipos de atividade	Evolução/ano				
	2001 (%)	2002 (%)	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)
Agrícola	54	54	53	53	50
Pluriativa	21	22	22	22	23
Não agrícola	14	14	15	15	16
Não ocupada*	11	10	10	11	11
Total de famílias	100	100	100	100	100

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano (PROJETO RURBANO, 2005).

Modificado por Lüdtke, F., 2008.

*As famílias não ocupadas são aquelas em que nenhum dos seus membros se declarou ocupado na semana de referência.

Os dados acima demonstram que no período compreendido entre 2001-2005 a ocupação em atividades agrícolas continua a declinar, compondo um quadro em que apenas metade das famílias rurais está ocupada exclusivamente na agricultura. Assim, 50% das famílias são pluriativas (23%), não agrícolas (16%) e desocupadas (11%) no meio rural brasileiro. Observa-se mesmo, mudanças na forma de tabulação dos dados, demonstrando a evolução da temática e a importância de se tomar a família como unidade de análise para melhor compreensão das transformações correntes.

Da análise mais geral sobre o fenômeno da pluriatividade e evolução das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro, diferentes pesquisas tem se concentrado, mais recentemente, em estudos de caso, evidenciando as particularidades locais e regionais. Como resultado, além de confirmar a existência do processo nos diferentes contextos, novas teorias vão se conformando.

Analisando a pluriatividade de modo comparativo entre as Regiões Sul e Nordeste do Brasil, Nascimento (2005a) argumenta que nas regiões agrícolas modernizadas do sul do país, a pluriatividade sugere, cada vez mais, uma forma de passagem das famílias agrícolas para não agrícolas. A moderna agricultura associada à entornos rurais dinâmicos não agrícolas e a insuficiência do Estado, no fortalecimento do lado agrícola do rural empobrecido, resultariam nesse processo de conversão. Assim, esse autor reassume o caráter transitório da pluriatividade como possibilidade ao gradual abandono da agricultura como atividade. Nascimento (2008) assevera que a manutenção da pluriatividade só é possível a partir do lado agrícola e sugere o equívoco em se tomar como foco apenas o lado não agrícola do processo⁴. Em alguma medida e levando-se em consideração os dados ocupacionais apresentados, para o Brasil e Região Sul, é possível concordar com a tendência de transformação de famílias pluriativas em não agrícolas em condições, contextos e momentos específicos. A Tabela 03 apresenta a evolução dos tipos de família residentes em áreas rurais não metropolitanas da Região Sul do Brasil em dois períodos.

⁴ Nascimento (2008) afirma que a pluriatividade na União Européia foi construída e é mantida via Política Agrícola Comum (PAC). A construção política da pluriatividade, segundo o autor (2005b), se processou em duas fases distintas. Primeiro (pré-reforma da PAC) foi gestada de forma não planejada, através da manutenção de grande número de unidades familiares, altamente tecnificadas, resultando em significativo contingente de força de trabalho sobrando. Esse contingente foi absorvido pelas formas ocupacionais não agrícolas politicamente orquestradas, principalmente em regiões desfavorecidas, propiciando a pluriatividade. Num segundo momento (reforma da PAC), as subvenções concedidas àqueles que guardassem vínculos com a atividade produtiva agrícola tornou possível a estabilidade e mesmo o progressivo crescimento da pluriatividade no meio rural europeu. O autor chama atenção ao equívoco de transpor a tendência de crescimento da pluriatividade à realidade brasileira sem considerar o papel do Estado na manutenção desse processo (NASCIMENTO, 2005b).

Tabela 03 – Evolução quantitativa dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio. Região Sul: 1992/99 e 2001/05. (1000 famílias)

Local domicílio/Tipo de família	1999	Tx cresc. (% a.a.) 1992-1999 ^a	2005	Tx. Cresc. (% a.a.) 2001-2005 ^a
Não metropolitano/Rural agropecuário				
Conta própria	671	-2,0***	669	-1,0
Agrícola	467	-2,9***	446	-3,0***
Pluriativo	138	-2,2**	170	3,9
Não agrícola	67	9,4***	53	2,1
Assalariados	428	3,2***	363	2,8***
Agrícola	185	0,5	154	2,1
Pluriativo	42	-1,0	46	0,9
Não agrícola	201	7,6***	164	4,2

Fonte: Microdados da PNAD – Tabulações especiais do Projeto Urbano.

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

^a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, ** significam respectivamente 5% e 10%.

Verifica-se o declínio das famílias rurais por conta própria nos dois períodos apontados, com maior significação estatística entre 1992 e 1999. Entre eles, os ocupados agrícolas apresentaram, nos dois períodos, considerável declínio (-2,9% e -3,0%), enquanto os pluriativos por conta própria declinaram (-2,2% a.a.) na década de 1990, voltando a crescer na primeira metade da década corrente (3,9% a.a.). Nascimento (2008) explica essa relativa estabilidade da pluriatividade (entre assalariados e por conta próprias) entre 2001-2005 em função do estabelecimento de uma conjuntura macro mais favorável, principalmente a partir da criação e progressiva consolidação do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O número de assalariados aumenta (3,2% e 2,8%) de modo considerável, nos dois períodos, o que pode ser indicativo da conversão das famílias por conta própria. As famílias assalariadas agrícolas se estabilizam, as pluriativas decrescem (-1,0%) sem grande significação na década de 1990 e crescem (0,9%), da mesma forma, na década posterior. O que chama atenção é o crescimento significativo das famílias por conta própria não agrícolas (9,4% e 2,1%) e dos assalariados não agrícolas (7,6% e 4,2%) nas duas décadas. Esses indicativos podem caracterizar um primeiro passo na transformação de famílias agrícolas em não agrícolas ou mesmo em assalariadas agrícolas no sul do país (NASCIMENTO, 2008). Todavia, como nos lembra Schneider (2007), a existência de mercados de trabalho não agrícolas no meio rural é condição primordial para que haja pluriatividade e que ser pluriativo não é condição estática e permanente, não sujeita a mudança. São diversos os fatores que podem favorecer ou não determinadas formas de ocupação por períodos específicos ou mesmo, como afirma Nascimento (2005a; 2008), se configurar como forte tendência ocupacional, ao menos em contextos determinados.

A pluriatividade, segundo Nascimento (2005a), prolifera mais fortemente, com tendência de evolução, nas regiões agrárias empobrecidas como do nordeste brasileiro, caracterizando-se como fator de contenção do declínio da agricultura familiar (em grande parte concentrada em cultivos de subsistência). Nessa realidade, o autor aponta uma estreita relação entre a cultura da pluriatividade e a cultura da pobreza, associada a uma categoria de agricultores entendida como inviável e marginalizada pelo processo modernizador agrícola. Mas como apontam Cazella e Mattei (2002:15), mesmo que a “pluriatividade se manifeste nas situações mais precárias, ela se apresenta como estratégia de reprodução e não pode ser negligenciada pelos profissionais que buscam promover desenvolvimento rural”, principalmente nesses contextos - Região Nordeste - em que a proporção de migrantes rurais conforma 55% do êxodo brasileiro (ABRAMOVAY, 1999). Da

mesma forma, nesses contextos, o lado agrícola do desenvolvimento não pode ser desconsiderado pela importância que assume na esfera do autoconsumo. De acordo com Carneiro e Maluf (2005) a valorização de lotes de terra com garantia de ter onde “plantar para comer” assegura vantagens ao agricultor com prejuízo àqueles que migram para centros urbanos.

Outros trabalhos recentes sobre pluriatividade e exercício de atividades rurais não agrícolas no sul do país têm ido além de demonstrar a evolução quantitativa desses processos, se concentrando em estudos de caso que têm revelado a importância que essas práticas assumem como estratégias de reprodução de agricultores familiares e de potencialidades na promoção do desenvolvimento rural.

Na tipificação e avaliação das trajetórias de diversificação dos agricultores familiares de Itapejara d’Oeste, Paraná, Perondi (2007) conclui que a renda auferida na diversificação produtiva e ocupacional desses agricultores é maior e proporciona meios de vida mais sustentáveis. O autor demonstra que a renda agrícola obtida é inferior ao somatório dos rendimentos externos e também inferior aos ingressos auferidos na pluriatividade e conclui ainda, que os rendimentos são maiores entre famílias que diversificam meios de vida, principalmente em estratégias intersetoriais (extra e não agrícolas). Perondi sugere que a mesma mercantilização responsável pela especialização e intensa tecnificação na agricultura, pode proporcionar autonomia e menor dependência em determinadas relações produtivas com o mercado. O que tem dificultado processos endógenos de desenvolvimento, a partir de estratégias de diversificação produtiva e ocupacional, é o privilégio dado à produção de *commodities* agrícolas, reproduzindo o círculo vicioso de dependência exógena (PERONDI, 2007). O autor demonstra que os efeitos benéficos da diversificação são menores para aqueles que diversificam a renda na agricultura apenas com *commodities* agrícolas.

Trabalhos como de Niederle & Wesz Júnior (2009) têm demonstrado a importância da agroindústria no papel de diversificação de estratégias de reprodução de agricultores familiares na Região das Missões (RS), como fonte recorrente de rendas não agrícolas e contribuição à autonomia das unidades produtivas via encurtamento dos canais de comercialização. A diversificação também é objeto de pesquisa nos trabalhos de Conterato (2004) no município de Três Palmeiras (RS) em que constata uma importância apenas relativa da pluriatividade na formação da renda familiar, em especial, da pluriatividade de base agrária, decorrente da preponderância do padrão produtivo agrícola estrito e; Conterato (2008) nos municípios gaúchos de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões, em que evidencia que tanto mais dinâmicas serão as economias locais quanto mais diversificadas forem as possibilidades de ingresso dos agricultores em mercados de trabalho agrícolas e não agrícolas.

O recurso às atividades não agrícolas também consta no trabalho de Mattos (2006) em uma análise da pobreza rural no Brasil, diferindo das investigações habituais centradas exclusivamente no aspecto renda. Sustentado na Abordagem das Capacitações⁵ de Amartya Sen, Mattos conclui que nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, além da análise para o Brasil, moradores que trabalham em atividades não agrícolas no meio rural apresentaram melhores indicadores de bem-estar.

Como estes, existem outros vários trabalhos de pesquisa que tem se concentrado em análises da diversificação produtiva e ocupacional e demonstrado a dinâmica dos processos pluriativos e não agrícolas em diferentes contextos e situações. A maior objetividade e clareza trazida a partir desses estudos podem contribuir de forma substancial à promoção de desenvolvimento rural nessas bases.

⁵ Segundo esta abordagem, o bem-estar de uma pessoa deve ser avaliado com base naquilo que ela é capaz de ser e de fazer. O ponto central é a ampliação da liberdade de escolhas que as pessoas têm de fazer aquilo que elas têm razões em valorizar. A pobreza está relacionada à privação dessas capacidades (SEN, 2000).

1.2. A necessária distinção das noções de pluriatividade e atividades não agrícolas

A estreita relação entre pluriatividade e atividades não agrícolas tem, por vezes, produzido equívocos em análises sobre formas de ocupação de indivíduos das famílias rurais. Para tanto, convém esclarecer alguns aspectos importantes à compreensão desses processos em agricultura familiar.

A pluriatividade se relaciona a combinação de atividades por membros da família rural, sendo uma delas a agricultura. Essas atividades podem ser desenvolvidas dentro ou fora da unidade produtiva agrícola. Observe-se que o foco é a ocupação laboral não relacionada ao tempo de trabalho nem ao conjunto de rendas auferidas no grupo familiar (SCHNEIDER, 2006). As atividades não agrícolas, por sua vez, se relacionam as atividades desvinculadas diretamente do setor produtivo vegetal ou animal. Indivíduos podem optar pela combinação de atividades (pluriatividade) ou pela monoatividade agrícola ou não agrícola. Dessa forma, como aponta Schneider (2003), o crescimento de ocupados rurais não agrícolas não implica em aumento necessário do número de pluriativos, muito embora exista uma estreita relação entre elas. Esta distinção é fundamental para o entendimento das transformações que ocorrem nas relações de trabalho no interior das famílias e do meio rural no geral.

A pluriatividade pode ser estudada tanto a partir do indivíduo quanto da família rural. Entretanto, é consenso entre os pesquisadores a utilização da família como unidade de análise, em razão de compreender as estratégias de reprodução adotadas pelas famílias, em função das transformações ocorridas. Nada impede, no entanto, o enfoque no indivíduo. Importante é explicitar, de forma clara, a unidade de referência e a pertinência desta ao estudo realizado (SCHNEIDER, 2006).

A multiplicidade de formas que a pluriatividade sugere e que tem se constituído, algumas vezes, em impasse⁶ sobre o que considerar como prática pluriativa e não agrícola, induziu estudiosos à busca de uma tipificação possível de situar a diversidade de ocupações no meio rural, excetuando-se a atividade agropecuária em sentido estrito. A partir de estudos anteriores, Schneider (2006) estabelece uma caracterização das distintas formas de ocupação a partir da seguinte tipologia:

- Pluriatividade intersetorial: decorrente da articulação da agricultura com outros setores da economia como indústria, comércio e serviços. Esse formato ocupacional manifesta-se pela transformação do mercado de trabalho rural com a inserção de um conjunto de novas relações.

- Pluriatividade de base agrária: ocorre dentro do setor agropecuário e decorre em função da crescente demanda por serviços e atividades não agrícolas geradas pelo processo de modernização da agricultura. Esse tipo de pluriatividade tende a se fortalecer à medida que o processo agropecuário se especializa e abre espaço para a externalização de etapas da produção. Aluguel de máquinas e equipamentos, subcontratações e terceirização de serviços relacionados à produção, distribuição, transporte, entre outras, da produção agrícola, exemplificam essa forma de ocupação. Segundo Conterato (2004), a pluriatividade se base agrária, dada pela externalização do processo produtivo agrícola, seria mais comum entre famílias de maior renda, ou seja, entre aquelas que puderam acessar tecnologias e equipamentos que lhes permitam prestar serviços a outros agricultores. Desse modo, em sentido contrário, o autor demonstra que este tipo de pluriatividade está fortemente associada à distribuição desigual da posse dos fatores de produção (terra e tecnologias) em espaços onde emerge esse tipo de formato ocupacional.

⁶ A pluriatividade clássica (especialmente nos estudos europeus) era entendida a partir da interação intersetorial da agricultura com a indústria, comércio e serviços. Com a disseminação dos estudos sobre a pluriatividade no Brasil, críticas e questionamentos foram surgindo à medida que esse formato ocupacional foi se mostrando específico de poucas regiões. A pluriatividade, nesses termos, seria absolutamente dependente do meio social no qual se insere. No entanto, outros estudos demonstraram que mesmo em situações nas quais não existe integração intersetorial, formatos ocupacionais desvinculados do processo produtivo agropecuário estrito eram encontrados, ainda que de forma distinta daquela amplamente difundida pela literatura (CONTERATO & SCHNEIDER, 2005).

- Pluriatividade sazonal ou informal: a principal característica dessa forma de ocupação é a informalidade e precariedade do trabalho. São serviços realizados esporadicamente em função da sazonalidade da produção agrícola ou como forma de remuneração temporária.

- Pluriatividade pára-agrícola: caracterizada por tarefas que implicam na transformação, processamento e beneficiamento da produção agrícola. Agroindústrias familiares (individuais, associativas, cooperativas etc.) são exemplos dessa forma de inserção econômica e mercantil.

- Pluriatividade tradicional ou camponesa: decorre de um modo de vida em que a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas visa basicamente o autoconsumo. As atividades não agrícolas geralmente se relacionam ao fabrico de utensílios e equipamentos artesanais para uso próprio. São famílias que se assemelham à condição camponesa e apresentam fraca relação com mercados.

Grande parte dos estudos realizados sobre pluriatividade tem se dedicado ao tipo intersetorial e são embrionárias ainda as pesquisas sobre pluriatividade de base agrária. O que se tem em termos de resultados comparativos entre esses dois tipos de pluriatividade pode ser encontrado em Conterato & Schneider (2005), com base em dados da agricultura familiar em municípios de quatro regiões do meio rural gaúcho (Colonial da Serra, Serra do Sudeste, Missões e Alto Uruguai). Esses autores demonstram que entre as famílias pluriativas, as de base agrária são mais dependentes da renda agrícola, enquanto as intersetoriais auferem maior volume de rendas monetárias em atividades não agrícolas, aumentando em três vezes a renda total em relação à renda agrícola. Os autores ressaltam a importância de considerar a pluriatividade na estabilização da renda familiar mesmo em situações climáticas e de mercado adversas. Outro ponto que merece atenção nesse estudo comparativo é a importância que assumem os aspectos tranquilidade, trabalho na agricultura e na produção de alimentos entre pluriativos de base agrária e a pequena valorização destes em relação à sociabilidade restrita (vizinhos e comunidade). Já entre pluriativos intersetoriais os aspectos mais valorizados são a tranquilidade e a valorização dos vizinhos e da comunidade em que vivem. Observa-se, portanto, que a mercantilização social e econômica de agricultores familiares transformam relações de sociabilidade dos indivíduos e das famílias e mesmo as concepções de rural e das atividades desenvolvidas (CONTERATO & SCHNEIDER, 2005:18).

A especificação e reconhecimento das distintas possibilidades de diversificação que se apresentam nos diferentes contextos podem conformar fontes potenciais de desenvolvimento nessas áreas. Isso significa dizer que a intensidade e a predominância de um tipo de pluriatividade em relação a outro reforça a perspectiva de que há relação entre as formas de inserção laboral no mercado de trabalho não-agrícola e as dinâmicas territoriais de desenvolvimento (CONTERATO, 2008:250). Nesses termos, estudos empíricos são de especial importância na determinação das condições e situações a partir das quais processos pluriativos e não agrícolas emergem em diferentes medidas, podendo apontar tendências relevantes a considerar em projetos de desenvolvimento rural.

1.3. Os condicionantes internos e externos dos mercados de trabalho não agrícolas no meio rural

A diversificação das formas de trabalho desde a agricultura colonial, e já muito antes no velho campesinato, constituía-se parte integrante do modo de viver dos agricultores. A alocação da força de trabalho entre atividades agrícolas e não agrícolas era determinada no campesinato, segundo Chayanov (1974), em função da diferenciação demográfica e do mercado de trabalho, tão ou mais importantes que a condição social da família.

Teórico clássico das questões agrárias, Chayanov (1974) registra que estratégias de ocupação da força de trabalho não agrícolas (artesanato e comércio) eram usadas como forma de suprir deficiências nos ingressos agrícolas, em função de desequilíbrios internos relacionados aos fatores de produção (como excedente de mão-de-obra em razão do aumento populacional ou mesmo pela inatividade em função da sazonalidade agrícola, escassez de terras ou falta de capital), mas também por situações mais favoráveis de mercado para essas atividades outras se comparadas à

agricultura. Nesse caso, não se tratava somente de uma “falta” dos meios de produção suficientes, mas de situações de menor penosidade para ajustar o equilíbrio econômico da unidade de exploração familiar na relação trabalho/consumo, em ocupações extra-agrícolas que proporcionassem entradas mais elevadas. Essa ocupação da força de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas era, portanto, inconstante e se dava em função das distintas situações de mercado (CHAYANOV, 1974). A aceitação de uma ou outra ação se realizava através da “comparação econômica interna de avaliações subjetivas, mas também atentas às condições objetivas particulares da unidade de produção” (CHAYANOV, 1981:140).

Os ingressos não agrícolas, dependendo da área de estudo, nem sempre alcançavam o mesmo valor das entradas agrícolas, resultando então, em padrões mais baixos de bem-estar, seja pela resignação frente à baixa remuneração, seja pela penosidade dos ganhos obtidos pela autoexploração necessária para estabelecer o equilíbrio econômico básico (CHAYANOV, 1974). O autor considera os ingressos em grande medida qualitativos, ao passo que servem, exclusivamente, para satisfazer as necessidades das famílias ou grupos de trabalhadores⁷ (CHAYANOV, 1981). Essa interpretação recorrente nos estudos de Chayanov, segundo Gazolla e Schneider (2007), transparece nas estratégias diversas postas em prática com o objetivo final do bem-estar familiar, em última instância atribuída ao consumo básico. Na agricultura colonial brasileira, ao menos nas primeiras décadas, a tradição camponesa associada ao isolamento das colônias tornava fundamental a diversificação das atividades, agrícolas e não agrícolas. Estas últimas, como apontado por Werlang (1995), assinalavam incrementos de renda e de melhores condições de vida na colônia.

A perspectiva chayanoviana, consideradas as devidas ressalvas, estabelece importante referencial microssociológico à compreensão da dinâmica intrafamiliar das unidades de produção agrícolas (SCHNEIDER, 2003). Entre essas ressalvas estão consideradas questões relativas à indivisibilidade do trabalho e da renda e a relação entre diferenciação demográfica interna e aumento da produtividade do trabalho. Schneider (2003) reconsidera esses aspectos, advertindo sobre a separação das atividades agrícolas e não agrícolas exercidas, bem como da renda auferida, que tanto pode ser integrada ao orçamento familiar quanto individualizada. Além disso, a ocupação externa de membros da família em idade plena para trabalhar pode conformar situações nas quais o desempenho produtivo da unidade seja prejudicado. Não obstante, essa análise micro é fundamental ao entendimento das estratégias de diversificação de agricultores familiares (no tempo e no espaço) considerando a dimensão social do trabalho tão ou mais importante que a dimensão econômica na finalidade do bem-estar.

Com a crescente especialização da divisão social do trabalho e a paridade de valores e recursos urbanos e rurais, a ocupação em atividades não agrícolas no meio rural contemporâneo assume distinta importância entre as famílias e indivíduos. Todavia, a explicação e a determinação das estratégias de reprodução familiar no rural continuam sendo buscadas na relação das famílias e indivíduos com mercados de trabalho diversos. Aspectos internos da unidade de produção familiar relacionados às variáveis como idade, sexo, posição ocupada na hierarquia familiar etc., o tipo e forma de exploração agropecuária exercida pela família e predominante no contexto, o entorno socioeconômico, as novas referências profissionais, são alguns aspectos que assumem grande importância no entendimento da dinâmica de ocupação da força de trabalho.

Em contrapartida, as especificidades do mercado de trabalho local não podem ser compreendidas de forma desconectada do processo mais geral de reestruturação global da economia. O processo de modernização no setor agrícola, a partir da década de 1970, associado a uma variada gama de conseqüências, tais como, a especialização do trabalho, o aumento da

⁷ Chayanov (1981:136) chama de *economia natural* a atividade econômica humana dominada pela exigência de satisfação das necessidades (a intenção não é o lucro) de cada unidade de produção que é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. Graziano da Silva (1996:3) se refere à economia natural como a “harmonia” da produção assentada na relação Homem-Natureza (e suas contradições) e a economia de mercado seria marcada pela destruição dessa harmonia e recomposição de uma nova “harmonia” (também permeada por novas contradições) baseada no conhecimento e controle da Natureza. Esta passagem o autor denomina “industrialização da agricultura”.

produção e da produtividade, a formação dos Complexos Agroindustriais⁸ etc.; a década de 1980 caracterizada pela ampliação da concentração da estrutura fundiária e a manutenção da queda dos níveis de emprego e renda agrícolas (PAULILLO, 2001); a fragilização do setor agropecuário na década de 1990, submetido à abertura comercial, a concorrência com produtos externos e a sobrevalorização cambial da moeda brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 1999), além da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); se constituem nas principais transformações relacionadas à agricultura na esfera macro.

Para completar o quadro brasileiro, no que concerne a transformação dos mercados de trabalho, após 1990 se evidencia uma explosão do trabalho informal e flexível nas metrópoles, sobre o emprego formal (DUPAS, 1999). Quando da automação nos processos de manufatura, as expectativas se voltam ao setor terciário (processo também conhecido como pós-industrialização), com amplo crescimento do setor de serviços, às expensas da informalização e da precarização profissional, além do processo continuado do desemprego.

Esses processos de mudança, tanto em termos técnicos como no sistema de valores e idéias, atingem os espaços rurais transformando, entre outras coisas, os mercados de trabalho. Nessa dinâmica ocupacional e produtiva rural é importante considerar, portanto, o ambiente micro (da família), meso (do contexto) e macro (da economia geral), conforme sugere Kageyama (1998), cujos aspectos em seu conjunto orientam as formas de reprodução de agricultores familiares em contextos diversos. Essa orientação conjunta de fatores microsociais e macroeconômicos resulta em diferentes respostas, conformando uma grande heterogeneidade de condições e situações no meio rural.

⁸ Refere-se à formação de uma cadeia setorial em que a agricultura teria ligação à montante com o D1 agrícola (setor produtor de bens de produção - indústrias química e mecânica, por exemplo) e à jusante com o D2 agrícola (setor produtor de bens de consumo – agroindústrias beneficiadoras). Para maiores detalhes sobre o desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais – CAIs - consultar Paulillo (2001) e Graziano da Silva (1996).

Nesta seção será discutida a orientação teórica que tem servido de base as recentes interpretações e leituras sobre o meio rural, no que concerne a diversificação das estratégias de reprodução de agricultores familiares, e que se mostrou pertinente ao estudo proposto. O entendimento das peculiares formas de inserção de agricultores em mercados de trabalho diversos, especialmente aqueles muito distintos da atividade agrícola, em que pese o sentido ou a motivação e a percepção de satisfação no trabalho realizado, pressupõe um afastamento dos tradicionais modelos teóricos fundados no estruturalismo e no utilitarismo. O excessivo peso dado à forma, em detrimento do conteúdo como seu modo de emergência (CAILLÉ, 1998), à lógica econômica e aos condicionantes externos, dificulta a compreensão da diversidade de meios de vida (ELLIS, 2000) existentes nos diferentes contextos. Longe de acreditar que essas teorias possam dar conta de explicar toda complexidade que envolve os fenômenos sociais, o que se buscou foi um respaldo referencial que tornasse possível conjugar agricultores familiares e ocupações não agrícolas em práticas sociais específicas. O propósito aqui pretendido foi a utilização de referenciais coevos e mais diretamente relacionados ao espaço local, que permitissem “desvendar as complexidades do significado e da ação social, através do desenvolvimento de um quadro conceitual que atribui prioridade à compreensão das situações da vida cotidiana” (LONG, 1992:6).

A escolha do aporte teórico centrado na condição de agente (GIDDENS, 2003; LONG, 1986/1992/2001; LONG & PLOEG, 1994; PLOEG, 2006/2008) do agricultor familiar mostrou-se importante para elucidar as características do processo de diversificação ocupacional. Nessa perspectiva, ao ator social é concedido espaço de manobra, de forma distinta das teorias sociais clássicas (da modernização e marxistas) que o reduzem a um mero espectador passivo e constrangido pela determinação externa. Para Giddens (2003) “Agência” diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. Para Long & Ploeg (1994) a agência é entendida como capacidade do ator social de processar experiências e de projetar diferentes formas de superar externalidades.

Nesta perspectiva, as estruturas sociais e econômicas não estão dadas *ex ante*, mas são produzidas e reproduzidas historicamente por agentes sociais. Essa interação estabelece distintas formas de relação com mercados na medida em que indivíduos adquirem capacidade de agência e criam espaços de manobra.

A abordagem da reciprocidade, por sua vez, oriunda da Antropologia, permitiu articular características localizadas como parentesco e proximidade à dinâmica do mercado de trabalho local. A partir da noção de símbolo foi possível compreender como se produzem e reproduzem relações sociais de trabalho entre os diversos atores e estabelecer uma reflexão sobre o sentido das práticas e da motivação e satisfação nas ações sociais. Esse respaldo é encontrado na teoria maussiana sobre a dádiva (MAUSS, 1974), que deu origem à discussão sobre reciprocidade, e em suas releituras contemporâneas, em cuja essência se espalha a natureza pluridimensional da ação social. O ponto central da obra de Mauss, aqui destacada, é a idéia de fato social total, que explica a troca como uma interação de aspectos econômicos, religiosos, políticos, jurídicos etc. que no conjunto regram formações sociais distintas.

2.1. Agência humana: a ação dos atores sociais

*“Vamos chamar de volta os homens e pôr neles um pouco de sangue”
Homans, 1971:113 apud Sztompka, 2005:328*

Segundo Sztompka (2005) a agência humana, ao longo da evolução do pensamento, foi distintamente compreendida: a princípio situada fora do domínio humano e social, determinada por forças metafísicas ou divinas; depois, mais próxima da humanidade, desceu a terra, determinada, então, pelo meio biofísico; ainda mais tempo foi preciso para que a agência fosse atribuída ao ser humano, ainda que não a todos, apenas exclusividade de grandes homens transformadores da sociedade. Foi humanizada, porém, não socializada; com o aparecimento da sociologia, a agência foi devidamente socializada, permanecendo, no entanto, desumanizada em função da concepção de sociedade total autotransformadora e autorreguladora (acima das cabeças humanas) que perseguiu a sociologia por longa data. “Esses estranhos modelos de sociedades sem pessoas” (SZTOMPKA, 2005:328), base das teorias funcionalistas e mecanicistas, gradualmente expõe suas fragilidades e a agência encontra lugar de merecimento: as ações dos agentes sociais. Torna-se, pois, a um só tempo, humanizada e socializada.

Inaugurada com maior propriedade por Max Weber (1864-1920), a concepção de ação social aposta no indivíduo como responsável pela tomada de decisões. Para Weber (1979) o próprio objeto da sociologia é a compreensão da ação social, a pretensão de entendimento da conduta humana dotada de sentido. Nessas bases, as decisões tomadas são referidas na perspectiva alheia (do outro) e subjetivamente justificadas. Não se trata, portanto, de compreender o sujeito enquanto pessoa, mas sim, de captar a relação de sentidos em que se dá a ação entre indivíduos. Weber ressalta a natureza flutuante do sentido da ação social, não fixa, e por essa razão mesma, o resultado da ação é menos importante que a conduta apreendida. É o caso dos movimentos sociais e ecológicos, por exemplo, cujos valores ultrapassam em muito os resultados.

A sociologia inglesa entra no debate contemporâneo a respeito da agência humana, de forma vigorosa, com os estudos de Anthony Giddens (2003). De acordo com o sociólogo, é a conduta cotidiana de pessoas comuns, geralmente muito distantes dos grandes projetos reformistas, que desenham e transformam gradualmente as sociedades humanas. Através da sua teoria da estruturação, o autor transforma a noção estática e mecânica das estruturas na dinâmica da conduta coletiva humana, ou seja, conjuga estrutura e ação numa só teoria (teorema da dualidade da estrutura). Ao agente (individual, coletivo ou institucional) é assegurada a consciência das condições e conseqüências de seus atos. Entretanto, o autor foge da ingenuidade ao admitir que a consciência da conduta não implica em conhecimento ou domínio das condições e conseqüentemente não resulta em projetos premeditados. Em outras palavras, não significa que os resultados coincidam com as intenções originais.

As ações sociais, para Giddens, exibem propriedades estruturais (como ordem virtual), que por sua vez são meio e fim das práticas sociais (idéia de sociedade não teleológica). O indivíduo nasce em determinado contexto e ao mesmo tempo em que é condicionado por ele, também o condiciona. Em outros termos, significa dizer que ao mesmo tempo em que atores sociais reproduzem estruturas são capazes também de modificá-las (GIDDENS, 2003). É importante salientar, que macroestruturas não são agregações “episódicas de situações micro” (LONG, 2001), observando que certas condições estruturais são historicamente construídas e reproduzidas.

Os estudos de Norman Long (da chamada Escola de Sociologia Agrária da Universidade de Wageningen, Holanda) têm utilizado a perspectiva orientada ao ator como forma de analisar a heterogeneidade das formas de reprodução da agricultura familiar nos espaços rurais. Essa orientação teórica, construída a partir da teoria da estruturação de Giddens e inspirada no Interacionismo Simbólico, confere ao agricultor capacidade de manobra, minimizando a sobrevalorização dos condicionantes externos na determinação de processos de desenvolvimento.

Os processos locais, segundo Long (1986, *apud* OLIVEIRA, 2008), tornam-se importantes fontes de variação em processos de desenvolvimento porque se configuram como mediadores das forças externas. Processos de mercantilização, portanto, assumem formas muito distintas em função das dinâmicas locais. A perspectiva de agente, dessa forma, permite considerar as relações do indivíduo em contexto historicamente construído e a forma como internaliza fatores externos resultando em práticas com sentidos diversos e específicos. A compreensão das sociedades se daria, então, a partir das situações cotidianas e das práticas sociais localizadas (LONG, 2001). Nesses termos, o autor dilui a oposição entre os níveis micro x macro nas práticas locais considerando que as macro-representações estão inclusas no cotidiano, no entanto, nem sempre perceptíveis em todos os contextos (LONG, 1992). Em perspectiva semelhante, sustentada na tese maussiana da dádiva, Caillé (1998) rompe com a dicotomia sociedade-indivíduo no entendimento da tradução recíproca (dos símbolos constituídos) de um plano a outro.

Os atores sociais são categorias ativas que compõem estratégias para se relacionar com outros atores locais e de fora (LONG & PLOEG, 1994). Às análises de processos sociais torna-se fundamental, portanto, identificar e caracterizar as diferentes estratégias, as condições nas quais se passam, sua exequibilidade e efetividade na solução dos impasses e, principalmente, seus efeitos sociais (*op. cit.*). Dessa forma, segundo os autores, é possível entender como agricultores familiares constroem meios de vida e organizam seus recursos, dentro de seus limites, para criar seus próprios estilos de agricultura, nas quais se inclui a pluriatividade. O desenvolvimento rural para Ploeg *et al.* (2000) é um processo multifacetado e multi-atores e se dá a conhecer através de uma variada sucessão de práticas construídas pelas estratégias familiares.

Os agricultores familiares não participam do processo de trabalho baseados apenas na perspectiva trabalho-assalariamento (tal qual propugnam abordagens marxistas e neomarxistas, ao menos no que tange a incapacidade do agricultor como agente), mas num complexo emaranhado de questões relacionadas a parentesco, gênero, idade, religião e reciprocidade (PLOEG, 2006). Niederle (2008), apresentando algumas passagens da trajetória acadêmica de Ploeg, relata a importância dos aspectos socioculturais em seus trabalhos, onde repertórios culturais (noções de valor, discursos, símbolos etc.) são focos privilegiados de análise, orientadores das práticas de agricultores e que servem ao exame das diferentes respostas destes atores a situações semelhantes. A complexidade intrínseca na divisão das tarefas, o saber-fazer, as relações de hierarquia familiar, enfim, o cotidiano das famílias de agricultores, perfazem uma dimensão fundamental que se perde quando o privilégio é dado à análise global e macroeconômica.

Dessa forma, cabe considerar, além da “superestrutura dos mercados globalizantes” (PLOEG, 2008:7), os interesses sociais de reprodução de famílias e indivíduos rurais e a maneira como esses interesses são e podem ser postos em prática. Nesse contexto, Ploeg (2006) desenvolve a questão de autonomia (entendida como espaço de manobra), que orienta as tendências recentes sobre desenvolvimento rural. O autor aposta no conceito de recampezinização⁹ (retomada da autonomia) como fio condutor do desenvolvimento, direcionado a processos diversificados de sobrevivência. Ploeg argumenta que a perspectiva dualista dos debates sobre agricultura que perdura a longa data não encontra suporte prático porque ao contrário de um tipo único (ou bipolarizado) resultante do processo de mercantilização crescente, observa-se uma multiplicidade de formas ou estilos de agricultura, como prefere o autor, evidenciados nos diferentes espaços. Long & Ploeg (1994) igualmente criticam as intervenções planejadas (de cima para baixo), na

⁹ Por recampezinização, o autor entende o amplo processo de recriação de autonomia, convertida em novas formas de desenvolvimento, produção de novos valores agregados com maior rentabilidade e novas oportunidades de emprego. É um conceito que sintetiza dimensões qualitativas e quantitativas, na medida em que responde a alguns dos principais problemas globais (desemprego, fome, consumo excessivo de energia e de insumos etc.) e tem demonstrado crescimento em vários lugares do mundo, especialmente na Europa, em que grande parcela, incluindo jovens, estaria se reconstituindo como camponeses. Uma significativa parcela de agricultores tem diversificado suas atividades a partir da efetivação de alternativas como: produção de novos produtos e serviços agrícolas; distanciamento em relação ao mercado de insumos; reconexão agricultura/natureza; pluriatividade e novas formas de cooperação local. Isso não significa, no entanto, a inexistência de processos de descampezinização. Segundo o autor, re e descampezinização ocorrem ao mesmo tempo e no mesmo local, interligados de forma complexa; isto porque a condição camponesa é caracterizada por uma série de graus, com maior ou menor integração ao mercado. (PLOEG, 2006:42-46).

medida em que estas não dão conta do conhecimento detalhado e do domínio das situações locais altamente diversas e desconsideram a heterogeneidade como traço estrutural e não casual do desenvolvimento agrário.

Considerando a estrutura como meio e fim das práticas sociais, podemos depreender que determinados tipos de mercado, a exemplo daqueles constituídos por atores locais, do mesmo modo que incorporam lógicas racionais de troca também absorvem lógicas sociais sustentadas em valores, recursos, poder etc. Sabourin (2003) destaca que relações mercantis e de reciprocidade coexistem nas sociedades rurais de forma complementar, condicionando-se mutuamente.

2.2. O sentido da ação social: reciprocidade e relação social total

O tópico anterior procurou demonstrar a capacidade de agricultores familiares na construção de mercados a partir de suas ações sociais. Agora, cabe discorrer sobre as teorias que sustentam as bases nas quais se estabelecem as relações entre agricultores e mercados de trabalho não agrícolas em contexto específico.

Observou-se que as relações de sociabilidade no contexto de estudo, vêm sendo construídas e reconstruídas sobre pilastras cuja ligação, ainda hoje, orienta, em maior ou menor medida, as interações locais: parentesco, vizinhança, interconhecimento e reciprocidade. Segundo Radomsky & Schneider (2007), atores sociais em interações específicas, em contexto historicamente constituído, personalizam mercados locais, tirando-os do anonimato. Existe, portanto, uma complementaridade na relação entre esses atores com mercados locais que ultrapassa a racionalidade da lógica mercantil. Paralelamente as relações de intercâmbio econômico se processam trocas não mercantis que, segundo Sabourin (2003), correspondem à permanência das práticas de reciprocidade, tradicionais ou readaptadas ao novo contexto.

Em seu “Ensaio sobre a dádiva”, Mauss (1974) analisa o sistema de trocas em sociedades tribais, das quais descerra formas distintas de compreensão da formação e transformação de sociedades a partir das noções de dar, receber e retribuir, complexas e repletas de significados. A troca em Mauss é um fenômeno coletivo (de mercadorias, presentes, favores etc.) e não se restringe ao significado das relações de mercado (que é apenas um de seus momentos), assumindo contornos simbólicos ligados, não raras vezes, a honra e ao prestígio. A essência do paradigma do dom é a criação do vínculo social, do estabelecimento de uma rede de relações e do pacto de confiança de um com o outro. A dádiva da perspectiva maussiana é a aliança generalizada que estabelece os ciclos de reciprocidade. Não é a dádiva caridosa. É a dádiva agonística (do *potlatch*¹⁰), da incerteza da retribuição, do risco e da rivalidade, que paradoxalmente é a condição da aliança (CAILLÉ, 1998). O intercâmbio em Mauss expressa uma mescla de coisas, de valores, de contratos e de homens, é um sistema de prestações totais, sobre as quais se funda toda vida social do ser humano.

¹⁰ O *potlatch* é uma cerimônia praticada entre tribos indígenas da América do Norte, como os Haida, os Tlingit, os Chinook e os Kwakiutl. Também há um ritual semelhante na Melanésia. Consiste num ritual de homenagem, geralmente envolvendo um banquete, seguido pela renúncia a todos os bens materiais acumulados pelo homenageado – bens que devem ser entregues a chefes representando diferentes linhagens (casas). A própria palavra *potlatch* significa dar, caracterizando o ritual como de oferta de bens e de redistribuição da riqueza. É o empenho da honra e do crédito. A expectativa do homenageado é receber presentes também, daqueles para os quais deu seus bens, quando for a hora do *potlatch* destes. O valor e a qualidade dos bens dados como presente são um sinal do prestígio do homenageado. O chefe somente conservará sua autoridade (militar, jurídica, econômica e religiosa) e sua posição social junto a sua tribo e seu povo se demonstrar sua fortuna. Em alguns casos, os bens eram simplesmente destruídos após a cerimônia. No fenômeno *potlatch* a troca guarda um sentido de rivalidade entre casas e, de certo modo, substitui a guerra. Mauss denomina o *potlatch* de “prestação total de tipo agonístico”, por implicar no desenvolvimento de rivalidade e competição (MAUSS, 1974). Os governos canadense e estadunidense proibiram o *potlatch* em fins do século XIX, por considerar o ritual uma perda “irracional” de recursos. Com a compreensão do significado do *potlatch*, a proibição desapareceu em 1934 nos EUA e em 1954 no Canadá. Algumas tribos praticam a cerimônia ainda hoje, e os presentes incluem dinheiro, taças, copos, mantas etc (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Potlatch>).

Martins (2008) propõe uma nova releitura da teoria maussiana e sua utilização extensa as ciências sociais (fora do escopo da antropologia estrita e principalmente da corrente estruturalista antropológica, cujo expoente é Lévi-Strauss) e assevera que

(...) no dom há uma teoria da reciprocidade aberta e flexível, que permite revelar a complexidade das motivações presentes na ação social, que favorece resgatar a experiência e o valor da ação intersubjetiva, que permite articular o saber comum e o saber científico, que valoriza o cotidiano sem desprezar as articulações entre o micro e o macro (MARTINS, 2008:108). (grifo nosso)

Essa compreensão da dádiva permite ultrapassar a leitura antropológica para incorporar percepções distintas a partir de uma perspectiva transdisciplinar que valoriza formas diversificadas de organização sociocultural (*op. cit.*). As questões de aliança, de mercado, de trabalho, de solidariedade etc., estão fundadas em certas bases morais que dependendo do contexto não podem ser generalizadas. É semelhante ao que Caillé (1998) chama de sociabilidade primária, como relações registradas no âmbito da família, do parentesco, da amizade e camaradagem; de forma contrária, como posto pelo autor, à sociabilidade secundária a funcionalidade dos atores importa mais que sua personalidade. Entretanto, Martins (2008) compreende que a dádiva se encerra nos dois registros e a diferença estaria na maior visibilidade do dom nas relações interpessoais e mais implícita nas relações comerciais e mercantis. Com efeito, as trocas mercantis não resistiriam sem o valor confiança, que nasce das relações interpessoais e não de contratos jurídicos e formais (MARTINS, 2005).

A maturação da idéia do dom favorece o entendimento da formação e interrupção de alianças permitindo interpretações plurais, de produção econômica e de trabalho social (como exemplos), não apenas a partir da exploração e do conflito, mas também incorporando indicadores de bem-estar e qualidade de vida (MARTINS, 2008). Dessa forma, essa releitura contemporânea da dádiva permite considerar características contextuais específicas, como proximidade e parentesco, irrestritos a sub-campos particulares (ou econômico ou político ou cultural etc.) haja vista que tudo contribui à constituição do vínculo social (idéia de fato social total de Mauss) e da motivação da ação social. A interpretação da dádiva proposta por Martins permite assim, estabelecer a ruptura da dicotomia sujeito-objeto na medida em que o foco de análise passa a ser o símbolo, oriundo e norteador das relações sociais. A ênfase é dada no valor da relação na constituição da sociedade (MARTINS, 2008:119). É um sistema de conhecimento, argumenta o autor, simultaneamente simples e complexo. Simples porque busca explicar a realidade no plano de vida cotidiano. Complexo porque ultrapassa fronteiras restritas e disciplinares.

Introduzindo a obra de Lanna (1995), A Dívida Divina, Roberto Da Matta observa quão rica pode se tornar a produção intelectual, de inspiração maussiana, para examinar Estado e Sociedade por meio de dádivas, trocas, favores e teias de compromissos que oscilam da mais alta pessoalidade à mais burocrática impessoalidade. O autor sugere que mesmo reprimidas pela ciência e pela política, as práticas e instituições sociais das categorias populares não são destituídas de força, de sentido e de razão. Nas práticas cotidianas de trabalho, nas festas, nos ritos, transparecem concepções pessoais e ideológicas que justificam as relações e as obrigações (que são, também, livres e espontâneas) que temos uns com os outros. A recusa na participação de trabalhos, festas, ritos etc. pode ser interpretada pela comunidade como sinal negativo, de descaso e mesmo de hostilidade. Existe, portanto, uma obrigatoriedade *sui generis* de submissão à lei do simbólico (CAILLÉ, 1998), que se impõe sobre as diferenças individuais que, por sua vez, contêm em si o princípio *in totum* e igualmente a origem da autonomia e liberdade. A natureza multidimensional da ação se desenvolve simultaneamente segundo quatro móveis: obrigação e liberdade, interesse e desinteresse. Isso porque, segundo Mauss (1974), a vida social não é possível se reduzida apenas ao interesse (que funda a lógica do utilitarismo mercantil) e obrigação (que inspirou a lógica burocrático-autoritária do Estado). O mesmo poderia ser pensado sobre a gratuidade e o desinteresse. Essa condição é especialmente difícil à compreensão dos discursos modernos, que

somente concebem a ação na separação desses registros. A crítica maussiana ao utilitarismo demonstra o “equivoco de toda tentativa de limitar as ações humanas apenas à moral do interesse e do egoísmo e de privilegiar a economia de mercado como instância privilegiada na produção do bem-estar social” (MARTINS, 2005:51).

A reciprocidade entre atores pode conduzir à geração de valores e comportamentos positivos (justiça, confiança) e negativos (favorecimentos, clientelismo, paternalismo), e pode se dar em vias de iniquidade, de assimetria e também de simetria nas relações. A dádiva (aliança) é sempre permeada pela incerteza, pelo risco da não retribuição que se torna tão maior na medida em que se aprofunda a impessoalidade nas relações. O importante, na teoria sobre o dom é o conjunto de significações que acompanha os bens ofertados, os serviços prestados, a hospitalidade dada, ou seja, os sentidos que favorecem alianças, vínculos e rupturas.

A reciprocidade pode ser situada em duas dinâmicas principais: pode se dar de forma vertical, marcada pela hierarquia e geralmente pela concentração de poder (proprietários / peões, paternalismo, clientelismo político, por exemplo); e pode se dar de forma horizontal, mais igualitária ou equilibrada expressada pela aliança generalizada e de ajuda mútua (TEMPLE, 1983, apud SABOURIN, 2003). Essa colocação é importante na medida em que exige um olhar mais atento sobre os vínculos constituídos e uma visão mais crítica sobre as lógicas da reciprocidade. Radomsky (2006) chama atenção para as possíveis “armadilhas” da reciprocidade, ou seja, da subordinação de atores sociais que partilham de uma visão de mundo muito semelhante (controle social) e da segregação social imposta àqueles que se diferenciam social e culturalmente. O autor atenta ainda, para a capacidade das relações de reciprocidade em encobrir com subterfúgios, reais formas de dominação, sendo a dádiva uma forma poderosa de se constituir aliados (*op. cit.* p. 154).

Outro autor que avança nos estudos sobre o dom, introduzindo as idéias de estratégia e poder, é Bourdieu (1996). Para esse autor, o sentido das ações na dádiva deveria ser abordado a partir dos períodos de tempo instituídos entre o dar (dom) e o retribuir (contra-dom). De modo contrário a Lévi-Strauss, Bourdieu considera que os atores são conscientes de seus esquemas organizativos e dessa forma, as regras de dar-retribuir podem não ser cumpridas em sua totalidade ou mesmo modificadas e ainda depender dos intervalos, longos ou curtos, de retribuição. A essas práticas conscientes o autor chama de ações estratégicas dos atores, engendradas a partir da situação que vivenciam. As relações de poder também se instauram na dívida daqueles que recebem o dom em relação àqueles que doam.

A orientação teórica da dádiva permite privilegiar a organização social local numa perspectiva relacional, que inclui a circulação de bens e serviços, mas também de gentilezas, desejos, memórias, sonhos, intenções etc. Permite à compreensão, a partir da noção de símbolo, de que práticas sociais são traduzidas de modo distinto nos diferentes contextos e situações, dependentes de sua história, de seus recursos, de seus valores, ou seja, de seus limites (morfológicos e morais) e possibilidades. São nessas bases que se instituem os vínculos entre indivíduos, que emergem os significados das ações sociais (que são *inter-ações*), suas motivações e sua percepção de bem-estar.

Na próxima seção é realizado o resgate histórico do contexto de estudo à compreensão da formação (estruturação) das relações sociais locais. Para Ribeiro & Feldman-Bianco (2003:26), “formas sociais e culturais são totalmente contingentes, pois poderiam, a princípio, ter conteúdo qualquer não fosse o fato de por trás delas existir uma história”.

CAPÍTULO 3 OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E AS CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO SUL

Esta seção tem início na trajetória histórica do contexto de estudo. A tradição histórica aqui descrita nos fornece alguns elementos preciosos à interpretação da organização social da comunidade rural em questão, principalmente no que tange as formas de sociabilidade e de trabalho. Posteriormente é apresentado o panorama atual do município de Paraíso do Sul encerrando temáticas a respeito da articulação entre agricultura familiar e complexo fumageiro no geral e específico à região de estudo. A seção é finalizada com referência a pluriatividade e dinâmica de mercados de trabalho não agrícolas no meio rural local.

3.1. A chegada dos pioneiros

“A terra arável, o espaço, a luz, tudo devia ser conquistado à floresta” (ROCHE, 1969:52).

Pode-se dizer que a historiografia do município tem origem com a chegada dos primeiros colonos alemães entre as décadas de 1850 e 1880, na então chamada Colônia de Santo Ângelo (hoje correspondente às áreas dos municípios de Agudo, Paraíso do Sul, parte de Dona Francisca e Cachoeira do Sul). De acordo com o historiador da região, William Werlang (1995), setenta famílias – perfazendo cerca de trezentas pessoas – oriundas da cidade alemã de Lubow, região de Neustettin na Pomerânia Oriental, aportaram na Colônia em 1857. Ficaram estabelecidos, primeiramente, na região que hoje constitui o município de Agudo.

Em 1860, a partir da medição dos lotes (como demonstrado na Figura 01), deu-se o povoamento de grande parte do município de Paraíso do Sul, organizado pelo então administrador da Colônia, Barão von Kahllden¹¹. Esses lotes possuíam em média 48,4 hectares demarcados em terras desocupadas pertencentes ao governo (devolutas). A distribuição desses lotes, segundo Roche (1969), não se deu mais na forma de doação como acontecia desde 1824, quando da chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo; os lotes foram então vendidos aos colonos, à vista ou a crédito com carência de três anos e módicas prestações.

¹¹ Personalidade importante desta história e suposto responsável pelo nome do local. Quando da abertura da primeira picada, ligando as localidades de Agudo e Paraíso, do alto do Cerro do Limão (*Zitronenberg*), o barão teria exclamado *“Das ist wirklich ein paradies”* (Isto é um verdadeiro paraíso), encantado com a beleza natural ao seu redor. (WERLANG, 1995:42-43)

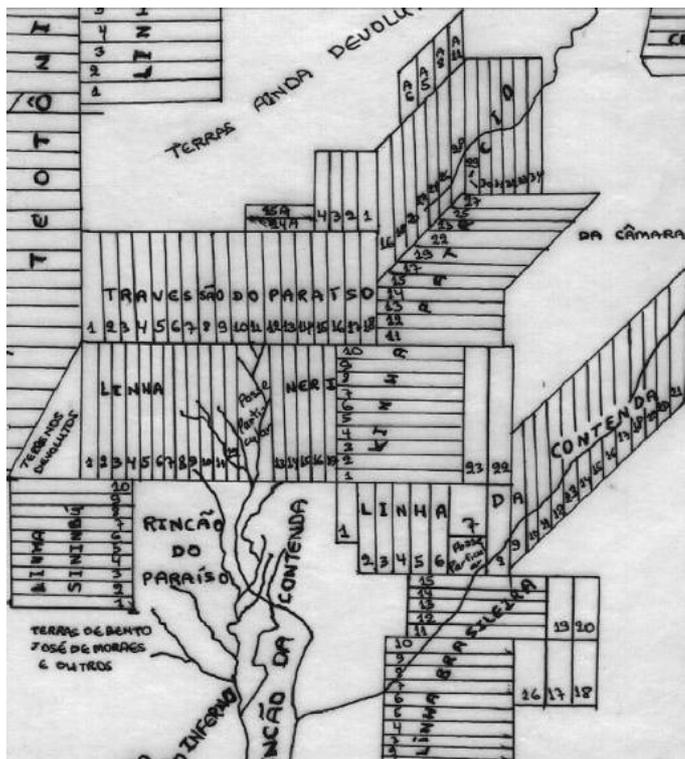


Figura 01 - Planta da Colônia de Santo Ângelo (área correspondente ao município de Paraíso do Sul) elaborada pelo topógrafo alemão Barão von Kahlden em 1878, demonstrando a demarcação dos lotes coloniais.

Estabelecidos na borda da Serra Geral, os colonos reuniram-se para abrir picadas¹², desbravar florestas, levantar suas casas, cultivar a terra e organizar sua comunidade. O exercício da atividade agrícola era obrigado pelo pacto colonial, cuja finalidade, além do povoamento e da constituição de uma classe intermediária entre o estancieiro e seus peões e escravos, estava na constituição de um mercado interno. Até a colonização, o território gaúcho era o Pampa e a estância o elemento característico da paisagem. O latifúndio e a pecuária extensiva orientada à exportação¹³ determinavam as relações sociais, econômicas e políticas. A relativa autarquia das estâncias não favoreceu o surgimento de um mercado agrícola interno mantendo, mesmo, a predominância do campo sobre a cidade (ROCHE, 1969).

Ao colono imigrante foi oferecido a Floresta e o pequeno lote colonial. Não lhes era permitido, tampouco, a utilização do trabalho escravo. Conforme Herédia (2001) a diferença principal do processo de colonização no sul do Brasil estaria na alteração do regime de propriedade enquanto nas demais regiões a preocupação consistia na substituição do trabalho escravo. No entanto, o regime de trabalho também se altera, haja vista que ao lado da pequena propriedade e do policultivo, pesa a força do trabalho familiar; elementos que até hoje, excetuando-se de modo geral o policultivo, caracterizam a agricultura no sul do país.

¹² Grande parte dos pequenos municípios do Rio Grande do Sul, além de Santa Catarina e Paraná, tem sua origem numa forma de organização social denominada de Picada. A designação também pode ser substituída, regionalmente, por Linha, Lajeado, Travessa ou Travessão. A Picada era a forma básica de penetração na floresta, na qual se buscava abrir vias ao longo das quais se instalavam imigrantes, em lotes que lhes eram designados (DREHER, 2008).

¹³ A produção de charque se constituiu como principal fonte de renda no Rio Grande de 1780 a 1935. As estatísticas de exportação do charque indicam certa estabilidade da produção no século XIX, oscilando entre 18.000 e 21.000 toneladas na primeira metade do século e entre 25.000 e 30.000 toneladas a partir de 1845. Os couros que de início haviam servido como material essencial à fabricação dos meios de sobrevivência – cadeiras, camas, botas, roupas, arreios, sacos etc – passaram a ganhar cotação no mercado a partir de 1822 (ROCHE, 1969:29 e 79).

3.2. O modo de vida na colônia

“As igrejas nesta colônia foram edificadas como em Neustettin, como na Pomerânia. As casas foram construídas como se construía em Lubow, em Gross-Linichen, em Tempelburg. Os instrumentos de trabalho, as festas, as escolas, eram como na Pomerânia. Ainda hoje existem esses traços, esta cultura preservada e esta história que une estes povos...” (WERLANG, 1995:8).

3.2.1. Uma terra de trabalho

Os colonos imigrantes construíram suas casas ao longo das linhas e picadas, a beira dos caminhos. A partir delas, o colono penetrava à floresta dando início ao desmatamento (ROCHE, 1969). As terras de florestas abatidas-queimadas eram então cultivadas em sistema de policultivo onde se produziam milho, batata-doce, batata-inglesa, abóbora, mandioca, feijão, arroz, trigo, centeio e fumo. Mesclavam culturas européias com as culturas locais aprendidas com os caboclos. Também criavam aves e porcos, sendo estes últimos, principalmente, para produção de banha utilizada na cozinha e na conservação de carnes e embutidos. No princípio apenas o feijão preto era vendido. No primeiro ano, segundo Werlang (1995), os colonos¹⁴ colheram apenas milho, feijão e batata, sobrevivendo dos subsídios recebidos do governo provincial. O traço característico dessa fase era a relativa igualdade entre os imigrantes.

Produzindo os mesmos produtos restava pouco aos colonos comerciarem entre si. Restava como alternativa a comercialização em mercados próximos (Cachoeira do Sul, São Gabriel, Rio Pardo e Porto Alegre), realizada por uns poucos colonos que se dedicaram a esta tarefa. Surgem, a partir de então, os “mercadores da Colônia”, responsáveis por comercializar os excedentes produzidos, estabelecer preços de compra e venda, adiantar produtos manufaturados e transportar a produção (*op. cit.*). Ficavam com a maior parte dos lucros. Segundo Roche (1969) foram os comerciantes que constituíram a única classe rural que enriqueceu, além de tornar-se a classe dirigente nas colônias. Estabelecia-se, assim, de modo gradativo, o desequilíbrio nas relações de poder e a gênese do processo de diferenciação social entre os colonos. De acordo com Schneider (1999:23) os comerciantes influenciavam diretamente a forma de produzir dos colonos, de forma tal que deles passou a depender seu modo de vida e sua reprodução.

Saídos da cidade e do meio rural de Lubow, os imigrantes que ali chegaram exerciam as mais variadas profissões. Os primeiros colonos instalados eram agricultores, carpinteiros, pedreiros, lapidários, tanoeiros, marceneiros, alfaiates, sapateiros, tintureiros, padeiros, músicos, negociantes e mecânicos (WERLANG, 1969:193). O contrato colonial os obrigava a residir no lote e cultivar a terra pelo período mínimo de dois anos. Praticavam, ainda, o artesanato rural, produzindo, entre outras coisas, a vestimenta e as ferramentas utilizadas no trabalho agrícola, formando mesmo, um mercado produtor dessas mercadorias. “Quanto maior o isolamento do colono, mais diversificada se tornava a produção artesanal” (SCHNEIDER, 1999:34).

Assim que decorrido o tempo e adaptados à nova vida, alguns colonos puderam exercer suas antigas profissões, como ocupação principal ou secundária. Raras vezes se desligavam completamente da agricultura. Em 1863 existiam já 126 estabelecimentos de lavoura, dois moinhos, um engenho de cana, duas pequenas casas de negócios e diversos outros estabelecimentos. Exportava-se milho, feijão e batatas. Em 1869 a Colônia contava com sete fabriquetas de carroças¹⁵ para uma população de 1.269 habitantes e em 1875 já existiam sete engenhos de arroz. Também havia mercado para o comércio de produtos manufaturados e relativa capacidade para o consumo de produtos essenciais como açúcar, sal e tecidos (WERLANG, 1995). A cevada era empregada na fabricação artesanal de cerveja. Assim como as fabriquetas de

¹⁴ Conforme Roche (1969:3) o termo colono, em síntese, é a designação para homens ligados à terra que exploram.

¹⁵ A grande quantidade de carroças era necessária para transportar a crescente produção agrícola que seria exportada, pelo porto, através do rio Jacuí com destino aos mercados próximos e pela estrada de rodagem de Cachoeira do Sul (WERLANG, 1995:192).

aguardente, a produção era destinada ao consumo com venda do excedente. A atividade artesanal era, pois, complementar à agricultura, possibilitando incrementos de renda e melhores condições de vida. Com o desenvolvimento agrícola e artesanal amplia-se a divisão social do trabalho.

A manufatura artesanal permaneceu associada à agricultura pelo menos até fins do século XIX, especialmente naqueles ramos ligados a transformação e transporte de produtos agropecuários. Encontrou gradual declínio diante da concorrência comércio/indústria em que muitas fabriquetas e oficinas desapareceram. Roche (1969) sugere ter havido um “hiato entre a atividade artesanal e a indústria”, porque poucas foram as fábricas que tiveram sua origem na oficina do artesão colonial. Foi o capital acumulado na produção e comercialização agrícola que deu origem as primeiras indústrias sul-riograndenses, fundadas por alemães e teuto-brasileiros.

Na Colônia de Santo Ângelo, a exemplo das colônias velhas¹⁶, o sistema intensivo de exploração resultou em rendimentos decrescentes no uso da terra. Esse fato associado aos mecanismos de herança, levou parte dos filhos de colonos à busca por novas áreas ou mesmo novas ocupações. Os que ficaram optaram pela especialização produtiva (a exemplo do fumo) e a tentativa de modernização da atividade agrícola.

O fumo foi cultivado desde cedo pelos imigrantes na colônia. Produziam além de suas necessidades haja vista que a produção era compensadora e rendia, em média, cinco a sete vezes mais que outros produtos agrícolas. A produção excedente era destinada, pelos comerciários da Colônia, as casas de tabaco e as fábricas de charuto da região. Em 1859 produziram 76 arrobas, em 1866, 251 arrobas (quase 14% da produção provincial) e em 1867, 1.093 arrobas de fumo. Entretanto, o comércio do fumo só embala mesmo a partir de 1870 (WERLANG, 1995:208). Conforme Roche (1969) o governo preocupava-se com a separação das folhas por qualidade e a seleção das sementes, distribuindo, por essa razão, livretos com aconselhamentos redigidos em português e alemão.

Apesar do rendimento compensador, a cultura do fumo não era produzida em grande escala na propriedade. A prioridade era dada aos cultivos para o autoconsumo que garantiam a manutenção da família, de modo semelhante ao observado por Seyferth (1984) em Guabiruba, SC. Essas relações específicas constituíam o referencial simbólico do colono, atribuindo sentido ao trabalho e as formas de organizar a produção. As práticas extra-agrícolas, por sua vez, não apresentaram significados evidentes por si. Diluíam-se como parte do modo de vida colonial. Esse modo de viver e produzir predominou até meados do século XX.

A partir de 1910, em função da excessiva fragmentação das pequenas propriedades (via partilha), a superfície torna-se insuficiente à reprodução das famílias numerosas. Tem início um processo migratório em diversas frentes. Alguns colonos migram para outras regiões, principalmente para a fronteira oeste da região da Campanha, em busca de maiores áreas para o cultivo de arroz. Outros se dirigem as cidades próximas em busca de trabalho urbano ou mesmo como assalariados na agricultura. Os colonos capitalizados adquirem terras de várzea e passam a se dedicar ao cultivo de arroz em escala comercial.

O fumo cresce em importância na região serrana e passa a se destacar como cultura comercial, em detrimento das culturas de subsistência que começam a recuar. Os colonos diferenciam-se na especialização do binômio produtivo que vai sustentar a economia da região: de um lado, a serra e o fumo, de outro, a várzea e o arroz. A relação da colônia com outras regiões se estreita em função do comércio e das melhores estradas. Em 1918 se instala a primeira empresa fumageira em Santa Cruz. A partir de então, uma gradativa aproximação entre empresa e colonos dá início a relação que virá, posteriormente, a formar o sistema de integração. Nesse período, a indústria passa a intervir no sistema produtivo colonial via introdução de variedades claras de tabaco e controle na utilização de insumos, como fertilizantes e pesticidas (HERMES, 2000).

Em fins da década de 1950 os agricultores integrados passam a produzir fumo de estufa. Nesse momento, o sistema de policultivo colonial integrado ao mercado local passa a ser substituído por uma nova forma de produção. Os agricultores especializam-se em um único tipo de

¹⁶ São chamadas Colônias Velhas àquelas criadas ainda no período imperial (até 1889). As Colônias Novas foram criadas já no período republicano e se constituíam, em parte, dos migrantes das Colônias Velhas.

cultivo, que passa a ser o principal meio de reprodução socioeconômico, agora integrado ao mercado externo e determinado por ele. As relações de produção sofrem profundas modificações e repercutem diretamente no processo de trabalho dos agricultores.

3.2.2. As relações de sociabilidade na colônia

Procedentes da mesma cidade, Lubow, os colonos imigrantes constituíram um grupo etnicamente fechado. Os poucos luso-brasileiros que se encontravam na região foram deslocados para uma mesma localidade conhecida, até os dias de hoje, como Linha Brasileira. O isolamento geográfico, por sua vez, contribuiu para manter a estagnação cultural por longo tempo.

De acordo com Dreher (2008), a picada que inicialmente constituía-se como trilha de acesso as propriedades, passa a ser, em pouco tempo, orientadora e organizadora da vida comunal, onde se encontrava o templo, a escola, o cemitério e o salão de festas. Desde o início, como apontado por Roche (1969), os imigrantes lutaram contra o isolamento, multiplicando os pontos de encontro. O moinho foi, no início da colonização, o local mais importante da Colônia. Era o ponto de convergência da produção e do comércio de farinha de milho e arroz, também local de encontro das pessoas. Foi junto ao moinho que se realizou o primeiro culto evangélico regular em outubro de 1863, quando da visita do primeiro pastor a comunidade (WERLANG, 1995:212). Até então eram os próprios colonos que realizavam os cultos e continuaram a fazê-lo no intervalo entre as visitas do pastor. As primeiras aulas também foram ministradas por pessoas da comunidade, mesmo sem formação específica. A educação escolar recebida pelas crianças poderia ser considerada rudimentar, pois o tempo máximo de frequência à escola era de dois anos. A luta pela sobrevivência fazia com que crianças fossem incorporadas à atividade produtiva desde muito cedo. Esse fato, aliado aos longos trajetos e a precariedade das estradas, tornava a frequência escolar altamente irregular. Mesmo assim, todas essas condições adversas não permitiram que se instalasse o analfabetismo na Colônia (DREHER, 2008).

A solidariedade era relação social fundamental, questão de sobrevivência na nova terra. Os laços de parentesco e vizinhança se atualizavam no exercício da religiosidade, na prestação de auxílio nas colheitas, na construção da comunidade e no enfrentamento das dificuldades cotidianas. As alianças se formavam na comunidade e com elas o controle social das ações do outro. A família numerosa e as relações de parentesco ditaram as primeiras formas de produzir e de empreender as diferentes tarefas. O trabalho na agricultura e no artesanato, o lazer e as funções religiosas se interrelacionavam, resultando daí uma tênue distinção entre trabalho e vida. A identidade do colono se sustentava assim, no trabalho agrícola e na tradição germânica.

A religião teve papel preponderante na manutenção e intensificação da convivência e envolvimento das famílias. Os cultos, as festas de casamento e batizados e os velórios, mobilizavam a vida comunitária.

O eixo da vida econômica e cultural se dava na vila ou povoação. A Vila Paraíso se caracterizava então, conforme relatos e como posto por Roche (1969), pela maior proximidade das casas e local de atuação e moradia daqueles que desempenhavam funções comerciais, administrativas e sociais elementares. Servia como ponto de encontro dos agricultores e também formava o elo entre o colono e os centros urbanos.

Os homens se reuniam nas bodegas para conversar, jogar cartas e tratar de negócios. As mulheres faziam visitas e se reuniam para atividades religiosas. Esboçava-se gradualmente uma forte característica do campesinato europeu nas relações sociais do colono: o interconhecimento. Termo cunhado por Mendras (1978), o interconhecimento emerge das intensas relações sociais na Colônia, onde todos conhecem e sabem de todos.

As visitas eram acompanhadas pela troca mútua de presentes (dádivas) como frutas, hortaliças, ovos etc., tradição esta, fortemente arraigada e respeitada pelos colonos. Essa prática se mantém ainda hoje, por grande parte dos habitantes locais. Todas as ações realizadas pelos colonos implicavam em reciprocidade, e faziam circular a roda das práticas sociais. O ato de dar envolvia implicitamente (a obrigatoriedade de) uma retribuição (voluntária), bem nos termos maussianos. As

alianças se formavam nessas bases e segregavam aqueles colonos que permaneciam em dívida com outrem. A reciprocidade reforça as relações de poder e os referenciais simbólicos na Colônia, podendo ser ainda ser ilustrada através dos mutirões de trabalho. A família que tenha recebido auxílio em épocas de colheita, por exemplo, ficaria obrigada a retribuir de alguma forma, sob o risco de permanecer em dívida com os demais e mesmo se tornar alvo de hostilidades (ruptura dos laços, da aliança). Também era comum a formação de mutirões para carnear gado e porcos. A carne era então dividida entre aqueles que participavam, assegurando as trocas materiais e simbólicas entre os colonos.

A década de 1940 foi especialmente difícil para os colonos. As perseguições aos descendentes de imigrantes alemães, motivadas pela Segunda Guerra, incluíam a proibição da língua alemã entre os colonos e a destruição de muitos de seus pertences pela polícia. Sobre isso, nos chama atenção, a passagem escrita pelo pastor que atendia a comunidade evangélica de Paraíso do Sul na época:

“Porque esta gente pacata, que só sabe trabalhar, que não fala bem o português por que não tinha oportunidade de aprendê-lo, era assim perseguida. Eu sei que a polícia entrou em muitas casas e tirou das paredes as certidões de batismo, de confirmação e casamento, porque eram escritos em alemão. Esta gente era pobre. Não tinha dinheiro para comprar quadros caros. Estas certidões eram as jóias das famílias. As mulheres choravam, quando viram como suas certidões e muitas vezes a Bíblia e o Hinário eram lançados na caminhonete da polícia. E de noite, todas as casas eram bem fechadas e todos iam deitar cedo. Eles tinham medo. A terra que os antepassados tinham escolhido como nova pátria havia se tornado um país hostil” (ECKERT, 2009:438).

Os percalços históricos contribuíram ao isolamento cultural da colônia e, por conseguinte, ao fortalecimento dos laços sociais pela origem étnica comum. Não obstante, a organização social da colônia, além de comunitária e cooperativa, era também competitiva e individual. A solidariedade não impediu (e mesmo permitiu) que os colonos buscassem acumular riquezas para si e sua família. A complexidade das relações sociais estabelecidas comportava estas contradições no modo de ser e reforçava características como a reciprocidade estabelecida entre indivíduos e entre grupos de indivíduos. As relações de prestação e de poder que no período inicial da colonização se davam de forma mais equilibrada, aos poucos passam a apresentar assimetrias originadas na diferenciação social. Reciprocidade e concorrência se mesclam e fornecem as orientações socioeconômicas locais.

3.2.3. Ação social e reciprocidade: a atualidade das relações de sociabilidade e de trabalho local

As modificações ocorridas ao longo do tempo não romperam com os laços ancestrais da agricultura colonial, apenas os adaptaram ao novo contexto. Mesmo emancipado o distrito de Paraíso, os cidadãos ou moradores da Sede trazem consigo essas mesmas características coloniais. Não existe uma impressão de ruptura entre os vínculos urbano-rurais nos moradores do município. O interconhecimento continua sendo característica marcante neste espaço, estabelecendo forte controle e regulação social.

Essas características específicas relacionadas ao repertório cultural do contexto são, em grande medida, responsáveis pela lógica organizativa das relações locais. O meio rural em questão veio sendo reproduzido historicamente sobre interações mantidas pela população ao longo do tempo. O reflexo disso é percebido no cotidiano de vida e também na conformação dos mercados de trabalho local. Percebe-se que a lógica familiar do estabelecimento transcende a unidade produtiva agrícola e adentra os mercados não agrícolas de produção. A operacionalização das ocupações não agrícolas se dá, nesse contexto, principalmente através dos laços de proximidade e parentesco (contratações por indicações pessoais ou na própria família, nuclear ou extensa). Essa lógica da dinâmica ocupacional se converte no espaço diferenciado de manobra dos atores locais, na capacidade dos agentes para manejar recursos humanos e sociais. Ao mesmo tempo em que são

engendradas pelas novas demandas urbanas, são sustentadas nas relações de reciprocidade readaptadas ao novo contexto. Valores morais, éticos e afetivos têm contribuído para perpetuar, reconstruir e atualizar relações de reciprocidade ao longo do tempo e, se assim tem acontecido, concorda-se com Ploeg (2008), é porque tem se mostrado importante à comunidade.

A atualização das relações de reciprocidade pode ser percebida também nas relações de trabalho na agricultura local. Se por um lado, é tornado possível observar um afastamento nas relações de prestação e ajuda mútua na agricultura em favor das contratações temporárias retribuídas em valor monetário, como exemplo; por outro lado, essas relações ainda continuam pautadas na reciprocidade e nos vínculos de parentesco e vizinhança. Os contratados continuam sendo pessoas próximas, parentes distantes, vizinhos ou conhecidos. Em outros termos, a mercantilização do trabalho não aniquilou as relações de proximidade entre os atores e nem instaurou a impessoalidade nessas relações, conforme já observado nos estudos de Radomsky & Schneider (2007).

É nesse contexto que se desenvolvem os mercados de trabalho locais que, embora, sejam responsáveis por uma dinâmica diferenciada de relações são também, em parte, determinados pelas relações de sociabilidade existentes. As formas de vínculo empregatício são comumente estabelecidas com base na parentela e no compadrio. Como assinalado anteriormente, esses laços extrapolam as fronteiras da atividade agrícola e demonstram expressiva capacidade na estruturação das relações econômicas locais. Quanto a isso, Wolf (2001) *apud* Ribeiro & Feldman-Bianco (2003) destaca que relações sociais, como as de parentesco, em função da capacitação dos agentes sociais para manejar recursos sociais e naturais, acumulando poder, possibilitam capacidades diferenciadas de “manobra social” aos indivíduos.

Por outro aspecto, observou-se, que os vínculos sociais, permeados por *dívidas*, atravessam gerações sem que caiam no esquecimento. Mais que isso, a retribuição das dádivas passadas, envolvendo pais e avós, se torna quase uma questão de honra para os locais. É a reciprocidade indireta, que faz circular bens entre gerações (MAUSS, 1974). Segundo Temple (1998) *apud* Sabourin (2008), é essa reciprocidade ternária que reproduz, também, a ética da responsabilidade entre gerações. O interconhecimento, presente e pretérito, conforma uma base forte que impele a reciprocidade, em que a retribuição de favores cimenta os vínculos formados e torna os envolvidos (se não socialmente) moralmente iguais.

Outras características, que também são próprias da agricultura familiar, são partes constituintes dos mercados não agrícolas de trabalho local. O processo de aprendizagem, tal qual acontece na agricultura, é endógeno (aprende-se trabalhando) e reforçado em função da existência precária de instituições de ensino e capacitação. Essa transferência de saberes ou mesmo de patrimônios conformam tipos de relações de reciprocidade, a exemplo das relações de compadrio e ajuda mútua (PLOEG, 2008). Evidencia-se, portanto, a importância dos vínculos, como o parentesco, que além de fundamental à reprodução social das unidades produtivas familiares (WOORTMANN, 1995) é parte constituinte do tecido social, por conseguinte, presente nas relações de sociabilidade e de trabalho.

Enquanto alguns vínculos tradicionais continuam sendo reproduzidos, novas redes de relações fundadas na reciprocidade vão se formando, decorrentes das diferentes interações. Como exemplo, podemos mencionar o precário funcionamento do transporte coletivo no meio rural, que favorece a formação de grupos de carona e revezamento de veículos àqueles que precisam se deslocar à sede do município, viabilizando a construção de uma nova rede de reciprocidade entre os indivíduos. É a reciprocidade de interesses que promove e é promovida pela confiança e pela responsabilidade mútua.

A melhoria progressiva das estradas e vias de comunicação, além dos meios de transporte, tem possibilitado maior mobilidade dos moradores rurais contribuindo, de certa maneira, ao arrefecimento de algumas relações e organizações comunais até então estabelecidas internamente nas diversas comunidades. As relações se ampliam entre comunidades rurais, com a sede urbana e mesmo extensa a outros municípios. Ainda assim é generalizado o sentimento de pertença a sua comunidade, atualizada nas festas, nos torneios de futebol e de bocha, por exemplo, apesar das relações ampliadas.

A endogamia (aliança de “iguais”) é outra característica colonial que prevalece nesse contexto, fortalecendo os vínculos entre famílias e grupos e reproduzindo elementos simbólicos e materiais da cultura germânica. Embora com menor intensidade ainda se observam restrições aos casamentos interétnicos na expectativa da diluição cultural. A segregação étnica é percebida também na observação de algumas áreas de difícil acesso e infraestrutura precária. Nota-se que essas áreas são habitadas, de modo geral, por luso-brasileiros realocados nessas regiões desde o período da colonização. Essa segregação étnica se estende sobre a operacionalização das atividades agrícolas e não agrícolas, principalmente, se considerada a idéia reproduzida, a longa data, de que alemães se caracterizam como bons trabalhadores.

Essas características peculiares dão sentido as ações sociais e fundam, em larga medida, as relações de reciprocidade entre atores.

3.3. O panorama socioeconômico do município de Paraíso do Sul

Parte da antiga Colônia de Santo Ângelo, Paraíso do Sul possui uma área territorial de 342 km², constituído de relevo montanhoso (85% do território) situado nas bordas da Serra Geral e parte localizada em terras planas da Depressão Central. Possui uma população de 7.432 habitantes dos quais 73,5% vivem no meio rural. Apresenta densidade demográfica de 21,73 habitantes/km² e taxa de urbanização de 26,44%. Na tabela 04 é apresentada a evolução demográfica no município.

Tabela 04 - Evolução da população total, urbana e rural no município de Paraíso do Sul. 1970-2008. RS

Período	1970*	1980*	1989	1995	1998	2000	2006	2008
População total	7.629	6.426	6.540	6.684	7.031	7.212	8.086	7.432
Urbana	612	708	1.622	1.285	1.528	1.624	2.272	1.965
Rural	7.017	5.718	4.918	5.399	5.503	5.588	5.814	5.467
Taxa de urbanização (%)	8,02	11,02	24,80	19,22	21,73	22,51	28,10	26,44

Fonte: IBGE e FEE, 2009. *Dados desagregados do município de Cachoeira do Sul.

Note-se uma intensa migração da população rural no decorrer da década de 1970. Nesse período, segundo informa Santos (2002), cerca de 45% dos jovens teriam deixado o meio rural em direção a outras regiões urbanas e rurais. Apesar da continuidade do êxodo rural verificado na década de 1980, o movimento nesse período se dá, de forma significativa, em direção à sede do município então constituído. Esse movimento migratório se estabiliza a partir da segunda metade da década de 1990, apresentando sinais de tênue crescimento da população no meio rural. Até a emancipação recente o município não passava de uma zona rural distante 55 km da sede urbana (Cachoeira do Sul) mantendo-se significativamente isolada.

O município de Paraíso do Sul (Figura 02) foi criado em 12 de maio de 1988 pela lei Estadual nº. 8622, formado pelos distritos de Rincão da Porta, Paraíso do Sul e parte de Três Vendas, todos pertencentes ao município de Cachoeira do Sul. É cortado pela RST 287 e tem sua sede instituída no antigo distrito de Rincão da Porta. Na formação étnica predominam os descendentes de imigrantes alemães, perfazendo 75% da população, além de portugueses, negros e italianos. Limita-se ao norte com o município de Agudo; a nordeste com Cerro Branco; ao sul com Restinga Seca e; a leste com Novo Cabrais.

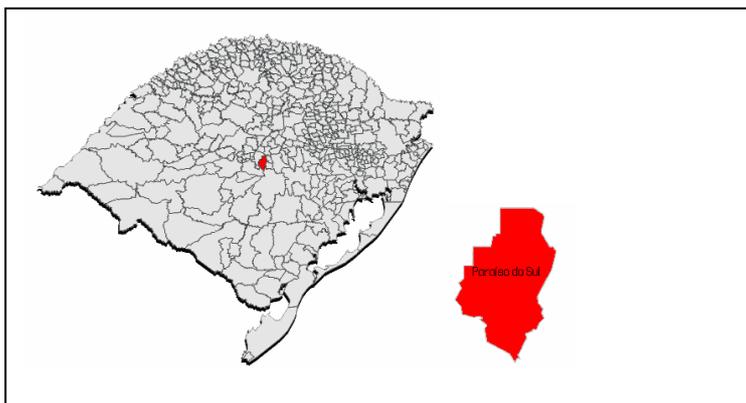


Figura 02 – Estado do Rio Grande do Sul e localização do município de Paraíso do Sul.

A área rural do município é subdividida em 27 localidades conhecidas pelos seus arroios, tipos de vegetação, etnias e demais características peculiares. A economia é sustentada na agricultura, com destaque ao cultivo de fumo e arroz. Os principais produtos agrícolas produzidos no município são apresentados abaixo, na Tabela 05.

Tabela 05 Área cultivada, produção e produtividade dos principais produtos agrícolas do município de Paraíso do Sul, 2006.

Produtos	Arroz	Feijão	Fumo	Mandioca	Milho	Soja	Trigo
Área (há)	3.800	400	2.960	250	2.730	800	150
Produção (ton.)	25.460	240	6.808	5.000	4.914	1.680	270
Produtividade (kg/há)	6.700	600	2.300	20.000	1.800	2.100	1.800

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2006.

Caracteriza-se como zona minifundiária¹⁷, com área média das propriedades inferior a 20 ha, em que a superfície aproveitável não ultrapassa 40% (Secretaria Municipal da Agricultura e Pecuária, 2008). A estrutura fundiária do município pode ser considerada tributária do sistema colonial, também caracterizada pelo forte parcelismo das terras. Não raro, encontram-se agricultores que cultivam de duas a quatro parcelas de terras (lavouras). Segundo dados do IBGE (Censo agropecuário, 2006), existem no meio rural do município, 1.132 estabelecimentos agropecuários que ocupam 3.561 pessoas¹⁸ na atividade agrícola. Do total de estabelecimentos, 1.084 são de cunho familiar. A Tabela 06 apresenta dados referentes aos estratos de renda dos agricultores familiares do município.

¹⁷ O processo de minifundização teve como causa principal o padrão sucessório na forma de partilha total. A propriedade era dividida em partes iguais entre todos os filhos. Essa forma de partilha, se por um lado mantinha a estrutura e o modo de vida familiar, por outro exercia pressão crescente sobre a forma de produzir do colono. Na herança sem partilha a propriedade ficava para um único herdeiro (maiorato ou minorato) excluindo-se os outros como herdeiros, impulsionando processos migratórios para regiões próximas ou mesmo muito distantes (SCHNEIDER, 1999:29).

¹⁸ Deste total, 3.031 pessoas ocupadas na atividade agrícola possuem laço de parentesco (IBGE. CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Social	<p>Etnia: Alemã, italiana e lusa.</p> <p>Organizações existentes: Grupos de Trabalhadoras Rurais e 3ª Idade.</p> <p>Comunidades religiosas: católicas (3) nas divisas com Agudo e Cerro Branco; evangélica (1) na divisa com Agudo.</p> <p>Transporte: 1 linha de ônibus</p> <p>Comunicação: telefones celulares</p> <p>Eletrificação: 90% das residências</p> <p>Residências: alvenaria (antigas) e mistas (mais novas)</p> <p>Saneamento: carente</p> <p>Educação: 2 escolas de ensino fundamental incompleto: acesso a 2º grau através de Agudo e Cerro Branco.</p>
Ambiental	<p>Água: nascentes escassas e poucos açudes.</p> <p>Solo: geralmente pedregoso. Fertilidade média a baixa.</p> <p>Relevo: geralmente ondulado e declivoso.</p> <p>Vegetação: Matas nativas (alguns locais com presença de araucária), Capoeiras, Potreiros e Eucaliptos.</p>
Potencialidades	<p>Turismo Rural; Artesanato; Apicultura; Fruticultura; Viticultura; Florestamento.</p>
Limitação	<p>Falta de infra-estrutura viária; propriedades despreparadas; falta de interesse, conhecimento e preparo dos moradores; cultivo do fumo e agrotóxicos; mão de obra é utilizada na cultura do fumo.</p>

Zona II

Econômico	<p>Sistemas de Produção: Fumo / Milho – Feijão - Cana de açúcar</p> <p>Pecuária de subsistência: bovinos.</p> <p>Predominância do uso de tração animal. Mão de obra familiar.</p>
Social	<p>Etnia: Alemã, italiana (divisa com Novo Cabrais).</p> <p>Organizações existentes: Grupos de Trabalhadoras Rurais e 3ª Idade; ADEVIPA.</p> <p>Comunidades religiosas: evangélicas (2) na Vila Paraíso, católica (1) na Vila Paraíso.</p> <p>Transporte: 1 linha de ônibus.</p> <p>Comunicação: telefones celulares.</p> <p>Eletrificação: quase 100% das residências.</p> <p>Residências: alvenaria (antigas) e mistas (mais novas).</p>

	<p>Saneamento: deficiente.</p> <p>Educação: 5 escolas de ensino fundamental incompleto, 1 escola de ensino fundamental completo, acesso a 2º grau através de Paraíso do Sul e Agudo.</p>
Ambiental	<p>Água: muitas nascentes, pequenos açudes (depósitos).</p> <p>Solo: + e – pedregoso. Fertilidade média a alta.</p> <p>Relevo: encostas (ondulado e acidentado).</p> <p>Vegetação: Matas nativas (poucos locais com presença de araucária), Capoeiras, Potreiros e Eucaliptos.</p>
Potencialidades	<p>Turismo Rural; Artesanato; Apicultura; Fruticultura, Piscicultura; Agroindústria de cana de açúcar; Agroindústria de carne suína; Florestamento.</p>
Limitação	<p>Falta de infra-estrutura viária; propriedades despreparadas; falta de interesse, conhecimento e preparo dos moradores; cultivo do fumo e agrotóxicos; mão de obra é utilizada na cultura do fumo; volume de produção e comercialização; informalidade.</p>
Zona III	
Econômico	<p>Sistemas de Produção: Fumo / Milho - Arroz irrigado.</p> <p>Pecuária de subsistência: bovinos.</p> <p>Pecuária de corte: bovinos (pequeno número de propriedades).</p> <p>Uso de tração animal e mecanização. Mão de obra familiar (pequena parte contratada temporária).</p> <p>Indústria: madeireira, olaria.</p>
Social	<p>Etnia: Alemã, luso, italiana e africana.</p> <p>Organizações existentes: Grupos de Trabalhadoras Rurais, Grupo de 3ª Idade, Associação de Desenvolvimento, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação Comercial e Industrial.</p> <p>Comunidades religiosas: evangélicas: 2 comunidades na sede e 2 no interior; católica: 1 na sede e 1 no interior</p> <p>Transporte: diário</p> <p>Comunicação: telefones celulares e telefones convencionais</p> <p>Eletrificação: quase 100% das residências</p> <p>Residências: alvenaria (antigas e novas) e mistas (novas)</p> <p>Saneamento: com melhorias</p> <p>Educação: 3 escolas de ensino fundamental incompleto, 1 escola de ensino fundamental completo, 1 escola estadual ensino fundamental completo, 1 escola estadual com 2º grau.</p>

Ambiental	<p>Água: poucas nascentes, muitos açudes e depósitos.</p> <p>Solo: macio e drenado: coxilhas; barrento e úmido: várzeas. Fertilidade média.</p> <p>Relevo: ondulado e plano.</p> <p>Vegetação: Matas nativas (poucas ao longo dos arroios e Rio Jacuí), Campos e Eucaliptos.</p>
Potencialidades	Ampliação da área de produção de arroz irrigado, Amendoim, Fruticultura, Moranguinho, Piscicultura, Agroindústria de produtos vegetais, Florestamento.
Limitação	Falta de água para irrigação; falta de melhor qualidade de produto (secagem, armazenagem, beneficiamento); mão de obra é utilizada na cultura do fumo; individualismo; volume de produção e de comercialização; produção local insuficiente.

Note-se que, em larga medida, a diversificação produtiva e ocupacional permanece comprometida pela atividade fumicultora. O desinteresse dos agricultores em diversificar a produção está relacionado à comodidade proporcionada pelo sistema de integração, à dificuldade de conversão de cultivos em função do despreparo dos agricultores e do desamparo institucional a que fica relegada significativa parcela das unidades produtivas locais. A mão-de-obra é predominantemente familiar e a mecanização na fumicultura é incipiente. A renda familiar é pouco diversificada e fortemente dependente do cultivo de fumo. As áreas de cultivo apresentam, não raras vezes, restrições de tamanho e da alta declividade (principalmente na Zona I) limitando as possibilidades de variação das atividades.

3.4. Agricultura familiar e complexo fumageiro

A produção de fumo em folha se caracteriza como sendo uma produção típica da agricultura familiar. A produção em grandes áreas e a dependência de contratação de força de trabalho torna inviável o cultivo de fumo em grande escala. A intensidade do uso da força de trabalho também é fator decisivo na orientação monocultora da propriedade familiar. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de fumo (a China ocupa a primeira posição) e o maior exportador de fumo em folha (desde 1993).

A fumicultura responde por uma parcela importante do emprego agrícola gaúcho. De acordo com dados do DESER (2005) a cultura do fumo envolve cerca de 200 mil famílias no sul do Brasil, representando 96% da produção, sendo o Rio Grande do Sul responsável pela maior parcela da produção nacional (51%). Apesar desses números tem se verificado uma tendência de queda da PEA ocupada na fumicultura gaúcha, conforme demonstrado na Tabela 07.

Tabela 07 - Evolução da PEA rural total na cultura de fumo. 1992-1999. RS (1000 pessoas)

Setor	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa de crescimento a.a.	
								92/99	96/99
Fumo	114	102	84	88	92	76	72	-5,6**	-7,6*

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, IE/UNICAMP, 2000.

In: Schneider, 2002. Adaptado por Lüdtké, F. 2009.

**, * indicam, respectivamente, 5% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Note-se uma redução significativa de 42.000 postos de trabalho na fumicultura gaúcha na década de 1990. Segundo Schneider (2002:14-15) essa redução ocupacional foi ocasionada possivelmente pelo desmanche dos instrumentos estatais de apoio à agricultura e ao aprofundamento tecnológico redutor de mão-de-obra. Essa informação pode ser confirmada se observados os dados de evolução da área colhida de fumo no RS no mesmo período, conforme demonstrado na Tabela 08, abaixo relacionada.

Tabela 08 - Evolução da área colhida de fumo. 1992-1999. RS (1000 hectares)

Ano	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Área colhida de fumo (ha)	154	162	130	131	144	153	152

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Verifica-se uma tendência de queda da mão-de-obra ocupada no cultivo de fumo mesmo em situações de aumento da área cultivada. De acordo com Bonato (2006) das famílias que nos últimos anos abandonaram (definitiva ou temporariamente) a produção de fumo, 40,5% abandonaram em função dos preços do produto; 32,9% por problemas relacionados ao uso de agrotóxicos e a saúde; e 25,3% por falta de mão-de-obra.

Conforme Prieb (2004:15), o desenvolvimento da fumicultura gaúcha pode ser, em linhas gerais, delineada a partir de duas fases distintas: o período anterior a 1965, em que as fumageiras eram formadas, em grande parte, pelo capital nacional¹⁹, a produção agrícola era realizada em bases tradicionais e a produção voltada para o mercado externo; e o período posterior à década de 1970, em que ocorre uma centralização e desnacionalização das empresas, a produção agrícola se moderniza e o principal fator de atração do capital internacional é a possibilidade de produção dentro do país.

Informações do DESER (2005) apontam que o sistema de integração foi planejado, com base em conhecimentos diversos (sobre o modo de vida dos agricultores), pela British American Tobacco que assumiu o controle acionário da Souza Cruz em 1914. O objetivo inicial foi garantir o abastecimento de matéria-prima para sua fábrica de cigarros no Rio de Janeiro. Sua instalação em Santa Cruz, em 1918, é o ponto de partida para o processo de reorganização do setor fumageiro no país²⁰. Outras empresas, instaladas em período posterior, passam a fornecer, a exemplo da Souza Cruz, sementes e fertilizantes ao produtor, além de crédito para a construção de estufas. Outro mecanismo utilizado, em troca do compromisso de venda, é a assistência técnica da empresa, na figura do instrutor de fumo.

A partir da década de 1970, ocorre o aprofundamento da relação produtor/indústria. A produção aumenta consideravelmente em função da expansão e consolidação do sistema de integração. Os contratos estabelecem os direitos e obrigações do agricultor e da empresa. Além dos insumos e da assistência técnica, as empresas avalizam financiamentos e investimentos para a produção e cobrem o custo do transporte da propriedade até a fumageira. Aos agricultores cabe a tarefa de produção dos volumes contratados, de seguir as orientações do instrutor e comercializar a totalidade de sua produção na empresa contratada (DESER, 2005). Trata-se, conforme Prieb et al. (2003), de um CAI com especificidades próprias de funcionamento, concentrando, na mesma empresa, o setor produtor de bens de produção (D1 agrícola) e o setor produtor de bens de consumo (D2 agrícola).

O agricultor pratica assim uma agricultura moderna, individualizada e centralizada no mercado globalizado. Nessa conjunção, o agricultor conserva seu patrimônio sociocultural estruturado no trabalho da família e permite sua reprodução econômica adaptada ao contexto da produção integrada (PINCELLI, 2005). Mas é necessário considerar o saber tradicional para o caso da fumicultura, como elemento importante que permitiu a continuidade do processo ao longo das

¹⁹ Até 1968 a única empresa estrangeira no setor, no Brasil, era a Souza Cruz (PRIEB, 2004:19), instalada em Santa Cruz em 1918.

²⁰ Percebe-se que o complexo do fumo é antigo (os demais complexos agroindustriais são relativamente recentes, datando de 1970) e fortemente atrelado ao capital transnacional (PRIEB *et al.*, 2003:53).

gerações, mesmo que a especialização tenha trazido consigo maior alienação do trabalho, menor autonomia relativa e maior dificuldade na busca de alternativas de inserção em outros mercados econômicos.

A opção pela integração é realizada de forma racional pelo agricultor, como sugere Paulilo (1990), residindo aí sua autonomia na hora da escolha, dentro da realidade que se apresenta. Se considerado o processo produtivo e a comercialização, entretanto, a autonomia do agricultor é ilusória, haja vista que esses processos são determinações externas, da empresa.

Outro aspecto importante a ser considerado é o trabalho infanto-juvenil na fumicultura. A autoexploração da família é a principal forma de obtenção de lucro na atividade. De acordo com Paulilo (1990) a atividade se beneficia da possibilidade de aproveitar mão-de-obra infantil, feminina e mesmo idosa, para algumas etapas como a classificação e secagem. O discurso social de algumas empresas, como a Souza Cruz, está pautado na defesa da erradicação do trabalho infantil e incentivo à educação, mas como analisa Pincelli (2005), isso se processa na prática, apenas pela informação através dos orientadores agrícolas e ações localizadas relacionadas à difusão de cursos técnicos nas áreas rurais, com o objetivo mesmo, de qualificar a força de trabalho na fumicultura. Segundo anuncia um dos programas do Instituto Souza Cruz (2005), voltado para crianças e adolescentes e intitulado O Futuro é Agora:

A Souza Cruz é uma das empresas que aderiram a um programa do Sindicato das Indústrias de Fumo (Sindifumo), Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra) e a Fundação Abrinq para a erradicação do trabalho infantil nas lavouras de fumo e a regularização do trabalho adolescente em cerca de 45.000 pequenas propriedades rurais. **As empresas dão apoio às escolas rurais para garantir o acesso e a permanência das crianças e oferecem capacitação técnica aos jovens** (apud ARAÚJO *et al*, 2007). (grifo nosso)

A necessidade de manter o jovem no meio rural, mesmo à custa de investimento em escolas rurais, é fruto da insegurança das empresas quanto ao futuro da atividade. O jovem é uma incógnita para a empresa e o fato de sair do campo para estudar, torna-o potencialmente apto a abandonar a atividade. A justificativa das empresas do setor quanto à participação do trabalho infanto-juvenil é encontrada na tradição familiar do trabalho e do seu envolvimento desde muito cedo na atividade, como característico da agricultura colonial. É sabido que o trabalho infantil é parte da preparação do futuro agricultor e não representa, *per se*, exploração de jovens e crianças. Apenas concorda-se com Pincelli (2005) quando esta considera que as empresas fumageiras se apoderaram do referencial simbólico do colono na instituição de seus sistemas de integração. Mas essa apropriação simbólica se dá de outras várias formas, da figura do instrutor de fumo (que, via de regra, é alguém conhecido, da própria comunidade ou região) à resolução de problemas burocráticos que parecem um tanto complexos para os agricultores (como questões relacionadas a empréstimos e financiamentos bancários, por exemplo).

Quando se fala em trabalho na fumicultura, outro fator que ganha projeção na atualidade, é a tendência de crescimento das ações anti-tabagistas propostas pela Convenção-Quadro²¹ para o Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde (OMS). Entre elas, as restrições ao fumo em locais públicos, as proibições publicitárias e o aumento de impostos, são alguns exemplos de ações que começam a despontar e podem afetar diretamente o futuro do setor produtivo. Mesmo assim, a perspectiva de reconversão desse sistema tão fortemente consolidado parece significativamente difícil no curto e médio prazo (PERONDI *et al*, 2008). Ações de diversificação em diversas frentes com o apoio do Estado podem oportunizar gradualmente, alternativas produtivas geradoras de emprego e renda às populações de municípios fundados prioritariamente na produção de fumo. No entanto, aqui, como não poderia deixar de ser, considera-se também, e

²¹ No contexto da Convenção Quadro é cobrado dos países produtores, alternativas produtivas economicamente viáveis ao fumo. A preocupação é com o impacto que a redução do consumo do tabaco poderá acarretar aos 200 mil agricultores familiares que vivem da agricultura. O Brasil ratificou sua participação em novembro de 2005 somando-se aos 147 países membros (MDA/SAF, 2007).

principalmente, o papel do agricultor enquanto agente capaz de traçar suas estratégias de reprodução social a partir de suas próprias motivações.

3.4.1. A fumicultura em Paraíso do Sul

A topografia acidentada e a disponibilidade de pequenas áreas de cultivo fazem da fumicultura um consenso entre os agricultores familiares como única forma de agricultura economicamente viável na região. Esses fatores aliados ao uso intensivo de mão-de-obra fizeram da cultura do fumo, desde os primórdios da colonização, a produção por excelência no município. A Tabela 09 informa a evolução da área plantada de fumo no município.

Tabela 09 – Evolução da área plantada de fumo em Paraíso do Sul. 1990/2007

Período	1990	1995	2000	2003	2005	2007
Área plantada (há)	2.000	2.100	2.100	2.445	2.800	3.050

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE. 2009

Note-se o aumento da área plantada de fumo entre 1999 e 2007. As principais variedades de fumo cultivadas pelos agricultores são do tipo Virgínia (de estufa) seguida do tipo Burley (de galpão), distintas pelo processo de colheita e pela quantidade de mão-de-obra demandada. De modo geral, as microrregiões de colonização alemã cultivam em maior escala a variedade Virgínia, mais intensiva em mão-de-obra, na forma de monocultura raramente associada à outra cultura comercial. A associação mais comum é feita com o milho de safrinha²², plantado em sucessão na resteva do fumo (para aproveitar o resíduo da adubação) e raras vezes comercializado. No último ano, de 2008, o município produziu 7,4 mil toneladas de fumo, conforme dados da Emater.

O cultivo de fumo se ocupa de mão-de-obra praticamente o ano inteiro. Nos meses de julho e agosto as sementeiras são implantadas (em canteiros no solo ou por sistema FLOAT). O preparo das lavouras é realizado nos meses de agosto e setembro e o transplante é feito de agosto a outubro. De setembro a novembro realizam-se os tratamentos culturais (manuais) e a concentração do trabalho se dá nos meses de janeiro a abril (colheita, secagem e classificação). Nos meses de maio a junho os agricultores preparam a lenha (que em parte é produzida na propriedade) e realizam roçadas. As atividades agrícolas são realizadas, geralmente, com utilização de tração animal e serviço braçal. Os agricultores mais capitalizados dispõem de tratores equipados para a realização das atividades ou contratam serviços de terceiros para esta finalidade.

Segundo o Censo Agropecuário (2006), do total dos 1.132 estabelecimentos agropecuários no município, 1.085 são de cunho familiar, dos quais 954 se dedicam ao cultivo de fumo, de forma exclusiva ou não. Isto representa nada menos, que 88% dos agricultores familiares envolvidos nesta produção. As facilidades oferecidas pela indústria associada à dificuldade de mercado para outros produtos, a condição topográfica e ao repertório cultural local acabaram consolidando a monocultura do fumo na região.

Segundo informações obtidas na Emater do município, questões envolvendo o uso intenso de agrotóxicos e suas implicações na saúde, tem se constituído no principal fator de questionamento do processo produtivo por alguns agricultores. Em função dos novos valores assimilados, principalmente com relação à saúde, começam a surgir casos isolados de substituição da cultura do fumo pela olericultura e fruticultura.

As principais questões de divergência entre agricultores e fumageira se referem à classificação e aos preços do produto. As 41 possibilidades de classificação das folhas de fumo (tipo Virgínia) nem sempre são bem compreendidas pelo agricultor implicando num sentimento de estar sendo passado para trás. Os agricultores descontentes com os preços pagos muitas vezes

²² Segundo o técnico da Emater, o milho de safrinha do município sofre os efeitos do manejo inadequado dos agricultores, então envolvidos com as atividades pós-colheita do fumo.

trocam de empresa, fato que, num primeiro momento, pode lhes parecer compensador. No entanto, os preços praticados pelas empresas são muito semelhantes e a mudança de valores verificada está mais relacionada ao processo mais ou menos rígido de classificação. Assim o aumento momentâneo pode ser sucedido pela perda subsequente. Nesses casos, como sugere Prieb (2004), se estabelece uma forma de afirmação simbólica da autonomia do agricultor frente a real situação de submissão em que se encontra perante as empresas.

Em linhas gerais a lavoura de fumo caracteriza o meio rural do município como sustentáculo econômico, como tradição e possibilidade no meio, como mecanismo social de reconhecimento, identidade e relação entre as famílias, conformando a condição de colono. Em contrapartida, verifica-se um número crescente daqueles que não encontram na atividade fumicultora um sentido de vida.

3.5. O mercado de trabalho não agrícola local

Segundo dados da prefeitura existem 301 empreendimentos nos diversos setores cadastrados no município (excluída a atividade agropecuária). Destes, apenas 62 estão distribuídos no meio rural e se caracterizam basicamente pelo pequeno comércio (bares e armazéns, minimercados e vendas de produtos agropecuários e vestuários) e prestação de serviços (transporte de fumo, cabeleireiros, doceiras, mecânicos autônomos, serralheiros etc.). O número de empreendimentos por setor é apresentado na tabela abaixo.

Tabela 10 – Número e percentual de empreendimentos por setor cadastrados no município.

Setor	Número de estabelecimentos	%
Indústria	11	3,65
Comércio	122	40,53
Serviços	156	51,8
Comércio e indústria ligados diretamente ao fumo	07	2,32
Associações e cooperativas	05	1,7
Total	301	100

Fonte: Prefeitura Municipal de Paraíso do Sul, 2008.

O setor industrial é representado por estabelecimentos de pequeno porte, inexpressivos quanto à oferta de postos de trabalho. Segundo informações da prefeitura o setor está praticamente parado, aguardando novos investimentos. Em 2007, em função da crise em vários setores da indústria, mais de 100 pessoas perderam o emprego com o fechamento de uma indústria de calçados que chegou a empregar 200 funcionários. No setor do comércio destaca-se o número de bares, armazéns, minimercados, lojas de vestuário, material de construção e produtos agropecuários. Já o setor de serviços chama atenção pelo número de empresas de transporte (13) além de uma diversidade de outras profissões. Os ramos relacionados diretamente ao fumo se orientam para compra e venda do produto em pequena escala. São, geralmente, intermediários que compram o produto dos agricultores e negociam posteriormente o fumo com empresas que necessitam do produto rapidamente. Comércio e serviços se caracterizam como ramos que mais empregam mão-de-obra depois da atividade agrícola no município.

Existem três associações²³ formais visando o desenvolvimento das comunidades e dedicadas basicamente ao comércio de hortigranjeiros, produtos coloniais e artesanato, além de uma cooperativa formada por trabalhadores na triagem e reciclagem de resíduos. A fruticultura e o cultivo de pepino irrigado começam a ser introduzidos no município, em pequena escala, contando

²³ Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Paraíso do Sul.
ADEVIPA – Associação para o Desenvolvimento da Vila Paraíso.
Associação das Trabalhadoras Rurais.

com cerca de treze produtores em processo de formação de cooperativa e projeto de implementação de agroindústria, com possibilidades de gerar, futuramente, formas alternativas de trabalho pára-agrícolas. Também assim, o município tem buscado formas de diversificação agrícola viáveis a pequena propriedade. A prática da suinocultura, por sua vez, não vingou em decorrência das dificuldades de comercialização, permanecendo atualmente apenas um condomínio de criação.

As ações para o desenvolvimento rural são prioritariamente agrícolas. As ofertas de cursos de qualificação giram em torno da agropecuária, como inseminação e fruticultura (exemplificando ações desenvolvidas na época da pesquisa). A procura por estes cursos é reduzida, embora, segundo informações do responsável, a escolha decorra do interesse dos agricultores. Há uma grande procura por cursos em outras áreas, como artesanato, por exemplo (Secretaria da Saúde e Ação Social, 2008). De acordo com Schneider (2006:17), a capacitação formal para o meio rural é precária e restrita aos programas de treinamento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e de ações localizadas de ONGs, o que não é o caso no município. Apesar de importantes são insuficientes e não atingem a maioria dos agricultores. A demanda por cursos desvinculados do processo produtivo agropecuário, embora maior, dificilmente é atendido. Algumas ações no sentido de diversificação das atividades na agricultura têm sido desenvolvidas pelos técnicos extensionistas, principalmente, com relação às mulheres agricultoras. São, geralmente, atividades paralelas e ligadas à agricultura, como a produção de conservas, doces, compotas e pães (pluriatividade tradicional). Desenvolvem também o artesanato. O grau de mercantilização dessas produções paralelas à agricultura é muito reduzido e pouco significativo (como fonte de renda). Estão mais relacionadas à preocupação dos técnicos com o grande declínio dos cultivos para o autoconsumo na agricultura familiar em função da crescente externalização do processo produtivo, inclusive na aquisição de alimentos via mercado. A falta de alternatividade (opção entre vender ou consumir) é uma grande desvantagem do cultivo de tabaco. Ainda que a orientação comercial permaneça quase restrita à subsistência, é mediada exclusivamente pela venda (GARCIA JR., 1983).

A pluriatividade intersetorial é a forma mais encontrada de ocupação da força de trabalho não agrícola no município. Concorde-se, dessa forma, com Perondi (2007:174), sobre a tendência da pluriatividade intersetorial apresentar maior correlação com sistemas agrícolas mais simplificados, parecendo ocorrer o inverso com a pluriatividade de base agrária²⁴. Se considerado o alto grau de integração e o tipo de cultivo (fumo) o espaço de manobra à diversificação ocupacional de base agrária fica muito reduzido. Nesse caso específico, se resume ao transporte e aos atravessadores de fumo, além de locação eventual de tratores e demais implementos agrícolas em áreas favoráveis.

O desenvolvimento do município tem proporcionado gradualmente maior número de ocupações em diversos setores, centralizados na sede urbana. As ações para o meio rural, como já apontado, são prioritariamente agrícolas. Nesse sentido, cabe considerar que os agentes promotores de desenvolvimento percebem as transformações em curso, vislumbradas principalmente, pelo que chamam de erosão cultural, associado aos aspectos relacionais dos jovens²⁵ no meio rural.

Declarações dadas por informantes-chave deixam perceber que o fator cultural é entendido como limítrofe à diversificação, tanto de atividades agrícolas como aquelas relacionadas ao turismo rural e ecológico. Estas últimas, principalmente, estariam fora de questão em virtude das idéias preconcebidas dos moradores locais. Este aspecto foi levantado pela pesquisadora em função do grande desenvolvimento de atividades similares nos pequenos municípios vizinhos que apresentam características biofísicas e culturais semelhantes²⁶.

²⁴ Perondi sugere estudos mais aprofundados sobre a pluriatividade de base agrária para assegurar tendências nesse sentido (PERONDI, 2007:174).

²⁵ Essa nova sociabilidade está relacionada aos diferentes pontos de encontro dos jovens, fora de suas localidades de origem, a redução gradual do uso da língua alemã, modificações de hábitos alimentares, em suma, aspectos ligados ao repertório cultural colonial.

²⁶ Nove dos municípios vizinhos associaram-se em consórcio (CONDESUS - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia) e desenvolvem atividades (com significativo dinamismo) nas áreas de turismo rural, cultural e ecológico.

O papel de agente dos atores locais torna-se mais visível, determinando, em parte, os rumos do desenvolvimento a partir da intervenção no curso dos acontecimentos. Os novos valores assimilados são traduzidos na organização social, readaptados à sua lógica de funcionamento. O interesse assume significação específica imbuída no “código moral” da comunidade nas iniciativas locais. O referencial simbólico permite, dessa forma, a manutenção do controle e da regulação social (previsibilidade) na formação das distintas alianças para articular produção, consumo, força de trabalho, conhecimentos etc. Isso não significa, no entanto, ausência de elementos externos, mas localização em seu desenvolvimento (na mesma perspectiva do desenvolvimento endógeno).

A segunda e a terceira hipótese deste trabalho começam a ser testadas a partir de então. A próxima seção tem por finalidade examinar o significado ou ressignificado das práticas não agrícolas entre agricultores familiares locais, além de mensurar o grau de satisfação dos indivíduos ocupados imersos na ordem social de natureza simbólica.

CAPÍTULO 4 METODOLOGIA E ANÁLISE DO SIGNIFICADO E QUALIDADE DE VIDA NO RURAL NÃO AGRÍCOLA

“O que observamos não é a natureza em si, mas a natureza exposta ao nosso método de indagação.”
Heisenberg

Nesta seção é apresentada a metodologia utilizada neste estudo para se chegar ao significado e ao indicador de qualidade de vida no meio rural em questão. A primeira parte apresenta a metodologia, demonstrando os dois métodos utilizados e as unidades de análise a eles pertinentes.

Na segunda parte, são apresentados os resultados da pesquisa de campo subdividida em dois tópicos acompanhados das respectivas discussões. O primeiro referente à pesquisa de natureza qualitativa que objetiva depreender o significado das relações não agrícolas de trabalho e o segundo, relacionado à pesquisa quali-quantitativa, que busca apreender a percepção de qualidade de vida daqueles que se ocupam em atividades não agrícolas no meio rural. A pretensão geral deste estudo de caso pode ser melhor traduzida nas palavras de José de Souza Martins, com referência a sociologia rural:

O futuro da sociologia rural não depende do que ela tenha a propor quanto à qualidade de vida rural. O futuro da sociologia rural depende amplamente do que as populações rurais tenham a lhe propor para que essa qualidade de vida seja incrementada; e do que os sociólogos rurais estejam dispostos generosamente a oferecer-lhes. Esse futuro depende amplamente do deciframento e da superação dos enigmas que as perturbam, da compreensão dos processos sociais que as desagregam e as marginalizam e que, por isso, precisam compreender e vencer para que tenham a qualidade de vida a que têm direito. Para ensinar, a sociologia rural precisa aprender. Para compreender sociologicamente, o sociólogo rural precisa reconhecer-se como membro da comunidade de destino das populações que estuda (MARTINS, 2000:35).

4.1. Metodologia

A escolha do município de Paraíso do Sul obedeceu a critérios relacionados às características históricas, demográficas, sociais e econômicas que marcaram a evolução e o desenvolvimento do mercado de trabalho local. Depois de selecionada a região de estudo, realizou-se um levantamento de dados secundários²⁷ que permitiram compor um primeiro panorama da região de Paraíso do Sul e um primeiro escopo de informações²⁸ que sustentaram o estudo de caso sobre o mercado de trabalho não agrícola no município. Essas primeiras informações, de caráter exploratório, contaram ainda com entrevistas realizadas com informantes-chave (no total de cinco), objetivando a compreensão do processo de desenvolvimento na região²⁹.

Composto o quadro geral do município, o segundo passo consistiu na definição da amostra. Não existia nenhum tipo de listagem ou relação que apontasse o número de famílias pluriativas existentes e, por razões diversas, não foi possível visitar todos os estabelecimentos da região para compor o universo total de estudo. Foi preciso contar, então, com a preciosa contribuição de pessoas que conheciam com detalhes os moradores das diferentes localidades. A partir das informações colhidas chegou-se a uma listagem de 53 famílias das quais pelo menos um membro estivesse ocupado em atividade fora da agricultura. Definido o tamanho da amostra, 21 famílias perfazendo 40% do total apurado, adotou-se como delineamento a amostragem aleatória simples

²⁷ IBGE, através da Base de Informações Municipais, Censo Demográfico e Censo Agropecuário; Emater e Prefeitura Municipal.

²⁸ Informações relacionadas às comunidades e organizações existentes, tipos de produção, ocupados na atividade agrícola, emprego formal, estrutura fundiária etc.

²⁹ Realizada em abril de 2008.

para definir quais seriam os agricultores pluriativos e não agrícolas entrevistados. Da proposta original foram realizadas entrevistas com 20 famílias e aplicados questionários a 32 indivíduos³⁰. Da amostra individual, 26 são pluriativos e seis deles monoativos não agrícolas. Convém esclarecer que cinco dos monoativos pertencem a famílias com mais de um membro ocupado em atividade fora da agricultura, mantendo, portanto, o caráter pluriativo da família. No entanto, em razão da proposta deste trabalho, optou-se por considerar a família do monoativo não agrícola ainda que não se enquadre no conceito, aqui utilizado, de família pluriativa.

4.1.1. Instrumentos de coleta de dados e unidades de análise

Para a consecução da primeira parte da pesquisa de campo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (de natureza qualitativa) que tiveram por finalidade a obtenção de dados relativos aos valores sociais, econômicos e culturais das famílias relacionados às práticas não-agrícolas. A entrevista realizada pode ser encontrada no Anexo 1. Nessa etapa, a unidade de análise é a família rural entendida, conforme Schneider (2003), como grupo social ligado entre si por laços de parentesco e consanguinidade (também de não consanguíneos), que compartilha um mesmo espaço e a propriedade da terra. A seleção da família rural como objeto de análise é fundamental à compreensão do conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais (CARNEIRO, 2008). As mudanças que se processam no âmbito das famílias e que alteram sua relação com a unidade de exploração é que fazem do grupo familiar a unidade analítica relevante (MATTEI, 2007). Para a realização das entrevistas buscou-se reunir, senão todos, a maior parte dos membros das famílias. Algumas perguntas eram direcionadas a algum membro específico, ora ao indivíduo pluriativo, ora aos pais; outras permaneciam abertas às respostas de qualquer dos membros da família.

Na segunda etapa da pesquisa, relacionada à derivação de indicadores de qualidade de vida (de natureza quali-quantitativa), a unidade de análise foi o indivíduo pluriativo e não agrícola. A finalidade aqui é mensurar o grau de satisfação individual daqueles que se dedicam ao trabalho não agrícola no meio rural. A descrição do método é apresentada logo após algumas considerações necessárias.

Todo método de avaliação pode apresentar vantagens e desvantagens, podendo-se assumir sua escolha em razão dos objetivos da avaliação. Neste caso, a avaliação de qualidade de vida percebida por aqueles que vivem determinadas condições é muito mais que quantificar e qualificar efeitos positivos e negativos causados no exercício de uma atividade econômica. Envolve alterações econômicas e socioculturais no contexto determinado. É sabido que processos fundamentados na mudança de valores não poderão ser tão somente mensurados em termos materiais, como quantidade de emprego e valor da renda, por exemplo. Da mesma forma, quantificar qualidade de vida a partir da proporção de domicílios com telefone ou do número de crianças que freqüentam a escola podem sugerir uma diversidade de situações não necessariamente positivas dependendo do contexto em questão. Podem significar fontes potenciais de desenvolvimento e geração de qualidade de vida pressupondo-se que estas sejam as grandes fragilidades locais. Isso porque, como apontam D'Agostini e Fantini (2008:1), “não se pode inferir o grau de satisfação do ser humano unicamente a partir das condições que ele dispõe para viver”.

Alguns trabalhos disponíveis na literatura tendem a priorizar alguns grupos de indicadores, dependendo da sua especialidade, e que geralmente não compõem um sistema prático de avaliação. Além disso, existe ainda a dificuldade de se encontrar métodos que permitam agregar diversos indicadores e obter uma avaliação final integrada.

Para fins deste trabalho, foi usado como método de avaliação da qualidade de vida daqueles que se dedicam ao exercício de atividades não agrícolas no meio rural, Indicadores de Qualidade de Vida (IQV) e Qualidade das Condições para Viver (IQCV), desenvolvido por D'Agostini e Fantini

³⁰ Entrevistas e aplicação dos questionários realizados em julho de 2008. Em dezembro de 2008 foi realizada nova incursão ao local para esclarecimento de aspectos pendentes, em grande parte relativa à historiografia do município.

(2008). O principal objetivo deste método está na comparação entre o olhar dos técnicos/agentes que promovem melhorias nas condições de vida e o olhar daqueles que vivem estas condições. O método foi aqui adaptado porque a intenção não é a comparação de distintos olhares, mas a percepção de satisfação daqueles que vivenciam determinado processo. O pressuposto aqui, é que a percepção de qualidade diminui com o distanciamento das características de determinado aspecto em relação àquelas que definem a qualidade máxima deste aspecto. Dessa forma, não entraram nos cálculos os IQCV derivados das suposições dos técnicos.

De fato, o método tem o mérito de considerar a natureza subjetiva da informação (permitindo considerar o universo simbólico onde os sujeitos estão imersos), agregar uma diversidade de aspectos envolvidos no processo e possibilitar a descrição contextualizada das variáveis. A dificuldade encontrada na sua utilização, assim como observado nos demais métodos multidimensionais, está na ponderação dos aspectos/variáveis. Assim, como manobra heurística, todas as variáveis serão consideradas aqui com mesma relevância, apresentando, portanto, o mesmo peso.

Considerando as orientações do método, o primeiro passo consistiu em identificar aspectos³¹ nas diferentes dimensões apontadas, agrupando-os da forma indicada no Quadro 1. Sobre os aspectos, cabe dizer, que não são, de modo algum, uma lista completa a se considerar. Também não encerram, necessariamente, as condições mais importantes. Apenas ajudam a salientar algumas questões específicas que requerem uma atenção especial neste trabalho.

Quadro 1 – Relação das variáveis consideradas

Dimensão	Variáveis
Econômica	<ul style="list-style-type: none">• Renda auferida• Oportunidade de emprego
Social	<ul style="list-style-type: none">• Condições de trabalho• Capacitação/qualificação• Oferta de cursos de capacitação• Participação/atuação na comunidade
Sociocultural*	<ul style="list-style-type: none">• Identidade/afinidade com o trabalho• Relações de sociabilidade• Motivação

* Esta dimensão foi classificada como sociocultural, pois se entende, de acordo com Sztompka (2005:423), que todos os fenômenos culturais são sociais, dado que são todos sujeitos a regras coletivamente sancionadas.

O segundo passo consistiu em identificar os agentes que descreveriam esses aspectos de modo condizente a realidade local. Foram escolhidas cinco pessoas da comunidade, destacadas pelo conhecimento da região e por sua atuação no desenvolvimento do município. A esses agentes foi solicitado que descrevessem esses aspectos/variáveis em situações entendidas como insustentáveis, sofríveis, regulares, boas e muito boas relacionadas ao contexto local. A cada uma dessas situações foram atribuídas notas de 1 a 10. Em seguida, o terceiro passo consistiu em selecionar as questões apontadas pelos agentes, de modo a não haver repetições e transformá-las em perguntas passíveis de percepção do grau de satisfação dos indivíduos como muito insatisfeitos, insatisfeitos, indefinidos/indiferentes, satisfeitos e muito satisfeitos. O formato adotado aparece representado no quadro abaixo.

³¹ Observa-se que além das dimensões, os aspectos que as caracterizam foram determinados pela pesquisadora e não pelos agentes/técnicos, como sugere o método. Isto, porque os aspectos deveriam se orientar à avaliação de um processo específico a ser estudado.

Quadro 2 – Categorias de situações de aspectos relevantes para caracterização de qualidade de vida manifestada por indivíduos pluriativos.

Aspecto/variável	Descrição do estado do aspecto									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa	
Aspecto X										
Nota atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Descrição da satisfação em relação ao aspecto									
	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido Indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
Aspecto X (Indagação)										
Nota à resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

O quarto passo se relaciona a aplicação do questionário (Anexo 03) aos 32 indivíduos amostrados. As notas atribuídas foram fracionadas e enquadradas em intervalos de 0 a 1. Com esse procedimento foi possível mensurar o grau (parcial e agregado) de satisfação dos indivíduos no exercício de atividades não agrícolas e mesmo apontar quais aspectos ou dimensões comprometem a percepção de QV pelos sujeitos envolvidos. O conteúdo matemático pode ser consultado no artigo completo disponibilizado no Anexo 02.

4.2. Resultados e discussão

Serão apresentados aqui os resultados obtidos na pesquisa de campo realizada no meio rural do município de Paraíso do Sul com famílias de agricultores pluriativos. Primeiro, serão demonstrados os resultados obtidos da aplicação da entrevista (ver anexo 01) relacionada aos dados, interesses e tendências das famílias selecionadas. Posteriormente serão apresentados os resultados alcançados com a aplicação do questionário IQV (ver anexo 03), a partir do qual inferiu-se o grau de satisfação daqueles que exercem atividades fora da agricultura no meio rural estudado.

4.2.1. Resultados da pesquisa qualitativa: o significado das atividades não agrícolas no meio rural

A distribuição etária e por sexo dos 113 indivíduos que compõem as famílias pluriativas entrevistadas são apresentadas na Tabela 11. É possível evidenciar maior proporção de indivíduos jovens (População em Idade Ativa – PIA) nas famílias pluriativas. As famílias de agricultores seguem uma tendência mais geral nas regiões coloniais do sul do país, ou seja, se caracterizam, em grande parte, pela presença de um maior número de crianças e idosos, conforme analisado por Schneider (2003:177).

Tabela 11 - Faixas de idade e distribuição por sexo dos membros que compõem as famílias pluriativas da amostra selecionada.

Idade	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Até 10 anos	9	8	17
11 a 20 anos	5	6	11
21 a 35 anos	24	23	47
36 a 59 anos	14	9	23
60 ou mais	8	7	15
Total de indivíduos das famílias amostradas	60	53	113

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

No que se refere ao número de indivíduos na família, a média geral é de 5,65³² pessoas, corroborando a composição numerosa das famílias pluriativas. Nenhuma das famílias entrevistadas apresentou composição inferior a três pessoas. A média de ocupados não agrícolas por família é de 1,6³³ pessoas, sendo que três delas apresentaram três membros ocupados, seis apresentaram dois membros ocupados e o restante (11 famílias) apenas um membro ocupado em atividade fora da agricultura. Isto significa dizer que em 45% das famílias amostradas, a pluriatividade, nesse contexto, se caracteriza pela inserção de mais de um indivíduo no mercado de trabalho não agrícola.

Quanto à posição ocupada na hierarquia familiar pelos indivíduos pluriativos entrevistados, 25% são chefes de família, dos quais 18,7% são mulheres e 6,3% homens. Os filhos perfazem 59,3% dos pluriativos sendo 43,7% do sexo feminino e 15,6% do sexo masculino. A categoria “outros” (cunhados, genros, noras etc) distribui os demais membros da família e somam 15,7% dos entrevistados. A observação dos dados evidencia dois aspectos importantes. Primeiro, atesta a expressiva participação dos filhos de agricultores em atividades não agrícolas. Segundo, evidencia que a maior parte das atividades fora da agricultura, neste contexto específico, são exercidas por mulheres, perfazendo 75% dos pluriativos amostrados. Essa tendência é verificada na América Latina no todo, em que 44,4% das atividades não agrícolas³⁴ são exercidas por mulheres residentes no meio rural, sendo este número superior à participação das mulheres na agricultura onde ocupam 27,3% dos empregos agrícolas. (DIRVEN, 2004:55). A escolaridade dos membros das famílias selecionadas é apresentada na Tabela 12, abaixo relacionada.

³² A média geral é resultado da divisão do total de indivíduos que compõem as famílias, 113 pessoas, pelo número de famílias selecionadas, 20 no total.

³³ A média geral é resultado da divisão do total de indivíduos ocupados, 32 pessoas, pelo número de famílias selecionadas, 20 no total.

³⁴ Os setores de atividades não agrícolas mais importantes são os ramos de serviços (36%), comércio (25%) e indústria (21%) e se caracterizam pela marcada participação das mulheres: 51%, 53% e 43% respectivamente (DIRVEN, 2004:55).

Tabela 12 - Escolaridade dos indivíduos das famílias selecionadas.

Escolaridade	Sexo	
	Masculino	Feminino
Fundamental incompleto	30	14
Fundamental completo	10	9
Médio incompleto	7	8
Médio completo	5	15
Superior completo	-	1
Curso técnico	2	2
Sem idade escolar	5	3
Analfabetos	1	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Note-se que mais da metade (55,7%) dos indivíduos entrevistados estudaram até o ensino fundamental e, destes, parcela significativa, sequer conseguiu completar esta primeira fase de ensino. Das 19 escolas municipais existentes, apenas uma oferece ensino além da 5ª série e apenas uma escola estadual que oferece ensino médio, localizada na sede do município. Essa situação, aliada a condição econômica e de localização geográfica dispersa das unidades familiares, contribui para os baixos índices de escolaridade encontrados no meio rural. Esse baixo nível educacional, por sua vez, influencia diretamente no tipo de atividade não agrícola exercida pelo indivíduo, dificultando seu acesso a melhores ocupações. Isso se torna evidente quando se observa que as oportunidades de trabalho melhor remuneradas e qualificadas são ocupadas pelas pessoas de melhor situação econômica e, em grande medida, por pessoas de municípios vizinhos. O grau de instrução é um componente endógeno que potencializa a diversificação das estratégias na perspectiva não-agrícola, como sugere Conterato (2008:240), principalmente em se tratando de estratégias intersetoriais de ocupação.

Os principais ramos de ocupação não agrícolas estão relacionados na Tabela 13

Tabela 13 – Percentual dos ramos de atividades não agrícolas exercidas pelos membros das famílias selecionadas, segundo o sexo.

Ramos de atividades	Sexo	
	Masculino	Feminino
Comércio	3%	25%
Prestação de serviços pessoais	-	34%
Prestação de serviços públicos	13%	16%
Construção civil	3%	-
Transporte	6%	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os dados apontam maior participação das mulheres no mercado de trabalho não agrícola do município, principalmente nos ramos do comércio e prestação de serviços pessoais. O ramo de prestação de serviços assume maior proporção entre as mulheres pluriativas em razão das atividades informais desenvolvidas, genericamente associadas ao público feminino, como costureiras, confeiteiras, cabeleireiras, empregadas domésticas etc.

A grande participação feminina em atividades fora da agricultura é decorrente em grande medida do viés de gênero, fortemente caracterizado no meio rural. Como dificilmente as filhas são consideradas no processo de sucessão da unidade de exploração agrícola, são de certa forma, liberadas para buscar outras formas de inserção profissional, haja vista que o casamento não é mais o único projeto de vida das mulheres rurais contemporâneas.

A Tabela 14 apresenta os principais ramos de atividade não agrícolas segundo a faixa etária dos ocupados.

Tabela 14 – Percentual dos principais ramos de atividades não agrícolas exercidas pelos membros das famílias, segundo a faixa etária.

Ramos de atividades	Faixas de idade			
	Até 18 anos	19 a 35 anos	36 a 59 anos	60 anos ou mais
Comércio	-	28%	-	-
Serviços pessoais	3%	25%	6%	-
Serviços públicos	-	16%	13%	-
Construção civil	-	3%	-	-
Transporte	-	3%	3%	-
Total	3%	75%	22%	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os setores de serviço (63%) e comércio (28%) são os ramos que mais empregam pessoas em atividades fora da agricultura no meio rural do município. A Tabela 14 demonstra que a maior parcela dos pluriativos (75%) encontra-se nas faixas mais jovens da população (entre 19 e 35 anos), assinalando o interesse dessa camada pelo trabalho não agropecuário. Os interesses são diversos e apontam tendências de ocupação no mercado de trabalho local. A condição de permanência ou transitoriedade dos indivíduos nessas ocupações pode ser percebida a partir do significado que assumem as práticas de trabalho, demonstrados abaixo, na Tabela 15.

Tabela 15 – Significados atribuídos à ocupação em atividades não agrícolas pelos indivíduos das famílias selecionadas.

Significados atribuídos	Percentual
Melhor emprego	31,25%
Futuro (como projeto de vida)	28,13%
Complemento de renda	25%
Permanência no campo	6,25%
Status	6,25%
Condição transitória	3,12%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os dados da tabela 15 indicam que maior parte dos indivíduos tem na atividade não-agrícola opção de melhor emprego e viabilização de projetos de vida. Estas informações evidenciam uma mudança de significação relacionada à atividade laboral de agricultores e pode sugerir, também, a conversão de alguns indivíduos pluriativos em monoativos não agrícolas, principalmente se considerados os dados da Tabela 16. Um aspecto que merece ser considerado aqui é que o caráter permanente no exercício de atividades não agrícolas é mais comum nas famílias jovens, entre as mulheres e entre os filhos (homens) de agricultores que optaram por exercer outra ocupação. Aos chefes de família, o recurso às ocupações não agrícolas significa, basicamente, complemento de renda e possibilidades de ampliação ou melhoramento da unidade produtiva. Esses não encaram a pluriatividade como processo permanente, mas não descartam a possibilidade de recorrer a outras atividades eventualmente e mesmo permanecer nelas no médio e longo prazo. Nesses casos, a agricultura permanece entendida como atividade principal mesmo que o produtor passe grande parte do tempo ocupado em outras atividades. A Tabela 16 demonstra o percentual de ajuda na atividade agrícola dos ocupados não agrícolas.

Tabela 16 – Percentual de ajuda dos ocupados não agrícolas na atividade agrícola.

Ajuda na atividade agrícola	Percentual
Regular	12,5%
Às vezes, em algumas etapas da produção	25%
Quando sobra tempo (ajuda casual, incerta)	43,75%
Não ajuda	18,75%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

É grande a parcela de indivíduos que pouco contribui no exercício da atividade agrícola. Essa ajuda, na maioria dos casos, se restringe ao período da colheita e separação do fumo, sendo mais comum nos finais de semana. Nos jovens e, especialmente, entre as mulheres percebe-se um afastamento em relação ao processo produtivo. Respostas como “ah, ajudo só quando sobra tempo” foram as mais comuns e enfatizadas durante as entrevistas. Chama atenção o percentual daqueles que não prestam nenhum tipo de contribuição na produção agrícola, perfazendo quase 1/5 dos entrevistados. São indivíduos monoativos ocupados apenas em atividades não agrícolas. Esse afastamento, em que cerca de 70% dos agricultores presta ajuda eventual, é outro indício da perda gradual de vínculo com a atividade agrícola, principalmente se considerado o público mais jovem. Conforme observado por Radomsky (2006), a pluriatividade, que em muitos casos é responsável pela permanência das famílias no meio rural, também acaba por arrefecer os vínculos com a atividade agrícola. Nesses casos, percebe-se que as relações de reciprocidade são reorganizadas em um contexto distinto. A colaboração que antes tomava forma de auxílio laboral na atividade agrícola se modifica e passa a ser representada pela contribuição na formação da renda total da família. A Tabela 17 relaciona os principais destinos da renda auferida na atividade não agrícola pelos indivíduos ocupados, demonstrando que a manutenção do grupo familiar continua sendo a principal preocupação dos membros integrantes das famílias rurais.

Tabela 17 – Destino da renda auferida em atividades não agrícolas.

Destino da renda não agrícola	Percentual
Ajuda ao grupo doméstico	62,5%
Uso próprio	31,25%
Ajuda ao processo produtivo	6,25%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os dados indicam que grande parte dos ocupados não agrícolas destina a renda auferida na forma de ajuda ao grupo doméstico. O principal destino das receitas obtidas é a ampliação do conforto e das chances de subsistência da família, além das despesas pessoais de todos os tipos. A prestação de ajuda monetária no processo produtivo agrícola se restringe, neste caso, aos chefes de família que buscam no trabalho não agrícola o complemento de renda necessário à manutenção da unidade produtiva. Mesmo se considerando que o destino da renda auferida esteja relacionado à posição que o indivíduo ocupa na hierarquia familiar, pode-se falar que a atividade não agrícola, nesse caso, decorre, em grande medida, de opções voluntárias e individuais dos membros das famílias. Schneider (2003) considera que em muitos casos, essa situação leva ao abandono da agricultura como atividade principal da unidade familiar. A Tabela 18 relaciona as principais redefinições realizadas nas UPFs em função da ocupação de membros da família em atividades não agrícolas.

Tabela 18 – Redefinição do processo produtivo agropecuário em função da ocupação de membros da família em atividades não agrícolas.

Redefinição no processo produtivo	Percentual
Contratação de mão-de-obra temporária	60%
Redução da área cultivada	10%
Não foi feita redefinição	20%
Outra*	10%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

*Refere-se a casos de arrendamento e contratos de parceria.

A ocupação em atividades não agrícolas redefiniu a forma de organizar o processo produtivo em 80% das unidades familiares investigadas. A diminuição da oferta de mão-de-obra no interior das famílias ampliou a necessidade de contratação de trabalho temporário, mais especificamente nos períodos de colheita. Esta contratação de força de trabalho não é, no entanto, unicamente atribuída à pluriatividade, mas intensificada e ampliada a partir dela. Em 10% dos casos houve redução da área plantada, especialmente nas unidades em que os indivíduos pluriativos são homens; e 10% optaram pelo arrendamento de parte das terras e estabelecimento de contratos de parceria. Nesse sentido, cabe lembrar que é significativa a presença de agricultores parceiros ou meeiros no município. Essa colocação é importante na medida em que explica a baixa representatividade da categoria “assalariados agrícolas” nesse espaço rural, haja vista que o assalariamento é substituído pela meação.

Quando perguntados sobre a possibilidade de voltar a se dedicar exclusivamente ao trabalho agrícola, 75% dos entrevistados responderam que não, principalmente em função do trabalho penoso e insalubre da atividade do fumo. Quanto às questões relacionadas às dificuldades enfrentadas nas ocupações não agrícolas, as respostas mais frequentes foram as seguintes: arrumar um bom emprego; não ter conhecimento; dificuldades com transporte; e trabalhar para os outros. Como posto anteriormente, apenas 62 empreendimentos não agrícolas se localizam no meio rural do município. São estabelecimentos de pequeno porte e inexpressivos em oferta de empregos. Com exceção de alguns autônomos, os demais ocupados se deslocam, em grande parte, à sede do município, dentro da idéia de deslocamento pendular (*auspendler*) de Seyferth (1974). A precariedade do sistema de transportes assume, nesse contexto, grande importância, principalmente em localidades de difícil acesso que sequer contam com esse serviço. Dirven (2004) chama a atenção sobre a necessidade de análises mais aprofundadas do processo de traslado diário da população ocupada em atividades não agrícolas às sedes urbanas ou mesmo a municípios vizinhos. O autor adverte que essa transladação (característica muito presente nos países da América Latina) restringe estratégias de reativação de áreas rurais e sugere que políticas públicas e pesquisas se orientem nessa direção. Essa observação do autor vai de encontro à situação encontrada no estudo de caso. O meio rural paraisense é extremamente moroso no que concerne a oferta de ocupações não agrícolas.

Outro fato que nos chama à atenção, diz respeito ao destino que os ocupados não agrícolas dariam a um dinheiro que hipoteticamente teriam ganhado para investir em alguma coisa qualquer. A aquisição de terras aparece dentro das respostas de todos entrevistados, invariavelmente como primeira e segunda opção de investimento. Esse aspecto demonstra que a terra exerce papel fundamental na reprodução da agricultura familiar, como lembra Woortmann (1995), como esteio econômico e como referencial simbólico, mesmo para aqueles indivíduos que não se dedicam mais ao trabalho na agricultura. Essa proposição pode encontrar explicação no significado da terra, menos como espaço de produção agrícola estrita, mas, sobretudo, como base da reprodução do patrimônio cultural, conforme observado por Carneiro (2006).

As principais percepções de mudança (na família e nas relações sociais gerais) entre os pluriativos se relacionam a um maior sentimento de respeito da família, a possibilidade do dinheiro próprio e, portanto, maior autonomia, ampliação do círculo de amigos e maior acesso a informações e conhecimentos. Observa-se um conjunto de alterações nas relações familiares, principalmente nas questões de gênero. O espaço das mulheres se amplia dentro da família e da

comunidade, pois passam da condição de dependentes à condição de provedoras, influenciando positivamente sua autoestima. O casamento e a constituição de uma nova família não são os únicos projetos de vida. As relações intergeracionais também são afetadas nesse processo. Os jovens submissos e pouco valorizados, típicos das sociedades patriarcais, são considerados e participam das decisões familiares. Os conflitos também aparecem com maior intensidade, principalmente quando os projetos individuais e familiares assumem perspectivas muito distintas. A austeridade patriarcal, segundo Santos (2002), faz parte do conjunto de motivos que levam os jovens e mulheres ao abandono do meio rural no município.

A Tabela 19 apresenta o percentual das respostas das famílias que gostariam que os filhos continuassem a trabalhar na agricultura.

Tabela 19 – Percentual de famílias que gostariam de ver os filhos dedicados à atividade agrícola

Gostaria que seus filhos permanecessem na atividade agrícola?	Sim	Não	Não sabe
	40%	35%	25%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Nesse ponto se estabelecem algumas situações paradoxais características da complexidade que envolve as relações sociais no meio rural. Embora os pais tenham entendimento das razões dos filhos em buscar outras formas de trabalho e tenham consciência da penosidade do trabalho na lavoura de fumo, parte deles nutre o desejo de que ao menos um dos filhos (principalmente os filhos homens) mantenha algum vínculo com a atividade agrícola, em última instância, orientada ao autoconsumo. Mesmo nos casos em que eles próprios se dedicam a outras atividades. A tradição familiar agrícola permanece arraigada no modo de ser e pensar das famílias e estabelece a dúvida sobre o que seria melhor para seus filhos no futuro.

A questão da sucessão, entretanto, não se constitui exatamente como problema para as famílias estudadas. Primeiro, porque em parte das famílias existe o filho preparado para assumir a propriedade; segundo, porque a permanência dos filhos no meio rural, ainda que como não agrícolas, sugere a reprodução do patrimônio físico e cultural, conforme apontado anteriormente.

Outra questão levantada no contexto desta pergunta e que assume distinta importância neste trabalho, diz respeito à interpretação que os agricultores familiares fazem acerca das atividades desenvolvidas pelos vizinhos e conhecidos. Radomsky (2006) observa que entre agricultores existe certa tendência de reproduzir atividades à semelhança dos vizinhos, sobretudo se for observada sua viabilidade econômica. A descrição de trechos da entrevista realizada com duas das famílias deixa clara esta observação.

A gente não sabe o que esperar do futuro. Meu irmão, só pra te dar um exemplo, foi embora daqui. Não queria saber do fumo. Tá bem morando na cidade, em Santa Cruz. Aqui mesmo a gente conhece outros que largaram o fumo, a lavoura mesmo e trabalham em outras coisas. Uns tão bem, outros não. Agora pras gurias é melhor. A filha do vizinho lá do outro lado trabalha lá na sede, numa loja e tá bem. Ganha um dinheiro bom até, e ajuda o pai. Faz melhor do que ficar na lavoura. Eu disse pra minha guria arrumar um serviço melhor também (Agricultor, 57 anos).

Ih! Eu conheço gente aqui que vendeu a terra e foi pra outro lugar trabalhar em outra coisa. E gente que arrenda a terra e trabalha em outra coisa. Acho que tão melhor que nós (...) Eu digo para os meus filhos: se querem fazer outra coisa tem que estudar. Olha a filha do (fulano) estudou e tem um trabalho bom. Mas o (beltrano) não tem muito estudo, trabalha de bico e ta pior do que antes (Agricultora, 53 anos).

Das vinte famílias entrevistadas, dezessete delas fizeram menção à ocupação de pessoas conhecidas da comunidade. O modo de vida “dos outros” é interpretado negativa ou positivamente e serve como referencial as tomadas de decisão das famílias e indivíduos. O interconhecimento figura como característica importante na comunidade, tanto à reprodução das práticas tradicionais quanto a inserção de novas práticas laborais entre agricultores familiares.

Quanto à possibilidade de deixar o campo e se estabelecer na cidade, 70% das famílias declararam nunca ter pensado nisso, mesmo em casos de dificuldades enfrentadas na unidade produtiva. A não adaptação, a falta de emprego na cidade³⁵, a falta de estudo e a violência estão entre as principais razões apontadas pelos agricultores. A vida no campo toma a significação de convívio familiar e comunitário, de sentimento de identidade e pertencimento, de tradição e tranquilidade, trabalho e agricultura. Essa representação social do agricultor familiar permanece, modificada em muitos aspectos, mas segue como fio condutor das relações sociais no município.

Como apontado no terceiro capítulo, as relações de trabalho no contexto de Paraíso do Sul, não raras vezes, se dão sustentadas sobre vínculos específicos tributários da agricultura colonial. A Tabela 20 apresenta as principais formas de acesso dos indivíduos às ocupações não agrícolas.

Tabela 20 – Principais formas de acesso às ocupações não agrícolas.

Formas de acesso	Percentual (%)
Por intermédio de parentes	56,3
Por intermédio de conhecidos	28,1
Por iniciativa própria	15,6

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Note-se que as estratégias de inserção em mercados de trabalho não agrícolas locais estão ancoradas nas relações de reciprocidade entre parentes e pessoas próximas. A maior parcela de ocupados não agrícolas teve sua oportunidade laboral viabilizada por intermédio de relações de parentesco (56,3%) e proximidade (28,1%). Aqui se vislumbra aquilo que Sabourin (2003) analisou como coexistência de relações mercantis e de reciprocidade que se condicionam mutuamente.

O vínculo social é, portanto, ressignificado na nova relação. Formam-se teias de compromissos pessoais constituídas por aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos etc (a idéia de fato social total de Mauss), configurando a natureza multidimensional da ação. Da mesma forma, qualidade de vida não pode (nem mesmo deve) ser associada à mera existência de determinadas condições e, nem mesmo mensurada a partir de aspectos econômicos estritos. Qualidade de vida emerge do significado das interações, que são diversas da relação dar-pagar.

4.2.2. Resultados da pesquisa quali-quantitativa: Indicadores de Qualidade de Vida no desempenho de atividades não agrícolas no meio rural

(...) é preciso ter em mente que o agente promotor de mudança não precisa – e mesmo não pode – atribuir a determinado aspecto o mesmo significado que o agricultor atribui. Importa sim que esse agente de mudança e a instituição que ele representa reconheçam no outro a condição de semelhante e intrinsecamente diferente na realização de distinções de significados (D'AGOSTINI & FANTINI, 2008:10).

O desenvolvimento de determinado espaço ou atividade somente faz sentido se relacionado à sua capacidade de promover o bem-estar da população. Entre todas as concepções depreendidas da noção polissêmica de desenvolvimento, esta parece ser a mais lógica ou pelo menos, a mais desejável.

De acordo com D'Agostini & Fantini (2008), melhorar a qualidade de vida no espaço rural tem sido o objetivo final dos programas de desenvolvimento e isso tem sido buscado através da promoção de melhorias das condições de vida das comunidades. Mas, como analisado pelos autores, não se pode deduzir, de forma unívoca, que a partir de determinadas condições, os indivíduos se reconheçam experimentando boa qualidade de vida. Isto porque, existe um grau de

³⁵ De acordo com Martins (2002), verifica-se uma mudança de sinal nas migrações do meio rural em direção as cidades. O significado positivo é substituído pela percepção negativa associada à escassez de oportunidades.

imprevisibilidade nas ações de mudança e também com relação ao significado que essas mudanças assumem para os indivíduos. Para tanto, torna-se necessário estabelecer um referencial de estado de condições desejáveis e possíveis em determinado contexto a partir das quais os indivíduos revelem o grau de satisfação percebido. Todavia, como lembram os autores, mais importante que a percepção individualizada de bem-estar é a percepção coletiva de satisfação a partir do estado de condições viáveis entendidas como importantes.

Com efeito, através do método desenvolvido por D'Agostini & Fantini (2008), foi possível derivar um indicador de qualidade de vida (IQV), partindo da percepção individual, subjetiva e repleta de significados, sobre o estado de condições objetivas e contextualizadas, encontradas por indivíduos (integrantes de famílias agrícolas) que se ocupam em atividades não agrícolas no meio rural de Paraíso do Sul. Essas condições foram caracterizadas a partir de aspectos relacionados em três dimensões: econômica, social e sociocultural. Cabe aqui uma justificativa quanto à opção pela denominação desta última dimensão como sociocultural. Primeiro, como apontado anteriormente na apresentação da metodologia, porque está claro que todos os fenômenos culturais são sociais, na medida em que são valores socialmente compartilhados. Mas isso não seria suficiente para justificar a partição dimensional nesses termos. Apontamos, portanto, uma segunda razão relacionada às condições mais objetivas e ligadas ao meio, consideradas na Dimensão Social e outras mais subjetivas e relacionadas à conduta coletiva, que flutuam entre o social e o cultural não se deixando enquadrar exatamente em nenhuma delas, contempladas, portanto, na Dimensão Sociocultural.

Realizadas as devidas considerações partimos à derivação e análise dos indicadores. Os dados apresentados no Quadro 03 expressam os graus de satisfação parcial das esferas econômica, social e sociocultural e o indicador agregado de qualidade de vida percebidos por aqueles que se dedicam ao exercício de atividades não agrícolas no meio rural no contexto examinado. Convém reiterar que não se trata de uma perspectiva comparada (entre localidades ou entre atividades), desse modo, e de acordo com os objetivos desta pesquisa, mais importante que o valor agregado do IQV é a observância dos indicadores parciais e das variáveis apontadas para compreensão objetiva dos aspectos mais ou menos positivos das transformações no mercado de trabalho local.

Com relação ao IQV torna-se importante observar que o grau de irregularidade entre os aspectos e dimensões implica diretamente no grau de satisfação total percebida (como qualidade de vida). A guisa de exemplo, notem-se as situações dos indivíduos 22 (ISE: 0,52; ISS: 0,53; ISSC: 0,49; IQV: 0,51) e 23 (ISE: 0,45; ISS: 0,24; ISSC: 1,0; IQV: 0,47) apontados no Quadro 03 para constatar que mais importante que um aspecto ou dimensão muito satisfatório é que todos sejam relativamente homogêneos para determinar maior grau de qualidade de vida percebida. Em outras palavras, quanto maior a desarmonia entre dimensões maior a vulnerabilidade das condições que se apresentam aos indivíduos.

Quadro 03 – Resultados dos Indicadores Parciais e do Indicador de Qualidade de Vida – IQV

Indivíduo	Atividade não agrícola	ISE	ISS	ISSC	IQV
01	Costureira	0,31	0,30	0,78	0,42
02	Costureira	0,54	0,35	0,70	0,51
03	Merendeira de escola	0,36	0,54	0,70	0,51
04	Prefeitura	0,45	0,40	0,54	0,46
05	Empregada Doméstica	0,31	0,35	0,78	0,44
06	Comércio	0,64	0,53	0,63	0,60
07	Empregada doméstica	0,29	0,21	0,42	0,30
08	Serralheiro	0,51	0,34	0,78	0,51
09	Empregada doméstica	0,40	0,29	0,50	0,39
10	Empregada doméstica	0,21	0,21	0,63	0,30
11	Prefeitura	0,40	0,54	1,00	0,60
12	Comércio	0,70	0,54	1,00	0,73
13	Prefeitura	0,67	0,68	1,00	0,77
14	Pedreiro	0,21	0,19	0,42	0,25
15	Comércio	0,52	0,52	0,69	0,57
16	Enfermeira	0,57	0,48	1,00	0,65
17	Cabeleireira	0,50	0,52	1,00	0,64
18	Comércio	0,64	0,44	0,49	0,52
19	Costureira	0,54	0,21	0,50	0,38
20	Prefeitura	0,30	0,34	0,65	0,41
21	Confeiteira	0,31	0,27	0,54	0,35
22	Comércio	0,52	0,53	0,49	0,51
23	Transporte	0,45	0,24	1,00	0,47
24	Comércio	0,33	0,49	0,49	0,43
25	Babá	0,21	0,27	0,49	0,30
26	Comércio	0,64	0,50	0,80	0,64
27	Professora	0,60	0,56	1,00	0,70
28	Transporte	0,64	0,44	0,54	0,53
29	Prefeitura	0,51	0,44	0,70	0,54
30	Servente em fábrica	0,26	0,23	0,54	0,32
31	Empregada doméstica	0,21	0,28	0,52	0,31
32	Comércio	0,54	0,51	0,66	0,57
Média		0,45	0,40	0,69	0,49
Desvio padrão		0,1541	0,1339	0,1980	0,1369

ISE: Indicador de Satisfação Econômica

ISS: Indicador de Satisfação Social

ISSC: Indicador de Satisfação Sociocultural

IQV: Indicador de Qualidade de Vida

Note-se que o indicador parcial de satisfação social (ISS) apresenta o menor grau de qualidade percebida (0,40) enquanto o indicador parcial de satisfação sociocultural (ISSC) apresenta a melhor percepção de qualidade (0,69) do conjunto de agregados. Isso significa dizer que, de modo geral, a percepção de qualidade de vida do indivíduo permanece um tanto restrita e limitada pelas oportunidades sociais, relacionadas, principalmente, às condições do trabalho, a capacitação e a oferta de capacitação para o exercício de atividades fora da agricultura. Trata-se de condições objetivas que podem e devem ser consideradas pelos agentes promotores de desenvolvimento. Observe-se que essas questões assumem sentido mais importante do que a dimensão econômica (0,45) emprego e renda, corroborando hipóteses levantadas por diversos autores, dentre os quais destacamos Sen (2000:15), de que apesar da melhor e maior mensurabilidade e articulação do aspecto renda, as magnitudes reais podem ser muito enganosas quanto aos valores envolvidos. Acrescente-se a isso, a informalidade e a precarização do emprego em alguns casos, e o fato da renda média geral auferida na atividade não agrícola entre os entrevistados circundar em torno de 1,7 salários mínimos³⁶, considerando a média da remuneração masculina de 2,5 e a feminina de 1,4 salários mínimos. Cabe destacar que nos casos de trabalho informal feminino encontram-se dois exemplos (indivíduos 07 e 10) de remuneração que sequer compõem um salário mínimo integral. Não obstante, convém observar que mesmo analisados sob enfoque individual, essas pessoas integram famílias e a renda auferida torna-se complementar, independentemente do destino dado. Nesse sentido, grande parte das pesquisas realizadas se sustenta nesse argumento, muito pertinente e absolutamente importante, de ampliação das rendas totais como justificativo de maior atenção sobre o tema da pluriatividade e atividades não agrícolas no meio rural.

No entanto, aspectos relacionados ao juízo valorativo referente às motivações e novas representações no meio rural, apesar das condições objetivas, apontam e confirmam a atratividade do trabalho não agrícola para os indivíduos, especialmente em se tratando de jovens e mulheres. Mesmo o fator renda assume significação de maior autonomia nesse sentido, mais importante que componente monetário. A tendência à concentração da renda agrícola na figura do chefe da família é razão de descontentamento e integra o conjunto de motivos que levam indivíduos à migração, conforme observado no trabalho de Santos (2002) sobre os jovens na agricultura familiar do município.

De modo específico, os melhores indicadores de qualidade de vida concentram-se nas atividades relacionadas ao setor do comércio (0,57) e de serviços públicos (0,57), enquanto os piores indicadores convergem ao setor de prestação de serviços autônomos (0,42) e privados (0,37). Os homens, embora em menor número de ocupações, apresentam melhor percepção de qualidade de vida no exercício de atividade não agrícola (0,50) em relação às mulheres (0,48), em razão dos melhores empregos. Convém, no entanto, separar os fios que no conjunto agregado conformam tais situações, de modo a identificar com maior objetividade os aspectos que contribuem mais ou menos à percepção de qualidade de vida.

Observe-se no Quadro 04, que os maiores desvios em relação à condição ideal dos aspectos se encontram nas variáveis relacionadas às oportunidades de trabalho e aos meios de obter capacitação e qualificação necessária ao desempenho de outras atividades que não a agricultura. Como já apontado anteriormente, a perspectiva agrícola de desenvolvimento superpõe-se as demandas diversificadas que emergem no contexto. Assim, as ações institucionais promotoras do desenvolvimento são direcionadas, basicamente, pelo viés setorial agropecuário em dissonância com as demais formas ocupacionais.

Em contrapartida o menor desvio é encontrado no aspecto motivação. Note-se que mesmo nas ocupações menos expoentes (a exemplo dos indivíduos 5, 7, 9, 10, 14 e 31) os aspectos relacionados à esfera sociocultural são positivamente avaliados pelos atores sociais, muito embora o IQV se mantenha baixo (respectivamente 0,44; 0,30; 0,39; 0,30; 0,25 e 0,31) em função da irregularidade nas condições econômicas e sociais.

³⁶ O salário mínimo equivalia a R\$ 415,00 em julho de 2008, quando da realização da pesquisa de campo.

Quadro 04. Notas atribuídas aos aspectos considerando a atividade exercida e desvio médio da condição ideal para os aspectos.

Indivíduos	Atividade	Notas atribuídas aos aspectos								
		A1	A2	B1	B2	B3	B4	C1	C2	C3
1	Costureira	0,6	0,4	0,7	0,6	0,4	0,7	1,0	0,9	0,8
2	Costureira	0,8	0,6	0,5	0,7	0,5	1,0	1,0	0,8	0,8
3	Merendeira de escola	0,8	0,4	0,8	0,9	0,6	0,8	0,8	1,0	0,8
4	Prefeitura	0,8	0,5	0,8	0,6	0,5	0,7	0,8	0,6	0,8
5	Empregada Doméstica	0,6	0,4	0,8	0,5	0,5	1,0	0,8	1,0	0,9
6	Comércio	0,8	0,7	0,8	0,8	0,6	0,8	0,7	0,8	0,8
7	Empregada doméstica	0,5	0,5	0,6	0,5	0,3	0,8	0,6	0,6	0,7
8	Serralheiro	0,7	0,6	0,8	0,7	0,4	0,9	0,8	1,0	0,9
9	Empregada doméstica	0,6	0,6	0,4	0,5	0,6	0,9	0,6	0,7	0,7
10	Empregada doméstica	0,5	0,3	0,5	0,6	0,3	0,7	0,7	0,8	0,8
11	Prefeitura	1,0	0,4	0,8	0,8	0,6	1,0	1,0	1,0	1,0
12	Comércio	1,0	0,7	0,8	0,8	0,6	1,0	1,0	1,0	1,0
13	Prefeitura	0,8	0,8	1,0	0,9	0,7	1,0	1,0	1,0	1,0
14	Pedreiro	0,5	0,3	0,4	0,6	0,3	0,6	0,6	0,7	0,6
15	Comércio	0,7	0,7	0,8	0,7	0,6	0,8	0,8	0,8	0,9
16	Enfermeira	0,9	0,6	1,0	1,0	0,5	0,9	1,0	1,0	1,0
17	Cabeleireira	1,0	0,5	0,8	0,8	0,6	0,7	1,0	1,0	1,0
18	Comércio	0,8	0,7	0,8	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7
19	Costureira	0,8	0,6	0,6	0,6	0,3	0,6	0,7	0,6	0,7
20	Prefeitura	1,0	0,3	0,8	0,8	0,4	0,8	0,8	0,7	0,9
21	Confeiteira	0,6	0,4	0,6	0,6	0,4	0,5	0,8	0,6	0,8
22	Comércio	0,7	0,7	0,8	0,8	0,6	0,8	0,7	0,7	0,7
23	Transporte	0,8	0,5	0,7	0,8	0,3	0,7	1,0	1,0	1,0
24	Comércio	0,7	0,4	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7
25	Babá	0,5	0,3	0,5	0,5	0,4	0,7	0,7	0,7	0,7
26	Comércio	0,8	0,7	0,7	0,7	0,6	0,8	0,8	1,0	1,0
27	Professora	1,0	0,6	0,8	1,0	0,6	1,0	1,0	1,0	1,0
28	Transporte	0,8	0,7	0,8	0,7	0,6	0,6	0,8	0,6	0,8
29	Prefeitura	0,7	0,6	0,8	0,8	0,5	0,8	0,8	0,8	1,0
30	Servente em fábrica	0,8	0,3	0,8	0,6	0,3	0,7	0,8	0,6	0,8
31	Empregada doméstica	0,5	0,3	0,5	0,5	0,4	0,8	0,6	0,8	0,7
32	Comércio	0,8	0,6	0,7	0,7	0,6	1,0	0,7	0,8	1,0
Desvio médio		0,25	0,48	0,28	0,30	0,50	0,21	0,19	0,19	0,15

A: Dimensão econômica

A1: Renda não agrícola

A2: Oportunidade de trabalho não agrícola

B: Dimensão social

B1: Condições do trabalho não agrícola

B2: Capacitação/qualificação para o trabalho não agrícola

- B3: Oferta de cursos de capacitação/treinamento para o trabalho não agrícola
- B4: Participação/atuação na comunidade
- C: Dimensão sociocultural
- C1: Identidade/afinidade na realização de trabalho não agrícola
- C2: Relações de sociabilidade
- C3: Motivação no desempenho de atividade não agrícola

Essa avaliação positiva da dimensão sociocultural, pode estar relacionada aquilo que Caillé (2008:158) depreende como acessar a visibilidade comum ou ainda tornar-se mais visível aos olhos de todos os que importam, referindo-se ao respeito implícito no reconhecimento de (des) iguais. Nesse sentido, os valores urbanos interiorizados determinam em grande medida os projetos individuais voltados a outras atividades nos aspectos concernentes a identidade na realização do trabalho, a ampliação do círculo de amizades e contatos e a manifestação de motivação no desempenho da atividade.

A sensação de bem-estar, nesse sentido, está relacionada ao simbólico, àquilo que constitui o dispositivo referencial do indivíduo nas suas interações sociais. O olhar exterior de técnicos poderia facilmente subestimar formas de ocupação *a priori* tão pouco relevantes. Mesmo a análise subordinada a dimensão econômica aponta maior desvio médio da condição ideal para o aspecto oportunidade de emprego (0,48) do que relacionado à renda (0,25). Isso significa dizer que a escassez de oportunidades de emprego não agrícola produz uma sensação de menor satisfação do que o aspecto renda *per se*.

Na esfera social, o menor desvio se relaciona ao aspecto atuação/participação social, apontando que a ocupação não agrícola possibilita ao indivíduo ampliação e intensificação dos laços fora do âmbito comunal. Associado ao aspecto informacional confere ao indivíduo sensação de empoderamento e, portanto, maior capacidade de participação e atuação na sociedade. As condições do trabalho não agrícola correspondem ao segundo aspecto de menor desvio. Vistas de fora, as distintas situações ocupacionais, em que pese aquelas convencionadas como precárias ou mesmo desvalorizadas, poderiam conformar um ambiente desagradável de trabalho. Nesse ponto, emergem de forma mais evidente as relações de aliança e reciprocidade. Como exposto anteriormente, as relações de trabalho no contexto local se dão, principalmente, através de laços de amizade, vizinhança e parentesco. As relações de trabalho não agrícolas, em grande parte dos casos estudados, se processam nessas bases, em que afilhadas trabalham na casa de padrinhos, ou filhas de amigos, ou sobrinhas e demais condições semelhantes, que extrapolam relações de funcionário-padrão, fazendo com que o empregado se imagine membro da família, sendo que na maioria das vezes ele realmente é.

(...) eles (patrões/padrinhos) não me tratam como empregada. Eu tenho minhas obrigações, eles me pagam um salário, eu ganho roupas, posso continuar meus estudos agora que estou mais perto da Sede. Minha família é pobre e a gente mora longe, não dá pra estudar assim (...) quando puder arrumo um trabalho legal e isso tudo eu devo ao padrinho e a madrinha... (Indivíduo 05: empregada doméstica, 23 anos).
IQV: 0,44 = ISE: 0,31; ISS: 0,35; ISSC: 0,78.

(...) trabalho no comércio, na lojinha de roupas de uma tia minha. Não tem muito trabalho por aqui e eu estou feliz da vida de ter o meu (...) No início foi meio difícil, eu não sabia fazer nada, nunca tinha trabalhado fora da lavoura, agora eu toco aquilo sozinha, sei fazer de um tudo, também já estou seis anos lá... (Indivíduo 26: comércio, 24 anos).
IQV: 0,64 = ISE: 0,64; ISS: 0,50; ISSC: 0,80.

Os dois trechos de depoimentos apresentados deixam perceber um grau de relações empregatícias muito distantes da impessoalidade comum aos mercados de trabalho urbano. Também reafirma a situação de aprendizagem interna do indivíduo. Esses vínculos de reciprocidade (algumas vezes assimétricos) permitem percepção de qualidade positiva nas situações de trabalho do indivíduo, com destaque aos aspectos relacionados à ampliação do círculo social, participação e motivação no desempenho da atividade.

A Figura 03 permite melhor observar o comportamento de cada aspecto a partir do desvio médio da sua condição ideal. Observa-se, mais claramente, a vulnerabilidade que acompanha os aspectos oportunidade de emprego e oferta de capacitação para realização de trabalhos fora da agricultura.

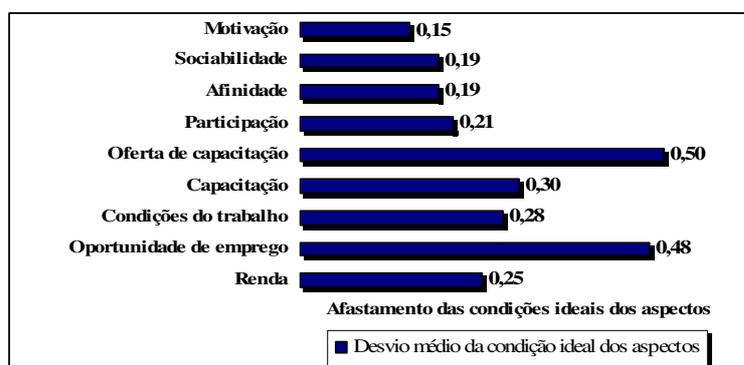


Figura 03 – Desvio médio da condição ideal dos aspectos

Fonte: Gráfico construído a partir dos dados contidos no Quadro 04.

A ênfase de negatividade relacionada às oportunidades de emprego, a capacitação e ofertas de capacitação são justificadas, em larga medida, pelo tipo de ocupação não agrícola que emerge no contexto: a intersetorial. Esse formato ocupacional, embora óbvio se considerado a tendência de evolução do pequeno município - articulado ao CAI fechado característico do cultivo de tabaco - se dá em total descompasso com as instituições responsáveis pela administração pública e desenvolvimento local. A preocupação demonstrada por alguns agentes institucionais quanto a processos de desertificação localizada, sugere, *per se*, um olhar mais atento e consciente sobre as dinâmicas existentes.

Fica claro, portanto, a partir do exame das variáveis apontadas, que mais importante que as condições do entorno, nesse caso deficitárias, são os referenciais simbólicos dos indivíduos. O significado das relações importa mais que as próprias relações. Todavia, isso não significa desatenção sobre os demais aspectos. Essa partição dimensional na realidade inexistente e o equilíbrio de boas condições para o exercício de atividades não agrícolas é importante, não só à percepção de qualidade de vida, mas também ao desenvolvimento local.

5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao assumir a existência de uma heterogeneidade de situações e contextos rurais nos quais se desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas, em diferentes medidas e expressões, buscou-se avançar nos estudos a respeito da pluriatividade associada ao cultivo de fumo. Procuramos demonstrar, ao longo deste trabalho, que as transformações socioeconômicas, associadas ao intenso processo de urbanização e industrialização e as subsequentes modificações que implicaram em processos de mercantilização crescente nas relações de trabalho e produção, engendraram formas distintas de vida nos diferentes espaços rurais. Buscamos evidenciar a existência de fatores localizados, responsáveis pela organização dos desdobramentos econômicos e como esses fatores são também reorganizados, na medida em que diferentes necessidades passam a se desenvolver no contexto do cotidiano. A noção de símbolo assume distinta importância nesse espaço de análise e permite a compreensão multidimensional da ação dos atores sociais. A formação de alianças e rupturas nas relações sociais e de trabalho pode ser estudada e melhor compreendida para além da dimensão econômica, incluindo os referenciais étnicos, culturais, religiosos, políticos etc., enfim, os interesses e as gratuidades que oscilam nas interações sociais. Amparados pelas teorias da agência humana e da reciprocidade, procuramos examinar as formas de inserção de agricultores em mercados de trabalho não agrícolas, o significado das interações e o sentimento de bem-estar que emerge do modo distinto de ocupação no meio rural.

Verificamos que relações de parentesco, vizinhança e reciprocidade são determinantes nas estratégias de reprodução social das famílias. Essa relação extrapola a unidade de produção agrícola e adentra os mercados não agrícolas de ocupação. A articulação entre atores se mostrou, portanto, estratégica, se processando de maneira endógena sustentada nessas especificidades locais. É a partir delas que se observou a realização de possibilidades de ação entre atores sociais, ou seja, são as alianças fundadas nas relações de reciprocidade atualizadas que conferem espaços de manobra aos agricultores que decidem pela ocupação pluriativa e não agrícola. Desse modo, confirmamos a primeira hipótese levantada neste trabalho de que a dinâmica do mercado de trabalho não agrícola local é ditada pela correlação entre lógicas de mercado e lógicas de reciprocidade.

Todavia, é importante considerar que da mesma forma que esta interação específica favorece o acesso de alguns, seja envolvendo simetrias (compadrio) e assimetrias (clientelismo) na relação, dificulta o acesso de outros pela segregação social imposta a um ou a grupos de indivíduos. A nosso ver, esta pode ser considerada uma importante situação de conflito a considerar em processos endógenos de desenvolvimento.

Observou-se ainda, que não há sentimento de ruptura neste meio rural relacionado ao trabalho não agrícola. Poderíamos compreender esse processo como responsável por diferentes manifestações de uma mesma ruralidade. Valores rurais são articulados aos valores urbanos e essa interação se desdobra sobre as relações sociais e de trabalho. Não é apenas a lógica econômica que rege as ações dos indivíduos, mas um conjunto de princípios produzidos no interior do convívio social. Portanto, a opção pela ocupação em atividades não agrícolas não pode ser reduzida, porque ultrapassa, a necessidade de ampliação da renda nesse contexto.

Desde o início da colonização a origem comum dos habitantes, os vínculos parentais e de proximidade formaram a base constitutiva da sociedade. Signos e alianças se formaram, se consolidaram e também se romperam e se reformaram ao longo do tempo. Essas relações não permaneceram confinadas a esfera da produção agrícola, nem mesmo a época da colonização; produziram e reproduziram alianças sociais, econômicas e políticas que ainda hoje se fazem presentes na sociabilidade local.

Por outro lado, procuramos demonstrar que a intensa especialização associada ao elevado grau de mercantilização do processo produtivo do fumo chama (ou deveria chamar) atenção a grande vulnerabilidade na qual estão expostos agricultores familiares. As incertezas que circundam a produção futura de tabaco aliada a insalubridade e penosidade do trabalho nas lavouras requerem orientação e formas alternativas de inserção produtiva e ocupacional. Do modo como se encaminha o processo de desenvolvimento no município, fundamentado no viés setorial agrícola, de um CAI fechado como no caso do fumo, as estratégias ocupacionais não agrícolas assumem formato

intersetorial quase que estrito. Nesse ponto surgem, no mínimo, duas situações a apontar. Primeiro um afastamento gradativo do processo produtivo agrícola, conforme verificado na pesquisa. Cerca de 70% dos ocupados não agrícolas pouco contribui na atividade agrícola e destes cerca de 20% não presta nenhum tipo de ajuda. Apenas 6% dos pluriativos destinam a renda ou parte dela à atividade produtiva agrícola. Esse afastamento da atividade agrícola associado à significação de melhor emprego e perspectiva de futuro, percebido pela maioria dos não agrícolas (cerca de 60%), sugere a conversão de segmentos de agricultores pluriativos em indivíduos ou mesmo famílias rurais ocupadas em outros ramos de atividades. Esta parece ser a tendência verificada neste espaço específico, não necessariamente passível de generalização a todos os contextos. Segundo, a preponderância do desenvolvimento agrícola torna assimétrica a relação entre agentes individuais ou coletivos e institucionais (representado, principalmente, pela administração pública local) em pelo menos três frentes. A demanda por atividades não agrícolas intersetoriais não prescinde de educação, capacitação profissional e infraestrutura, sob risco de permanecer e evoluir na informalidade e precariedade dos subempregos.

Dentre as principais modificações percebidas nesse contexto, enfatizamos as distintas dinâmicas de gênero e das novas gerações. Jovens e mulheres tem encontrado formas ocupacionais fora da agricultura reduzindo processos migratórios e conseqüentemente amenizado problemas como envelhecimento e masculinização no meio rural. Mesmo impasses sucessórios assumem contornos diferenciados na medida em que propriedades permanecem subentendidas como patrimônio, ainda que não como unidade produtiva, mas sempre como possibilidade potencial de retorno à produção. O vínculo com a agricultura ainda permanece na forma simbólica de pertença e apego a terra entre pluriativos que, não obstante, se afastam da atividade agrícola de modo gradativo. Respeito, autonomia, ampliação dos vínculos sociais e maior acesso informacional são importantes alterações nas questões relacionais dos ocupados não agrícolas. Reconhecimento e prestígio não são particularidades espaciais.

Assim, confirmamos a segunda hipótese, de que a partir das subseqüentes transformações históricas o referencial simbólico dos agricultores familiares foi readaptado (traduzido) no novo contexto de trabalho não agrícola, sem implicar em ruptura com os laços tradicionais. Os valores urbanos assimilados em períodos recentes fizeram surgir diferentes modos de interpretação do trabalho e da vida rural.

Num primeiro esforço em mensurar a qualidade de vida daqueles agricultores ocupados também em atividades não agrícolas, que considerasse ainda a multidimensionalidade da ação empreendida, buscamos derivar um Indicador de Qualidade de Vida (IQV) partindo de indicadores parciais que possibilitassem a comparação entre si e entre aspectos. A utilização de indicadores, nesse sentido, tornou-se fundamental à identificação das situações ou condições positivas ou negativas que acompanham o processo. A atratividade do trabalho não agrícola apreendida através do indicador parcial de satisfação sociocultural sugere a evolução desse formato ocupacional na região. A maior parte dos trabalhos realizados a respeito da pluriatividade tem se fundamentado no aspecto econômico relacionado a emprego e renda e, nesse sentido, é importante enfatizar que em nenhum momento este trabalho objetivou menosprezar a importância dos aspectos econômicos. Observou-se, no entanto, que esta não é a única justificativa possível apesar de sua extrema relevância. Mesmo em situações adversas de ocupação a motivação persevera.

A terceira hipótese é também confirmada, de que indivíduos ocupados em atividades não agrícolas têm melhor percepção de qualidade de vida quando relacionada aos recursos simbólicos do que propriamente aos materiais.

A escassez de oportunidades e opções empobrece o meio rural e mesmo a sede do município, de modo que mesmo aqueles que se encontram em melhor situação financeira precisam, necessariamente, deixar o local para buscar qualificação e ocupação externas. Esse descompasso na articulação de agentes traz prejuízos as famílias e as dinâmicas socioeconômicas locais.

Sustentados nestes argumentos, projetamos algumas tendências de desenvolvimento rural local, que necessariamente não se excluem. Em primeiro lugar, a manutenção da atividade produtiva do tabaco, enraizada desde os primórdios, por parte da maioria dos agricultores familiares, ao menos no médio e longo prazo. Em segundo lugar, um aumento tênue nos processos

de substituição de culturas já iniciado e com possibilidades de formar nova rede de produtores, mais aberta e dinamizadora dos recursos locais. Esse formato produtivo mais diversificado pode resultar na criação de novas oportunidades de inserção ocupacional (pluriatividade dos tipos tradicional, sazonal, pára-agrícolas e de base agrária). A terceira forma de desenvolvimento se relaciona ao crescimento das atividades não agrícolas de base intersetorial. O modo intersetorial de pluriatividade, especialmente nesse contexto, apresenta maior potencial de conversão de agricultores em ocupados não agrícolas. A manutenção e evolução da pluriatividade dependem fundamentalmente da atividade agrícola, portanto, descaracterizada quando do rompimento desse vínculo. A forma de organização produtiva local, caracterizada pela produção de tabaco em sistema de integração, é mais favorável à tendência de crescimento de atividades não agrícolas do que propriamente ao desenvolvimento e manutenção da pluriatividade entre agricultores familiares.

A preocupação envolvida no processo de conversão de famílias agrícolas em não agrícolas, especialmente sem suporte institucional, pode ser sintetizada no aforismo “novos caminhos para o mesmo lugar”, no mesmo sentido em que vem sendo empregado nas críticas a produção de agrocombustíveis. A diversificação poderia contribuir de forma mais robusta em processos de desenvolvimento, como tem sido demonstrado em diversos estudos orientados ao meio rural, garantindo maior controle sobre processos de reprodução social. Sugere-se, portanto, estudos mais aprofundados sobre as possibilidades de manutenção e evolução da pluriatividade de base intersetorial nos espaços rurais.

As diferentes estratégias dependem, portanto, da capacidade dos agentes em manejar recursos materiais e simbólicos e do contexto socioeconômico (estrutura) que pode, por sua vez, ser modificado nas ações sociais. Iniciativas de desenvolvimento devem atentar para a utilização das formas de organização locais, tradicionais ou atualizadas, para potencializar valores importantes (solidariedade, confiança, reciprocidade) em propostas que busquem a mobilização dos recursos e das populações rurais. A atenção sobre esses aspectos caracteriza uma valorização de importantes recursos locais para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial. In: *Reforma Agrária* – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vol. 29, nº1 – jan/ago 1999.

ANJOS, Flávio. S. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

ANJOS, Flávio. S. *A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba*, Santa Catarina. Pelotas: UFPEL, 1994.

ANJOS, Flávio S. dos; CALDAS, Nádia V. Pluriactividad y agricultura familiar en Brasil: el caso de Rio Grande do Sul. In: *Revista de La Cepal*, nº 93, Diciembre, 2007. p.157-173.

ARAÚJO, Geraldino et al. Território, Ruralidade e Fumicultura: um estudo no Instituto Souza Cruz – Programa Cedejor. *XLV Congresso da SOBER*. Londrina, PR, julho de 2007.

BONATO, Amadeu. O futuro da fumicultura no Brasil. In: *Boletim do DESER* nº 153, agosto, 2006. p. 11-14.

BOURDIEU, Pierre. Marginália. Algumas notas adicionais sobre o dom. *Mana*, v. 2, n. 2. Rio de Janeiro, 1996. p. 7-20.

CAILLÈ, Alain. Reconhecimento e Sociologia. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23, nº 66. Fevereiro, 2008.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 38, 1998. p. 5-38.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da Agricultura do Brasil: uma reflexão crítica. In.: SCHNEIDER, S. (org). *A Diversidade da Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C., SANTOS, R.; COSTA, L. F. (orgs). *Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares*. Ed. Campus/Pronex, 1999.

CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, Maria José. *Terra da Pobreza*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato. Multifuncionalidade da Agricultura Familiar. In: BOTELHO FILHO, Flávio B. *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005. p. 43-58.

CAZELLA, Ademir A. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia ao desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia*. Florianópolis, 2006. p.225-247.

CAZELLA, Ademir A. e MATTEI, Lauro F. Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais. In: *Congresso de la asociación latinoamericana de sociología rural*, VI, Porto Alegre, 2002. Anais...Buenos Aires: ALASRU, 2002. 1 CD Rom.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José & STOLCKE, Verena. *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONTERATO, Marcelo A. *Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. 287 p.

CONTERATO, Marcelo A. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. 192 p.

CONTERATO, Marcelo A.; SCHNEIDER, Sérgio. Tipos de Pluriatividade na Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. In: *XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia*. Ribeirão Preto, 2005.

DA MATTA, Roberto. Você tem cultura? In: *Explorações. Ensaios de Sociologia Interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 121-128.

D'AGOSTINI, Luiz R. e FANTINI, Alfredo C. Quality of Life and Quality of Living Conditions in Rural Areas: Distinctively Perceived and Quantitatively Distinguished. *Social Indicators Research*. V. 89, nº 3, december, 2008. p. 487-499.

DESER. A Cadeia Produtiva do Fumo. Contexto Rural. In: *Revista do Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais – Ano V- Nº 05 – Julho de 2005*.

DIRVEN, Martine. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural en América Latina. In: *Revista de la Cepal*, nº 83, agosto, 2004. p. 49-69.

DREHER, Martin N. *Breve história do ensino privado gaúcho*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ECKERT, Kurt Benno. *O sol nasce para todos: histórias narradas para meus netos*. Cachoeira do Sul: Editora Autor, 2009.

ELLIS, Frank. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University, 2000.

ELLIS, Frank. La diversidad de las estrategias de vida rurales en los países en desarrollo: evidencias e implicaciones para las políticas. Tradução Rimisp. *Natural resource perspectives*, London (UK), n. 40, abr. 1999.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). FEEDADOS. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/imp_REM.asp. Acesso em: 25 mai. 2009.

GARCIA JR., Afrânio R. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, (UFRRJ), v. 15, 2007. p. 89-122.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, SP: Unicamp, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural Brasileiro. In: *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte. V. 7, n. 1, 1997. p. 43-81.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.

HERMES, Nadir. Implicações sócio-ambientais da fumicultura: panorama atual e perspectivas. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 3, set-dez, 2000. p. 45-63.

HERÉDIA, Vania. A imigração européia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. In: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona, Nº 94 (10), Agosto, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 12/08/2009.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. In: *Economia Aplicada*. v.2, n. 3, jul-set, 1998. p. 515-551.

LAMARCHE, Hugues (coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional – Uma realidade multiforme*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997. p. 11-33.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. In: *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 14, junho, 2000. p. 173-194.

LANNA, Marcos. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

LONG, Norman. *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge, 2001.

- LONG, Norman. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, Norman; LONG, Ann. *Butterfields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. London: Routledge, 1992. p. 16-43.
- LONG, Norman; PLOEG, Jan D. van der. Heterogeneity actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, David (ed.). *Rethinking Social Development: Theory, Research and Practice*. Harlow: Longman, 1994. p. 62-90.
- LOVISOLO, Hugo R. *Terra, Trabalho e Capital: Produção Familiar e Acumulação*. Campinas: Unicamp, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: *X Congresso Mundial da Associação Internacional de Sociologia Rural*, 10., ago. 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2000.
- MARTINS, Paulo Henrique. De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. - Movimento antiutilitarista nas ciências sociais: itinerários do dom. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.23, n.66, 2008. p. 105-130.
- MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.73, Coimbra. Dez, 2005. p. 45-66.
- MATTOS, Ely José. *Pobreza rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. 151 p.
- MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. In: *RER*, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, p. 1055-1073, out/dez 2007 – Impressa em novembro 2007.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo : Edusp, 1974 [1924].
- MDA/SAF. *O Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil*. Brasília/DF, junho 2007.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NASCIMENTO, Carlos A. *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia*. Fortaleza: BNB, 2008. (BNB Teses e Dissertações, n. 11).
- NASCIMENTO, Carlos A. *Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas*. Tese. (Doutorado em Economia). IE. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2005a. 241 p.
- NASCIMENTO, Carlos A. A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas. In: *X Encontro Nacional de Economia Política*, 2005, Campinas. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política, 2005b.

- NEVES, Delma P. *Crescentes e Minguantes – Estudos das formas de subordinação dos lavradores de cana ao capital*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1979.
- NIEDERLE, Paulo André. A coreografia do campesinato na sociedade contemporânea. In: *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Ano 2, Volume 5, Dezembro 2008.
- NIEDERLE, Paulo André & WESZ JUNIOR, Valdemar João. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 75-102, set./dez. 2009.
- NORDER, Luiz Antônio C. As bases endógenas da geração de empregos na agricultura familiar. *XXVIII Reunião da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*. Caxambu, Minas Gerais, 2004.
- OLIVEIRA, Daniela. Mercados e Reprodução Social: Um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê – RS. *Anais do IV Congresso Internacional de la Red SIAL*. Argentina, 2008.
- PAULILLO, Luiz Fernando. Sobre o Desenvolvimento da Agricultura Brasileira: Concepções Clássicas e Recentes. In: BATALHA, Mário Otávio (coord.). *Gestão Agroindustrial*. 2º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001. v. 1.
- PAULILO, Maria Ignez S. *Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos*. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- PELOSO, Alba Luci Rego de M. *Caracterização da produção nas pequenas propriedades rurais do Cariri: o papel do financiamento*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1986.
- PERONDI, Miguel Angelo et al. Metodologia de avaliação das políticas de diversificação em áreas cultivadas com tabaco. *Anais do XLVI Congresso da Sober*, Rio Branco, 2008.
- PERONDI, Miguel Angelo. *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural). - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. 226 p.
- PINCELLI, Ângela. *Trabalho infanto-juvenil na fumicultura e responsabilidade social empresarial: o discurso da Souza Cruz*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. 112p.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. (Série Estudos Rurais)
- PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS. 2006. p.13-56.
- PLOEG, Jan Douwe van der et. al. Rural Development: form practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

- PRIEB, Rita I. P. *Situação atual e perspectivas da pequena produção fumageira do Vale do Rio Pardo* – RS. Tese (Doutorado em Ciência Econômica). Campinas: UNICAMP, 2004. 217 p.
- PRIEB, Rita et al. Elementos para a análise da situação atual e das perspectivas da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo. In: *Revista Economia e Desenvolvimento*, n° 15, p. 44-70, 2003.
- RADOMSKY, Guilherme. F. W. *Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. 205 p.
- RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, pp. 249-284, maio/agosto, 2007.
- RIBEIRO, Gustavo; FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia e Poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. 2v.
- SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: Da Dádiva à Questão da Reciprocidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23 n°. 66, pp. 131-208. Fevereiro, 2008.
- SABOURIN, Eric. Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas. *XI CISO*: 1-25. Aracajú, 2003.
- SANTOS, João A. P. *Jovens na agricultura familiar do município de Paraíso do Sul*. Monografia de curso de aperfeiçoamento/especialização. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2002.
- SCHNEIDER, Sérgio. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. In: *Revista de Política Agrícola*. Ano XVI – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2007.
- SCHNEIDER, Sérgio. Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil. *Anais do VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural/ALASRU*. Equador, 2006.
- SCHNEIDER, Sérgio. A Pluriatividade e o Desenvolvimento Rural Brasileiro. In: BOTELHO FILHO, Flávio B. *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17. pp. 23-42, 2005.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.
- SCHNEIDER, Sérgio. O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade. In: *Revista Reforma Agrária*, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 29, p.73-96, 1984.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WERLANG, William. *História da Colônia de Santo Ângelo*. Santa Maria: Pallotti, 1995.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

ANEXOS

ANEXO 01 - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Composição do núcleo familiar

Posição na hierarquia familiar	Quem Trabalha	Idade	Escolaridade	Ocupação Principal
Pai				
Mãe				
Filhos				
Avós				
Outros				

2. Tempo de trabalho na atividade não-agrícola:
3. Ramo de atividade não-agrícola:
4. Área total da propriedade familiar:
5. Área agrícola útil:
6. Utilização da superfície agrícola:
7. Sempre foi a mesma? Por quê?
8. Qual a forma de acesso a terra? (herança; compra de parentes; de terceiros; outra).
9. Acesso a crédito e assistência técnica. (sim; não)
10. Por que exercer uma atividade não-agrícola?
11. Ajuda na atividade agrícola? (sim; não). (regular; às vezes; quando sobra tempo; não ajuda)
12. Foi feita alguma redefinição no processo produtivo em função da ocupação em atividade não agrícola por um ou mais membros da família? (contratação de mão-de-obra permanente ou temporária; substituição de culturas; redução da área cultivada; investimento em máquinas e equipamentos; outras; não foi feita nenhuma redefinição).
13. Qual o destino da renda não-agrícola? (uso próprio; ajuda ao grupo doméstico; ajuda no processo produtivo; outros).
14. O que significa trabalhar fora da agricultura? (status; opção de permanecer no campo; melhor emprego; complemento de renda; futuro; condição transitória em momento de crise; outros).
15. Se pudesse voltaria a se dedicar exclusivamente ao trabalho na agricultura?
16. O que considera difícil na agricultura?
17. E o que considera difícil na atividade não-agrícola?
18. Se tivesse um bom dinheiro, onde investiria?
19. O que mudou na sua vida e na sua família?
20. O que mudou na comunidade?
21. Deseja que seus filhos permaneçam na agricultura?
22. Já pensou em deixar o campo e morar na cidade?
23. O que significa a vida no campo? E na cidade?

ANEXO 02 Qualidade das Condições para Viver e Qualidade de Vida no Rural: percebidas distintas e quantitativamente distinguidas

Autores: Luiz Renato D'Agostini e Alfredo Celso Fantini

Resumo: Qualidade de condições para viver e qualidade de vida são noções indissociáveis, mas distintas. Por hipótese, a distinção pode ser objetiva. Pressupõe-se que incrementos de qualidade de vida são maiores quando melhorias nas condições para viver ocorrem entre aqueles que vivem com pouco. Estados de aspectos que caracterizam as dimensões social, econômica e ambiental são enquadrados em cinco níveis e então derivados indicadores de estado de cada uma das dimensões. Desses indicadores é derivado um indicador da qualidade das condições para se viver (IQCv). A partir de manifestações de agricultores que vivem aquelas condições, a mesma sistematização de relações permite derivar um indicador da qualidade de vida (IQV). A diferença entre o IQCV (0,48) e o IQV (0,43) denota o desvio entre o olhar de técnicos envolvidos na promoção de melhorias de condições para viver e o olhar do agricultor que as vive.

Palavras chave: qualidade de vida, indicador

Abstract: Quality of life and quality of the living conditions are indissociable, but distinct. Our hypothesis is that we can make this distinction objectively. We assume that increments in the quality of life are higher when the improvement of the living conditions occur among those who live with a little. States of the aspects that characterize the social, economic and environmental dimensions are classified into five levels and then indicators of the states of each dimension are derived. From these partial indicators we derived an indicator of the quality of the living conditions (IQLC). Based on the perceptions of the farmers who live those conditions, the same systematization of relationships allows to derive an indicator of the quality of life (IQL). The resulting difference between the IQLC (0,48) and the IQL (0,43) denotes the difference between the perspective of the professionals involved in the promotion of improvements and that of the farmers who live those conditions.

Key words: quality of life, indicator

- A questão

Programas de desenvolvimento no espaço rural sempre têm como objetivo final melhorar a qualidade de vida dos membros da comunidade. Os objetivos imediatos, por sua vez, são desencadear ações para promover melhorias de condições para a comunidade viver. Está bem compreendido que não se pode inferir o grau de satisfação do ser humano unicamente a partir das condições que ele dispõe para viver. Há um conteúdo de imprevisibilidade na natureza e no grau de mudanças do sistema-comunidade frente a determinadas melhorias que podem desencadear essas mudanças. Essa imprevisibilidade é ainda maior em relação ao significado que essas mudanças adquirem para cada membro da comunidade. Como explicam e enfatizam Maturana e Varela (1995), o meio e suas ações não podem instruir o sistema, e sim apenas desencadear mudanças, sem poder determinar como e em quanto o sistema mudará.

De fato, a partir de determinadas melhorias nas condições para viver não se pode inferir em quanto o viver de cada um vai melhorar. Mas para os objetivos de um programa de desenvolvimento regional, mais importante que reconhecer que as condições para uma boa qualidade de vida variam de indivíduo para indivíduo, é promover as condições tidas como importantes à satisfação humana na percepção coletiva. Enfim, mesmo que não se possa instruir sistemas determinados pela sua estrutura, e sim apenas perturbá-los (Maturana & Varela, 1995), não significa que não se possa reconhecer a natureza de perturbações (ações) que podem desencadear a mudança desejada. Então, e dado que a comunidade também é um sistema social determinado pela sua estrutura (Luhmann, 1997), programas de desenvolvimento rural não podem sempre assegurar um viver melhor para todos os indivíduos, mas podem implementar ações

adequadas para melhorar as condições para viver e assim aumentar as possibilidades desses indivíduos se revelarem com melhor qualidade de vida.

Do que se disse, qualidade de vida e qualidade das condições para viver são noções indissociáveis, mas distintas. Esse entendimento de alguma forma já está bem presente na literatura (Turksever & Atlik, 2001; Dener & Suh, 1997; O'Brien & Ayidya, 1991; Davidson & Cotter, 1991; Myers, 1975; McCall, 1975) e bem sintetizado nas palavras de Grayson & Young (1994): “Parece haver consenso que na definição de qualidade de vida há dois conjuntos fundamentais de componentes e processos operando: aqueles relacionados a um mecanismo psicológico interno e que produzem uma sensação de satisfação com a vida; e aquelas condições externas que desencadeiam aquele mecanismo interno”.

Um indicador de qualidade de vida (IQV) deve, então, informar sobre o nível de satisfação de quem está vivendo em determinadas condições. Já um indicador da qualidade de condições para viver (IQCv) informa das possibilidades de que muitos ou poucos se declararem vivendo bem. Enquanto que o primeiro indicador só pode ser derivado com a participação e muito a partir da percepção dos indivíduos quanto às condições que eles vivem, o segundo pode ser obtido a partir de pressuposições coletivas sobre condições em que proporcionalmente mais viventes se declarariam vivendo bem, ou mal. Quanto maior a diferença entre o IQCV e o IQV em determinado contexto, maior é a diferença entre o olhar profissional que promove melhorias e aquele de quem vive as condições disponíveis.

Decorre de tudo isso, que são duas as necessidades para a derivação de adequados indicadores da qualidade das condições para viver e da qualidade de vida no rural: a) identificar quais são os aspectos a partir dos quais os indicadores podem ser derivados; b) engendrar um sistema de relações que possa produzir uma informação simples e cuja mensagem incorpore o significado das condições do conjunto de aspectos reconhecidos como relevantes. Como se verifica na abrangente revisão de Massam (2002) sobre o tema, distinguir quais são os aspectos adequados à obtenção de um indicador e quem pode apontá-los com maior propriedade tem sido objeto de muitos e de importantes estudos.

A ausência de sistematizações que permitam derivar um indicador independentemente de quais são os aspectos que se revelam relevantes num contexto, tem induzido à suposta necessidade de dispor-se das mesmas informações em qualquer contexto. E a comum discordância sobre a importância de um ou de outro aspecto (Vaz, 2005; Massam, 2002 p.175) tem-se sobreposto à necessidade de indicadores derivados à luz de um determinado contexto. Tudo isso tem levado ao desenvolvimento de indicadores obtidos a partir de informações mais objetivas, associadas principalmente às “condições externas que desencadeiam... [o] mecanismo psicológico interno”, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas para a obtenção de um indicador da qualidade de vida sempre com adequada significação, não são os aspectos ou variáveis que precisam ser sempre adequados em qualquer contexto, mas o método é que deve ser genérico e sempre apropriado para quaisquer aspectos considerados adequados num determinado contexto.

Sempre tendo em mente que o IQCV e o IQV serão derivados a partir de avaliações de diferentes olhares sobre os significados de estados dos mesmos aspectos, não se discutirá aqui a propriedade dos aspectos considerados na avaliação. Enfim, bem de acordo com o pensamento de Morin (2000), assume-se, neste trabalho, que será principalmente o contexto – e quem puder compreendê-lo – que determinará a importância do aspecto e do seu estado. Assim, o objetivo neste trabalho é sistematizar relações para obter um IQCV e um IQV independentemente de quais aspectos sejam apropriadamente apontados em determinado contexto.

Elementos da proposição

Neste trabalho se pressupõe que o incremento de satisfação (melhoria da qualidade de vida) coletiva é proporcionalmente maior quando melhorias na qualidade das condições para viver ocorrem entre os que têm muito pouco para se satisfazerem. Como ilustra a Figura 1, admitindo que se possa quantitativamente caracterizar distintos níveis de Qualidade de Vida, esses níveis crescem em taxa decrescente quando em decorrência da melhoria da Qualidade das Condições para se Viver.

Qualidade de
vida
coletivamente
e

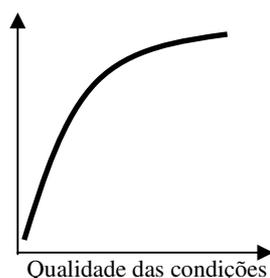


Figura 1. Relação entre qualidade das condições para viver e qualidade de vida coletivamente esperada.

Do mesmo pressuposto decorre que, para garantir uma boa qualidade de condições para viver, mais importante do que dispor de ótimas condições em alguns dos aspectos relevantes, é dispor de condições homoganeamente satisfatórias em todos os aspectos essenciais. Por exemplo, admitindo-se que um Indicador da Qualidade de Condições para Viver (IQVC) possa ser obtido a partir dos aspectos A, B e C, todos em estados reconhecidos a 60% da condição desejada, espera-se que o valor do indicador resulte superior àquele obtido a partir do aspecto A a 40%, aspecto B a 80% e aspecto C a 60% da condição desejada. Além de sintetizar as condições de diversos aspectos em um único valor, um IQCV deve, portanto, resultar com módulo determinado também pelo grau de homogeneidade verificada nos níveis dessas condições.

Outra importante demanda para uma adequada caracterização da qualidade das condições para se viver é assegurar que, além dos aspectos essenciais, sejam considerados aspectos relevantes em maior número possível. Então, como implicação, saber que as condições de uma única variável são muito ruins entre 10 aspectos avaliados informa mais do que saber dessa situação sobre aquela mesma variável entre apenas cinco aspectos avaliados. O sistema de relações do qual o indicador emerge deve permitir e mesmo estimular que se considere o maior número de aspectos possíveis.

Caracterizar estados de Qualidade de Vida ou de Qualidade de Condições para Viver demanda um referencial respectivo. Esse referencial deve ser o estado desejável e possível para um determinado contexto. Assim, uma Qualidade de Vida devidamente caracterizada pode referir-se a um estado de satisfação em viver, quando referido àquele desejado em qualquer lugar. Já uma Qualidade de Condições para Viver, quando devidamente caracterizada, refere-se a um estado de disponibilidade de meios, quando tomado em relação àquele viável num determinado lugar. Significa que um Indicador da Qualidade de Vida (IQV) e um Indicador da Qualidade das Condições para Viver (IQCV) devem ser derivados a partir de afastamentos de um estado “ideal”. Mas enquanto que um Indicador da Qualidade de Condições para Viver pode ser obtido a partir de objetivos estados de aspectos coletivamente valorizados, um Indicador de Qualidade de Vida somente pode ser obtido a partir de manifestações imersas em subjetividade inerente à percepção individual sobre o significado daqueles mesmos aspectos e estados.

A objetividade possível na caracterização das condições para viver e a subjetividade implícita na caracterização da satisfação com a vida nessas condições não implicam maior significação à

primeira caracterização. É exatamente a possibilidade de mais indivíduos revelarem-se satisfeitos, mesmo que de forma subjetiva, que assegura significação ao esforço de promover e objetivamente caracterizar as condições para viver. O primeiro passo é, portanto, caracterizar um Indicador da Qualidade das Condições para Viver, com todas as características acima apontadas e na forma que o mesmo traduza as possibilidades de muitos ou poucos revelarem-se vivendo bem, ou mal.

A qualidade das condições para viver (e as possibilidades de uma boa ou má qualidade de vida relacionada a essas condições) pode ser caracterizada à luz de um conjunto de diversas “dimensões”: social, econômica, técnica, ambiental, política, etc. Ainda que o sistema de relações que aqui se propõe opere com qualquer número dessas dimensões, neste trabalho serão referidas somente três: a social; a econômica e a ambiental. As condições em cada uma das dimensões podem ser caracterizadas a partir de vários e respectivos aspectos (acesso a serviços públicos, rentabilidade de atividades, estado de recursos naturais, etc. e cuja especificação não é objeto deste trabalho).

Tanto o algoritmo para obter um indicador em um único valor, quanto a representação gráfica desse valor, devem assegurar que os pressupostos que orientam a proposição resultem valorizados. Em outras palavras, o valor numérico do indicador e a sua representação gráfica devem valorizar tanto a diferença de condições entre aspectos que caracterizam a respectiva dimensão, quanto valorizar a diferença entre as condições das dimensões que caracterizam a Qualidade de Condições para Viver. Já se apontou que aspectos sociais e igualmente importantes A, B e C em condições equivalentes a 60% da condição desejável para o contexto caracterizam uma condição social melhor do que esses mesmos aspectos respectivamente a 50%, 60% e 70%. Por razões análogas, as dimensões social, econômica e ambiental em condições equivalentes a 70% da desejável caracterizam uma Qualidade de Condições para Viver melhor do que essas mesmas dimensões respectivamente a 60%, 70% e 80% daquela condição. Assim, enquanto que a condição em cada uma das dimensões (social, econômica, ambiental...) resultará aqui caracterizada pelo significado da condição de aspectos que se somam nessa caracterização, a Qualidade das Condições para Viver resultará do produto entre as condições daquelas dimensões indissociáveis.

O estado de cada uma das dimensões e de cada um dos aspectos em cada dimensão sempre são passíveis de serem caracterizados por uma “nota” Z, ou seja, pelo grau de afastamento da mesma em relação à condição desejável e assimilada a unidade. Como está ilustrado na Figura 2, afastamentos da condição desejável para determinada variável sempre podem ser quantitativamente associados a valores de desvios δ definidos como $1-Z$, mesmo quando essas condições somente possam ser referidas qualitativamente.

Nota Z

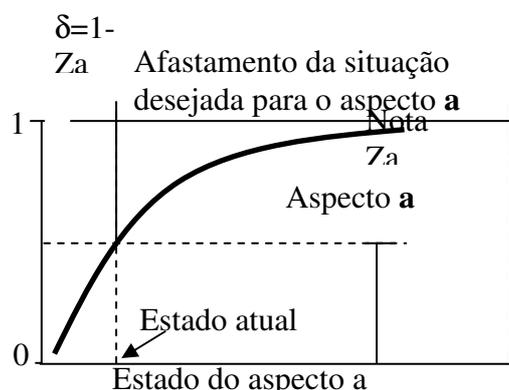


Figura 2. Nota Z_a e desvio δ definidos pelo estado de um aspecto de caracterização da condição em uma das dimensões que definem a qualidade das condições para viver.

Na Figura 2 já está apontado um vínculo possível entre produtos das funções nota $Z=f(\text{estados de aspectos})$ e o valor sempre contido no intervalo $[0, 1]$ e no qual convém poder expressar o IQCV. O

valor do IQCV tenderá à unidade (valor máximo) quando todos os aspectos de cada uma das dimensões social, econômica e ambiental apresentarem-se em condições de todo desejáveis para o contexto. O IQCV evidentemente tenderá a zero quando todos os aspectos considerados relevantes apresentarem-se em condições de todo inaceitáveis para o contexto.

Como o pressuposto para promover uma boa qualidade de vida é promover o desenvolvimento nas dimensões social, econômica e ambiental de maneira indissociável, o IQCV também deverá resultar sempre muito baixo quando em relação a uma dessas dimensões o conjunto dos respectivos aspectos considerados apresentarem-se em condições inaceitáveis. Em outras palavras, enquanto que o IQCV só poderá atingir um valor máximo mediante um suficiente e paralelo desenvolvimento no social, no ambiental e no econômico, um valor muito baixo para o IQCV pode ser produto das condições muito ruins presentes em uma só daquelas dimensões, mesmo que haja um bom desenvolvimento em relação às outras. Implica que, como instrumento de avaliação de um programa de desenvolvimento, o IQCV demanda identificar separadamente o desempenho no social, no econômico e no ambiental, ainda que esse indicador deva referir-se sempre ao conjunto desses desempenhos. O IQCV deve resultar, portanto, como expressão do produto entre um Indicador das Condições Sociais (ICS), de um Indicador das Condições Ambientais (ICA) e de um Indicador das Condições Econômicas (ICE), a serem derivados a partir das condições verificadas para os respectivos aspectos. Já um IQV deve resultar de um Indicador de Satisfação Social (ISS), de um Indicador de Satisfação Ambiental (ISA) e de um Indicador de Satisfação Econômica (ISE).

Os indicadores parciais ICS, ICA e ICE podem ser tomados, em última instância, como notas Z_D atribuídas às condições das dimensões social, econômica e ambiental (Figura 3). Para as condições de cada uma das dimensões é possível caracterizar um desvio Δ correspondente ao distanciamento entre as condições verificadas e aquela condição de todo desejável para a correspondente dimensão.

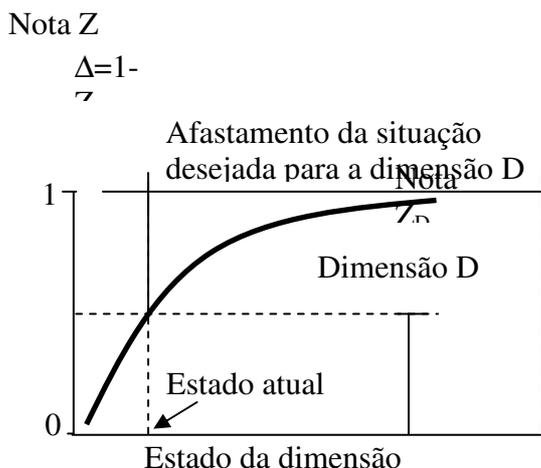


Figura 3. Nota Z_D e desvio Δ definidos pelo estado de uma das dimensões que definem a qualidade das condições para viver.

Os desvios Δ apontados na Figura 3, genericamente definidos como $1 - Z_D$, correspondem a $ICS = 1 - \Delta_{ICS}$, $ICE = 1 - \Delta_{ICE}$ e $ICA = 1 - \Delta_{ICA}$ para as condições de desenvolvimento na dimensão social, na econômica e na ambiental, respectivamente. Na forma que são definidos, os indicadores ICS, ICE e ICA também assumirão valores contidos no intervalo [0, 1]. Enquanto cada um desses indicadores parciais será derivado a partir da sistematização de desvios Δ verificados nos diversos aspectos considerados para a respectiva dimensão, o IQCV será obtido pela sistematização de desvios Δ caracterizados por aqueles indicadores.

○ **Sistematização das relações**

Importa antes poder sintetizar o significado dos estados dos diferentes aspectos da dimensão genérica em único índice. Então, a partir dos índices referentes a cada dimensão, obter um único índice que diga respeito à qualidade das condições no conjunto das dimensões.

Partindo do que está ilustrado na Figura 3, um indicador objetivo e caracterizado a partir de afastamentos de condições desejáveis pode ser genericamente proposto como

$$IQCV = \bar{I} \text{ significado de afastamentos das condições desejáveis. (1)}$$

Para que se leve em conta o grau de (ir)regularidade nas condições de N aspectos basta um procedimento análogo àquele para a obtenção da estatística desvio padrão, ou seja,

$$\text{Significado dos desvios } \delta \text{ de um conjunto de N aspectos } \propto \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^N \delta_i^r}{N}} \quad (2)$$

em que $r \geq 1$ é um termo que define a importância atribuída à (ir)regularidade nas condições dos N aspectos considerados como adequados para a avaliação.

Um indicador que estimule levar em conta o maior número N possível de aspectos considerados e, ao mesmo tempo, valorize a ocorrência de grandes desvios em relação à condição desejada, demanda poder valorizar uma relação entre os N aspectos considerados e os n aspectos que apresentem esses grandes desvios. Então,

$$\text{Significado dos desvios } \delta \text{ nas condições de um conjunto de N aspectos } \propto \frac{n}{N} \quad (3)$$

ou seja, o valor do último termo da equação (1) deve crescer na medida que cresce o número n de aspectos com grandes desvios entre os N aspectos considerados, mas diminua com o crescimento desse número N.

É necessário, ainda, considerar a diferença de importância entre os aspectos avaliados. Então,

$$ICS = 1 - \left(\sqrt[r]{\sum_{i=1}^N (\delta_i)^r \cdot w_i} \right)^{1-\frac{1}{r}} ; ICE = 1 - \left(\sqrt[r]{\sum_{i=1}^N (\delta_i)^r \cdot w_i} \right)^{1-\frac{1}{r}}_E ; ICA = 1 - \left(\sqrt[r]{\sum_{i=1}^N (\delta_i)^r \cdot w_i} \right)^{1-\frac{1}{r}}_A \quad (5)$$

$$\text{Significados dos desvios } \square \text{ nas condições de um conjunto de N aspectos } \square = \square_i \cdot w_i \quad (4)$$

em que w é a importância (peso) de cada aspecto e o somatório de w_i é unitário.

A combinação das Equações (1) a (4) permite sistematizar todas essas relações como

em que ICS, ICE e ICA são, respectivamente, indicadores das condições social (S), econômica (E) e ambiental (A). Assim, do que já foi apontado,

$$IQCV = ICS^{w_S} \cdot ICE^{w_E} \cdot ICA^{w_A} \quad (6)$$

em que IQCV é o indicador da qualidade das condições para viver, ICS é o indicador da qualidade das condições sociais, ICE é o indicador da qualidade das condições econômicas e ICA é o indicador da qualidade das condições ambientais, enquanto que w é o peso ou importância relativa atribuída a cada uma das dimensões no processo de avaliação. Com os mesmos procedimentos para a obtenção do IQCV a partir dos indicadores parciais ICS, ICE e ICA, evidentemente pode-se obter um Indicador da Qualidade de Vida IQV a partir de indicadores parciais ISS, ISE e ISA.

Representação gráfica do IQCV e do IQV

Coerente com o pressuposto ilustrado na Figura 1 e com o que resulta da aplicação das equações (5) e (6), a área que representa graficamente o IQCV ou o IQV deve crescer em taxa decrescente com o melhoramento das condições para se viver e com o aumento do grau de satisfação em viver

aquelas condições. Assim, para três “dimensões”, propõe-se a representação gráfica constante na Figura 4. A escala crescente da borda para o centro do poliedro assegura as relações desejadas para as taxas de crescimento.

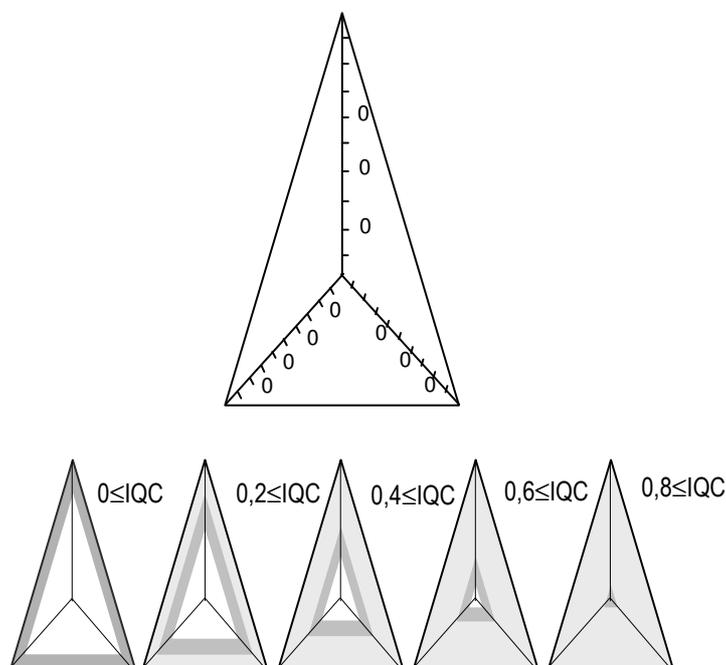


Figura 4. Representação gráfica do Indicador da Qualidade das Condições para Viver IQCV ou da Qualidade de Vida IQV, a partir de três dimensões.

○ Experimental

Para cada dimensão (social, econômica e ambiental) foram identificados cinco profissionais reconhecidamente experientes. A esses profissionais foi solicitado que descrevessem condições insustentáveis, sofríveis, regulares, boas e muito boas para diversos aspectos relevantes à caracterização da qualidade das condições para viver à luz de um determinado contexto regional. A partir dessas cinco descrições referenciais para os aspectos apontados, o sistema de relações proposto para inferir sobre a qualidade de condições para viver e sobre a qualidade de vida foi aplicado para as condições vividas por 15 famílias rurais no Município de Grão-Pará-SC. Como mostrado no Quadro 1, para cada situação avaliada foi atribuída uma nota de 0 a 10. Assim, apesar de haver apenas cinco descrições para as condições dos aspectos considerados, são 10 os níveis reconhecíveis para as diversas condições possíveis.

Quadro 1. Categorias de estado de diversos aspectos das condições para viver e notas correspondentes atribuídas pelo observador

Descrição das condições	Nota
Insustentável	1 ou 2
Sofrível	3 ou 4
Regular	4 ou 6
Boa	7 ou 8
Muito boa	9 ou 10

Àqueles mesmos profissionais foi solicitado enunciarem indagações a partir das quais se pudesse perceber o grau de satisfação de agricultores com a qualidade de seu viver à luz das condições dos mesmos aspectos. As respostas então eram interpretadas como muito insatisfeito, insatisfeito, indefinido, satisfeito e muito satisfeito para cada um dos aspectos. Similarmente aos procedimentos apontados no Quadro 1, as respostas obtidas foram novamente enquadradas em 10 níveis (Quadro 2).

As notas para os diversos aspectos de cada uma das dimensões foram registradas em formulário correspondente ao Quadro 1. Essas notas foram então utilizadas para obter o valor do IQCV pela aplicação das equações (5) e (6). As notas obtidas na forma que aponta o Quadro 2 foram utilizadas na aplicação das mesmas equações na obtenção do IQV.

Quadro 2. Categorias do grau de satisfação (Qualidade de Vida) interpretada pelo observador a partir da manifestação dos agricultores em resposta a indagações formuladas por especialistas e notas correspondentes

Manifestação interpretada	Nota
Muito insatisfeito	1 ou 2
Insatisfeito	3 ou 4
Indefinido	4 ou 6
Satisfeito	7 ou 8
Muito satisfeito	9 ou 10

De acordo com os objetivos deste trabalho, importa agora verificar a possibilidade de medir o grau de coerência entre o que caracterizaria a qualidade das condições para viver (IQCV), avaliada por técnicos, e as manifestações dos agricultores que denotariam a qualidade de vida (IQV) a partir das condições de determinados e apropriados aspectos.

Convencionou-se, neste ensaio, que um grande desvio em relação a uma situação desejável estaria caracterizado quando a nota atribuída às condições avaliadas ou ao grau de satisfação manifestado quanto ao aspecto fosse igual ou inferior a 2, ou seja, condições insustentáveis e condições de muito insatisfeito, respectivamente.

○ Resultados e discussão

Da distinção entre Qualidade de Condições para Viver e Qualidade de Vida

No Quadro 3 e na Figura 5 são respectivamente informados e graficamente representados os valores do IQCV e do IQV para os 15 agricultores. A elevada correlação entre os valores observados para os dois indicadores ($r=0,85$; $n=15$; $p<0,000$) confirma o pressuposto de forte vínculo entre Qualidade de Vida e Qualidade de Condições para Viver. A diferença no módulo dos dois indicadores ($t=3,40$; $n=15$; $p<0,004$), por sua vez, além de confirmar a distinção entre Qualidade de Vida e Qualidade de Condições para Viver, confirma a hipótese de que as mesmas são objetivamente distinguíveis.

Enquanto que somente na subjetividade de cada um daqueles que vivem determinadas condições de determinados aspectos pode ser revelado o grau de satisfação individual em vivê-las (IQV), a objetiva avaliação da qualidade daquelas condições (IQCV) no âmbito do coletivo cabe especialmente aos responsáveis pela promoção de melhorias. Mas na medida em que os valores do IQCV e do IQV em dado contexto se distanciem, mais razões existirão para que sejam revistos

quais os aspectos são apontados para inferir o nível de desenvolvimento em uma comunidade. Quanto maior a diferença entre os valores de IQV e de IQCV obtidos a partir de quaisquer aspectos, mais distanciados estarão os olhares que orientam a categoria de interessados em dispor de melhores condições para viver e a categoria de interessados em promover essas melhorias. Assim, e dado que o IQV e o IQCV são obtidos a partir de “leituras” por parte de diferentes categorias de interessados quanto ao significado das condições do mesmo conjunto de aspectos, é claro que esses aspectos podem ou até devem ser apontados também por aqueles que vivem as condições, e não somente por aqueles que têm em sua missão profissional a obrigação de saber avaliar essas condições à luz de demandas coletivas. Todavia, mesmo que a comunidade não seja detidamente consultada sobre suas demandas coletivas mais evidentes, a elevada correlação entre os valores de IQCV e IQV aponta que a ação institucional bem planejada pode sim promover melhorias na qualidade de vida comunitária. Enfim, a dificuldade em poder inferir o grau de uma subjetiva satisfação daqueles socialmente menos aquinhoados não exime os formalmente mais instruídos da função de avaliar e promover as condições objetivas à emergência de satisfação.

Quadro 3. Indicadores das condições ambiental (ICA), social (ICS) e econômica (ICE) que resultam no Indicador de Qualidade de Condições para Viver (IQCV); e indicadores do grau de satisfação ambiental (ISA), social (ISS) e econômica (ISE) que resultam no Indicador de Qualidade de Vida (IQV) de pequenos agricultores

Agricultor	ICA	ICS	ICE	IQCV	ISA	ISS	ISE	IQV
1	0,59	0,57	0,59	0,58	0,55	0,65	0,59	0,45
2	0,62	0,55	0,62	0,60	0,50	0,66	0,62	0,43
3	0,56	0,55	0,40	0,50	0,64	0,71	0,40	0,46
4	0,50	0,40	0,50	0,46	0,62	0,54	0,50	0,42
5	0,55	0,54	0,55	0,55	0,67	0,69	0,55	0,49
6	0,51	0,54	0,43	0,49	0,58	0,66	0,43	0,46
7	0,48	0,44	0,35	0,42	0,55	0,58	0,35	0,39
8	0,35	0,41	0,35	0,37	0,43	0,54	0,35	0,35
9	0,51	0,58	0,75	0,61	0,62	0,70	0,74	0,51
10	0,51	0,43	0,45	0,46	0,60	0,59	0,45	0,44
11	0,32	0,42	0,39	0,37	0,55	0,49	0,39	0,40
12	0,31	0,34	0,30	0,32	0,52	0,49	0,50	0,37
13	0,56	0,55	0,70	0,60	0,57	0,65	0,70	0,52
14	0,53	0,48	0,62	0,54	0,53	0,60	0,62	0,43
15	0,40	0,38	0,35	0,38	0,48	0,51	0,35	0,36
			Média	0,48			Média	0,43
			CV%	20			CV%	12

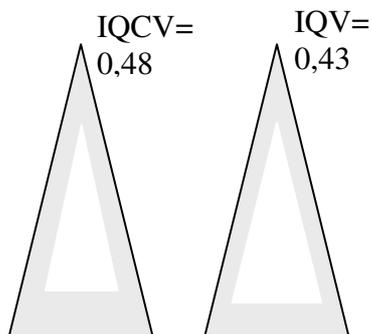


Figura 5. Indicador de Qualidade das Condições para Viver (IQCv) e de Qualidade de Vida (IQV) verificados (em branco o estado de afastamento das condições desejáveis).

Apontar o módulo da diferença entre o IQV e o IQCV ou da diferença do módulo dos respectivos indicadores parciais é, assim, uma importante utilidade de procedimentos que possam distinguir o nível de qualidade de vida e o nível de qualidade de condições para viver. É preciso ter em mente que o agente promotor de mudança não precisa – e mesmo não pode – atribuir a determinado aspecto o mesmo significado que o agricultor atribui. Importa sim que esse agente de mudança e a instituição que ele representa reconheçam no outro a condição de ser semelhante e intrinsecamente diferente na realização de distinções de significados. É a partir do reconhecimento desta diferença no exercício de distinções que a diferença nos valores de IQV e IQCV resulta com significação; e é a taxa de redução desta última diferença que apontará coerência em ações movidas por diversos interesses de igualmente bem interessados.

Da sensibilidade das relações sistematizadas à irregularidade de condições de aspectos

Nos argumentos de justificação do presente trabalho apontou-se o significado e a importância de considerar o grau de irregularidade das condições dos diversos aspectos considerados, bem como de considerar a ocorrência de um grande desvio nas condições de um ou mais desses aspectos. No Quadro 4 são apresentados valores do indicador parcial ISA (Indicador da Satisfação com as condições Ambiental) a partir do grau de desvio entre o grau de satisfação desejado e o declarado. Para apontar a sensibilidade do sistema de relações (Equação 5) às variações de satisfação com as condições de aspectos, nesse Quadro 4 a obtenção do ISA é simulada também sem levar em conta uma especial valorização da ocorrência de grandes desvios (declaração de muito insatisfeito) e a irregularidade entre todos os aspectos considerados. Tanto os valores constantes no Quadro 3 como no Quadro 4 foram obtidos para $r=2$, sem distinguir importância (w) entre aspectos.

Conclusões

As noções de Qualidade de Vida e de Qualidade de Condições para Viver são indissociáveis, mas claramente distintas e distinguíveis. O modelo proposto para quantitativamente indicar a qualidade de vida e de condições para viver tanto pode distinguir essas noções, como se revela eficaz em valorizar (ir)regularidade nas condições avaliadas e a partir das quais esses indicadores são derivados. O sistema de relações proposto revela-se, assim, um útil instrumento de monitoramento e avaliação da efetividade de programas institucionais de desenvolvimento rural, que têm a melhoria de qualidade de vida como objetivo fim, e a melhoria das condições para viver como objetivos meio.

Quadro 4. Desvio da condição ideal para aspectos ambientais e indicador parcial ISA (Indicador da Satisfação com as Condições Ambientais), denotando o efeito da irregularidade r e de grandes desvios n nas condições daqueles aspectos

Aspectos	Agricultores														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	0,3	0,5	0,1	0,0	0,2	0,3	0,3	0,7	0,2	0,1	0,8	0,0	0,1	0,0	0,4
B	0,3	0,6	0,1	0,0	0,3	0	0,1	0,5	0,3	0,1	0,0	0,0	0,1	0,4	0,5
C	0,3	0,8	0,3	0,3	0,6	0,4	0,6	0,5	0,5	0,2	0,3	0,5	0,6	0,5	0,6
D	0,2	0,7	0,1	0,4	0,2	0,6	0,7	0,6	0,5	0,1	0,1	0,3	0,7	0,8	0,7
E	0,7	0,4	0,2	0,7	0,2	0,5	0	0,5	0,5	0,4	0,4	0,2	0,7	0,2	0,3
F	0,5	0,2	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,7	0,2	0,4	0,3	0,7	0,3	0,4	0,5
G	0,3	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,6	0,3	0,6	0,6	0,6	0,3	0,4	0,5
H	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,2	0,3	0,5	0,4	0,2	0,3	0,2	0,4	0,5	0,7
I	0,8	0,7	0,8	0,6	0,6	0,7	0,8	0,6	0,3	0,6	0,6	0,8	0,5	0,5	0,5
J	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,5	0,3	0,6	0,3	0,4	0,5	0,4	0,5
K	0,1	0,2	0,2	0,5	0,2	0,3	0,1	0,7	0,4	0,6	0,1	0,6	0,2	0,2	0,4
L	0,4	0,1	0,3	0,2	0,2	0,5	0,1	0,4	0,5	0,3	0,4	0,1	0,1	0,5	0,5
Desvio Médio	0,63	0,61	0,73	0,68	0,71	0,63	0,66	0,43	0,63	0,65	0,65	0,63	0,63	0,60	0,49
Efeito r*	0,58	0,54	0,67	0,62	0,67	0,58	0,58	0,43	0,62	0,60	0,59	0,55	0,57	0,56	0,48
Efeito n**	0,60	0,58	0,70	0,68	0,71	0,63	0,63	0,43	0,63	0,65	0,62	0,60	0,63	0,57	0,49
ISA	0,55	0,50	0,64	0,62	0,67	0,58	0,55	0,43	0,62	0,60	0,55	0,52	0,57	0,53	0,48

* Efeito de se considerar a irregularidade nas notas atribuídas aos diferentes aspectos

** Efeito de se considerar a ocorrência de situações “insustentáveis” na condição de aspectos

• Bibliografia citada

DAVIDSON, W. B.; COTTER, P. R. The relationship between sense of community and subjective well-being: a first look. *Journal of Community Psychology*, v. 19, p. 246–253. 1991.

DIENER, E.; SUH, E. Measuring quality of life: economic, social, and subjective indicators. *Social Indicators Research*, v. 40, n. 1-2, p. 189–216. 1997.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2000. 118 p.

GRAYSON, L.; YOUNG, K. *Quality of Life in Cities: an overview and guide to the literature*. London: The British Library, 1994.

LUHMANN, N. *A nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997. 110 p.

MATURANA, H.; VARELLA, F. *A árvore do conhecimento*. Campinas: Editorial PSY II, 1995. 281p.

MASSAN, B. H. Quality of life: public planning and private living. *Progress in Planning*, v. 58, p. 141-227. 2002.

MCCALL, S. Quality of life. *Social Indicators Research*, v. 2, n. 2, p. 229–248. 1975.

Morin, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. XXXXXXXX
MYERS, D. Building knowledge about quality of life for urban planning. Journal of the American Association of Planners, v. 54, n. 3, p. 347–358. 1988
TURKSEVER, A.N.; ATALIK, G. Possibilities and limitations for the measurement of the quality of life in urban areas. Social Indicators Research, v. 53, n. 2, pp. 163–187. 2001
VAZ, JOSÉ CARLOS. Medindo a qualidade de vida. Disponível em:
<<http://federativo.bnds.gov.br/dicas/D027.htm>> Acesso em 12 maio 2005.

1. Dimensão econômica

1.1. Aspecto/variável: Renda não-agrícola – manutenção do grupo doméstico

Aspecto/variável	Descrição do aspecto/variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa	
Renda não-agrícola: manutenção do grupo doméstico	Não auxilia na manutenção da família (alimentação, roupas, escola, etc.).		Pouco contribui no pagamento das despesas da família. Quando muito auxilia na alimentação e roupas.		Contribui nas despesas da família com alimentação, roupas, remédios, estudo, etc.		Contribui de forma razoável na manutenção da família (proporcionando mais conforto).		Contribui muito para a manutenção da família. Permite investimentos na casa (reformas e melhorias) e proporciona mais conforto. Permite acumular capital.	
Nota atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
A renda obtida em atividade não-agrícola tem sido importante para a manutenção (atendimento das necessidades) da família?	Não é suficiente para atender as necessidades básicas		Pouco contribui para manter a família (basicamente auxilia na alimentação e roupas).		Contribui para manutenção básica. Auxilia nas despesas com alimentação, roupas e outras necessidades familiares.		Atende as necessidades de forma satisfatória.		Atende todas as necessidades e possibilita acúmulo de capital.	
Nota à resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

1.1. Aspecto/variável: Oportunidade de trabalho não-agrícola

Aspecto/ variável	Descrição do aspecto/variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa	
Oportunidades de trabalho não-agrícola	Não há qualquer oportunidade de trabalho fora da agricultura.		Há poucas oportunidades de trabalho não-agrícola. As que existem são mal remuneradas, informais e precárias. Os chamados “bicos”.		Há algumas oportunidades de emprego não-agrícola. No entanto, não remuneram de forma adequada e geralmente são atividades que demandam mão-de-obra pouco qualificada.		Existem boas oportunidades de trabalho não-agrícola. Empregos formais, que remuneram de forma razoável e exigem capacitação para o trabalho.		Existem muitas oportunidades de trabalho não-agrícola, algumas muito bem remuneradas, formais, que exigem qualificação e capacitação do trabalhador. Alguns empregos oferecem inclusive oportunidades de crescimento profissional.	
Nota atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
Como são as oportunidades de trabalho não-agrícola na sua comunidade?	Não há qualquer oportunidade de trabalho fora da agricultura.		São poucas as oportunidades de trabalho fora da agricultura, além disso, são atividades mal remuneradas, informais e precárias.		Existem algumas oportunidades de trabalho não-agrícola. Genericamente não remuneram de forma adequada.		Existem boas oportunidades de trabalho não-agrícola. Empregos formais, que remuneram de forma razoável.		Existem boas oportunidades de trabalho não-agrícola, algumas muito bem remuneradas, formais. Alguns empregos oferecem mesmo oportunidades de crescimento profissional.	
Nota à resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

2. Dimensão social

2.1. Aspecto/variável: Condições do trabalho não-agrícola

Aspecto/variável	Descrição do aspecto/variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa	
Condições do trabalho não-agrícola	Trabalho sem carteira. Paga-se muito pouco. Condições ruins, o trabalhador é explorado, fazendo “serviço pesado”. O trabalho é temporário, não oferece segurança nenhuma. O trabalhador é chamado para fazer “uns bicos”.		Trabalho sem carteira, mal pago. Normalmente temporário e não oferece boas condições ao trabalhador.		O trabalho não é muito bom, normalmente é trabalho pesado. O pagamento é razoável, sem carteira assinada na maioria das vezes. Não oferece segurança ao trabalhador.		O trabalho é bom, assinam a carteira do trabalhador. O salário é razoável e o ambiente de trabalho é bom.		As condições de trabalho são boas. O trabalho é seguro e formal. O empregado tem todos seus direitos respeitados. O pagamento é adequado e o ambiente de trabalho é muito bom.	
Nota atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
Como são suas condições de trabalho na atividade fora da agricultura?	Trabalho informal, precário, mal remunerado, temporário, eventual e de carácter exploratório (serviço pesado).		Não oferece boas condições. Informal e mal remunerado.		Remunera de forma razoável. Quase sempre informal. Não oferece segurança.		O trabalho é bom, formal e remunera adequadamente. Bom ambiente de trabalho.		O trabalho é muito bom, formal e oferece segurança (tem todos seus direitos trabalhistas respeitados). O salário é adequado e o ambiente de trabalho é muito bom.	
Nota à resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

2.2. Aspecto/variável: Capacitação/qualificação para o trabalho não-agrícola

Aspecto/variável	Descrição do aspecto/variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa	
Capacitação/qualificação para o trabalho não-agrícola	Não tem condições de exercer qualquer atividade fora da agricultura.		Poucas condições para realizar trabalho fora da agricultura.		Se a atividade for relativamente simples, sente-se em condições de realizá-la.		Sente-se capacitado para exercer outra atividade fora da agricultura.		Sente-se capaz e qualificado para o exercício de atividade não-agrícola.	
Nota atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
O Sr.(a) se sente capaz (qualificado) de exercer atividades fora da agricultura.	Não tem qualquer condição de exercer atividades fora da agricultura.		Poucas condições para realizar trabalho fora da agricultura.		Condição de realizar trabalhos simples.		Sente-se em condições de realizar trabalhos fora da agricultura.		Sente-se capaz e qualificado para o exercício de atividade não-agrícola.	
Nota à resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

2.3. Aspecto/variável: Oferta de cursos/treinamento para o exercício de atividades fora da agricultura

Aspecto/variável	Descrição do aspecto/variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa	
Oferta de cursos/treinamento para o exercício de atividades fora da agricultura	Não há qualquer oferta de cursos para atividades fora da agricultura.		Há poucas ofertas de cursos. Quase sempre inadequados às atividades não-agrícolas exercidas na comunidade.		São insuficientes os cursos de capacitação para exercer atividades não-agrícolas.		São ofertados alguns cursos de capacitação para atividades fora da agricultura.		São ofertados cursos de capacitação adequados as necessidades da comunidade.	
Nota atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
São oferecidos cursos de capacitação para o exercício de atividades fora da agricultura?	Não há qualquer oferta de cursos para atividades fora da agricultura.		Há poucas ofertas e os cursos não são adequados as necessidades da comunidade.		É insuficiente a oferta de cursos de capacitação para atividades não-agrícolas.		São ofertados alguns cursos de capacitação para atividades fora da agricultura.		São ofertados cursos de capacitação adequados as necessidades da comunidade.	
Nota à resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

2.4. Aspecto/variável: Participação e atuação na comunidade.

Aspecto/variável	Descrição do aspecto/variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa	
Participação e atuação na comunidade	Não participa de nada. Se sente excluído.		Quase não participa. Não se sente a vontade.		Participa pouco. Não faz questão.		Participa mais ativamente.		Participa em quase todos os acontecimentos e se sente feliz com isso.	
Nota atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
O sr.(a) participa mais ativamente nos eventos, festas, associações, reuniões, assuntos políticos e outros, desde que exerce atividades fora da agricultura?	Não participa. Sente-se excluído dos acontecimentos locais.		Quase não participa. Não sente vontade.		Participa pouco. Não faz questão de participar.		Participa mais ativamente.		Participa e gosta muito.	
Nota à resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

3. Dimensão sócio-cultural

3.1. Aspecto/variável: Identidade/afinidade na realização de trabalho não-agrícola

Aspecto/variável	Descrição do aspecto/variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa	
Identidade/afinidade na realização de trabalho não-agrícola	Não tem qualquer afinidade com o que faz. Sente-se deslocado e insatisfeito com o trabalho.		Não se sente confortável no trabalho. Não tem relação com o que faz.		Trabalho é trabalho. O tipo de atividade não interessa		O trabalho é satisfatório. Não se sente deslocado na realização de atividades fora da agricultura.		O trabalho é muito bom. Sente-se realizado na atividade. Não tem qualquer problema com o trabalho que faz.	
Nota atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
Como o Sr.(a) se sente exercendo trabalho fora da agricultura?	Deslocado e insatisfeito com o trabalho.		Não se sente confortável com o que faz.		É indiferente ao trabalho que realiza.		O trabalho é satisfatório e adequado.		O trabalho é muito bom, sente-se satisfeito e realizado com o que faz.	
Nota à resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

1.2.Aspecto/variável: Relações de sociabilidade no desempenho de atividade não-agrícola

Aspecto/variável	Descrição do aspecto/variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa	
Relações de sociabilidade no desempenho de atividade não-agrícola	Quase não houve mudanças no círculo social. Conheceu poucas pessoas. As relações são conflituosas e difíceis. Vai aos mesmos lugares de sempre.		Houve uma pequena ampliação no círculo social, no entanto, as relações nem sempre são boas. Até freqüenta outros lugares, mas não gosta.		Conheceu pessoas diferentes. Não percebe diferença na qualidade dessas relações. É indiferente aos lugares que conheceu.		Conheceu pessoas novas, freqüenta lugares diferentes e tem uma boa relação nesse novo ambiente.		As relações sociais melhoraram muito. Houve ampliação do círculo de amizades e pessoas conhecidas. As relações com essas pessoas são boas e gosta muito dos novos lugares que freqüenta.	
Nota atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
Houve mudanças no seu círculo de amizades e de relacionamento com outras pessoas? Como são essas relações? Freqüenta lugares diferentes?	Quase não houve mudanças. O contato com outras pessoas não é bom e não freqüenta lugares diferentes.		Houve uma pequena mudança nas relações, que nem sempre são boas. Não gosta dos lugares novos que freqüenta.		Conheceu pessoas e lugares diferentes. Não tem muito a dizer sobre isso.		Conheceu outras pessoas e freqüenta lugares diferentes. Gosta desse novo ambiente		As relações sociais melhoraram muito. Conhece muitas pessoas, se relaciona bem e gosta muito dos novos lugares que freqüenta.	
Nota à resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

3.3. Aspecto/variável: Motivação no desempenho de atividade não-agrícola

Aspecto/variável	Descrição do aspecto/variável numa situação em que os profissionais classificam como:									
	Insustentável		Sofrível		Regular		Boa		Muito boa	
Motivação no desempenho de atividade não-agrícola	Não se sente feliz desempenhando atividade fora da agricultura. Não tem motivação nenhuma.		Prefere trabalhar na atividade agrícola, mas como não tem opção, realiza outra atividade também. Não se sente muito motivado.		Não vê diferença em realizar atividades agrícolas ou não-agrícolas.		Se sente motivado a realizar trabalho fora da agricultura.		Se sente motivado e feliz no exercício de atividade não-agrícola. Não gostaria de voltar a se dedicar a atividades agrícolas.	
Nota atribuída	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Indagação	Idéias que poderiam estar contidas nas possíveis respostas que, de acordo com os profissionais consultados, revelariam o grau de satisfação do indivíduo (pessoa entrevistada) em relação aos aspectos/variáveis indicados:									
	Muito insatisfeito		Insatisfeito		Indefinido/indiferente		Satisfeito		Muito satisfeito	
O sr.(a) se sente motivado a exercer atividades fora da agricultura?	Não tem motivação nenhuma.		Não se sente muito motivado.		É indiferente.		Se sente motivado.		Se sente muito motivado e orgulhoso do que faz.	
Nota à resposta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

